



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL
(POSMEX)

EMANUELLE SILVA DE SANTANA

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A ORGANIZAÇÃO DAS
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ –
PARAÍBA

RECIFE
2015

EMANUELLE SILVA DE SANTANA

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A ORGANIZAÇÃO DAS
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ –
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco como exigência para obtenção do título de Mestre.

Prof^ª. Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
Orientadora

RECIFE

2015

Ficha catalográfica**Setor de Processos Técnicos da Biblioteca Central – UFRPE**

S232c Santana, Emanuelle Silva de

Capital social e desenvolvimento local: a organização das artesãs da associação de artesãos Flor-de-lis de Caaporã - PB / Emanuelle Silva de Santana. – Recife, 2015.

122 f.: il.

Orientador(a): Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Dissertação (Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife, 2015.

Inclui apêndice(s) e referências.

1. Capital social 2. Desenvolvimento local 3. Identidade
4. Artesanato I. Almeida, Maria das Graças Andrade Ataíde de, orientadora II. Título

CDD 630.717

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
LOCAL

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A ORGANIZAÇÃO DAS
ARTESÃS DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ –
PARAÍBA

Emanuelle Silva de Santana

Dissertação julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local. Defendida e aprovada em 24/08/2015 pela seguinte banca Examinadora.

Professora Dra. Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida
(Orientadora)
POSMEX
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

Professora Dra. Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão
POSMEX
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE

Professora Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho
Departamento de Educação
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

A Deus e
a minha mãe,
Edilene Pereira da Silva.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, minha fortaleza, por tantas bênçãos e aprendizados.

A minha amada mãe pelo amor, atenção e paciência em mais esta fase da minha vida.

A minha orientadora, Professora Maria das Graças Ataíde de Almeida, pela generosidade, humanidade, confiança e gentileza com que conduziu a orientação deste trabalho. Agradeço o aprendizado.

A Hélio de Vasconcelos Lemos, meu companheiro de todas as horas. Obrigada por dividir as emoções que envolveram esta jornada. Foi meu porto seguro.

A Josilene Henriques, por me mostrar esta porta e confiar no meu trabalho. Suas palavras mais sinceras e confiantes levei comigo nesta caminhada.

A Ana Patrícia Gomes, amiga e incentivadora.

A Zoraia Beltrão, pelos gestos de carinho sempre presentes na nossa amizade.

A minha querida madrinha, Antônia de Souza Melo, pelos ensinamentos de postura ética e de fé.

A Maria Eduarda Noura Rittiner, pelas conversas repletas de palavras de incentivo, pela disponibilidade e exemplo de determinação.

A Adriana Silva, amiga, geógrafa e colega de trabalho pela generosidade.

Aos amigos de perto e de longe que são parte da minha memória. Todos de alguma forma me fortaleceram.

À família Lemos e Vasconcelos pela acolhida carinhosa.

A Teodoro, pelo carinho incondicional.

A todos os Professores do POSMEX, pela contribuição acadêmica e por ajudar a me redescobrir como pesquisadora.

À Professora Betânia Maciel, por ter me aceitado como aluna ouvinte do mestrado num gesto de confiança e generosidade.

À Professora Aparecida Tenório, pelo reconhecimento do meu trabalho ainda enquanto projeto de pesquisa e pela postura profissional exemplar.

Ao Professor Ângelo Brás e Professora Maria do Rosário Leitão, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições durante o exame de qualificação.

Aos colegas de turma do POSMEX 2013, que me mostraram o verdadeiro significado do companheirismo. Alguns se tornaram verdadeiros anjos na minha vida.

A Sandra, minha aluna do Curso Técnico em Hospedagem, artesã, hoje Técnica em Hospedagem, que me despertou interesse pelo objeto de pesquisa.

A todas as artesãs participantes da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, por se disponibilizarem a contribuir com esta pesquisa.

Às artesãs ex-participantes da associação e a representante da Casa do Empreendedor em Caaporã pelas entrevistas concedidas.

Finalmente, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

“A ideia está para o pensador assim como o instrumento está para o artesão – é a sua continuidade, a sua ação mais imediata, a sua expressão”.

Clarival do Prado Valladares, 1980.

RESUMO

O espaço rural no Nordeste brasileiro constitui um cenário de mudanças sociais associadas ao crescimento econômico de base agrícola e industrial. Em oposição aos resultados negativos gerados por propostas de progresso em pequenas localidades surgem grupos que, organizados, tentam sobressair diante do poder hegemônico e defendem seus interesses enquanto partícipes do desenvolvimento. Neste ambiente, onde geralmente os conflitos direcionam para novas perspectivas de desenvolvimento econômico e social, surgem as atividades não-agrícolas, a exemplo do artesanato produzido pela Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã na Paraíba, que oportunizam a reafirmação das identidades, possibilita a construção de redes de relacionamentos que constituem capital social para o desenvolvimento local. O proposto estudo tem como objetivo compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Buscou-se, portanto, responder a seguinte questão: quais aspectos do capital social encontram-se evidentes e quais destes aspectos estão ausentes ou fragilizam a relação entre capital social para o desenvolvimento local? O estudo se constitui de aportes teóricos na perspectiva do capital social, desenvolvimento local e identidade trabalhados à luz de Bourdieu (2011), Putnam (2005), Portes (2000), Oliveira (2001), Bava (2003), Franco (2000/2001/2002), Buarque (2004), Jara (1998), Castells (2008), Dubar (2005/2011), Bauman (2005), entre outros. Além da pesquisa bibliográfica e documental, optou-se pela visita de campo para coleta de dados a partir de técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. Entre os resultados destacam-se os indícios históricos de organização da associação, permeados de conflitos internos; a ausência de aspectos que constituem o capital social, entre eles: o compromisso, o cumprimento de normas, a cooperação e a organização; e fragilidades nas relações sociais no que se refere a identidade e confiança. Tais aspectos, atualmente, são reflexo do individualismo na produção do artesanato e da falta de interesse de alguns membros pela associação, fatores que também inibem o capital social a o desenvolvimento local.

Palavras chave: Capital social. Desenvolvimento local. Identidade. Artesanato.

ABSTRACT

The rural areas in northeastern Brazil are a scenario of social changes associated with the economic growth of agricultural and industrial base. In contrast to the negative results generated by progress proposals in small towns, organized groups arise in an attempt to stand before the hegemonic power and defend their interests as partakers of development. In this environment, where usually conflicts mobilize to new prospects of economic and social development, there are non-agricultural activities emerge, such as handicrafts produced by the Association of Artisan Flor-de-lis of Caaporã in Paraíba, which provides an opportunity to reaffirm identities, build social networks that constitute social capital and enable local development. This study aimed to understand, from the perspective of social capital, the contribution of the Association of Artisans Flor-de-lis of the Caaporã - PB for local development. It sought, therefore, to answer the following question: which aspects of social capital are obvious and which of these aspects are missing or weaken the relationship between social capital for local development? The study is theoretical by based on the concepts of social capital, local development worked and identity in light of the contributions Bourdieu (2011), Putnam (2005), Portes (2000), Oliveira (2001), Bava (2003), Franco (2000/2001/2002), Buarque (2004), Jara (1998), Castells (2008), Dubar (2005/2011), Bauman (2005), among others. In addition to the bibliographical and documentary research, we opted for field work to collect data through observation techniques and semi-structured interviews. Among the results, it is possible to highlight the historical background of the organization of the association, permeated by internal conflicts, the absence of aspects that make up the social capital, including: commitment, compliance, cooperation and organization; and weaknesses in social relations regarding identity and trust. Such aspects today are a reflection of individualism in the production of handicrafts and of lack of interest of some members of the association, factors that also inhibit social capital and local development.

Key words: Social capital. Local development. Identity. Handicraft.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Ilustração 1 – Localização do Município de Caaporã no mapa de acesso rodoviário da Paraíba
- Ilustração 2 – Localização do Município de Caaporã em relação a João Pessoa e Goiana
- Ilustração 3 – Mapa de uso e ocupação dos municípios de Caaporã e Goiana
- Ilustração 4 – Foto do acesso ao Município de Caaporã
- Ilustração 5 – Foto do trecho em obras/ Rua Salomão Veloso, Caaporã – Centro
- Ilustração 6 – Foto do conjunto de quiosques às margens da PB-044
- Ilustração 7 – Foto do antigo quiosque da associação
- Ilustração 8 – Foto de chapéu em tecido de coco
- Ilustração 9 – Foto de bolsa em bucha vegetal
- Ilustração 10 – Foto de galinha em biscuit e cabaça
- Ilustração 11 – Foto de bonecas de pano
- Ilustração 12 – Foto de fuxico
- Ilustração 13 – Foto de bordados
- Ilustração 14 – Foto de pintura em tecido
- Ilustração 15 - Foto de trabalhos em crochê
- Ilustração 16 – Foto de esculturas em barro
- Ilustração 17 – Fotos de esculturas de animais consumidas por turistas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ocupações pluriativas e não-agrícolas no campo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CBVP - Companhia Brasileira de Vidros Planos

CDL – Clube dos Dirigentes Lojistas

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos

FCA - Fiat Chrysler Automobiles

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POSMEEX – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. PERCURSO METODOLÓGICO.....	20
2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	24
2.1. ENFOQUE SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	24
2.2. CAPITAL SOCIAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	29
2.3. A IDENTIDADE COMO ELEMENTO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....	33
2.4. O ARTESANATO NAS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL.....	36
3. O RURAL COMO <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	42
3.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ.....	42
3.2. A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ.....	49
3.2.1. A atividade das artesãs associadas.....	56
4. A REDE DE RELACIONAMENTOS CONSTITUÍDA NA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS: A IDENTIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	63
4.1. COMPREENSÃO SOBRE A REDE DE RELACIONAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS.....	63
4.2. A IDENTIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO GRUPO.....	66
4.3. CONFIANÇA, COMPROMISSO E CUMPRIMENTO DE NORMAS NA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS: ASPECTOS NORTEADORES NA BUSCA DO CAPITAL SOCIAL.....	72
4.4. O CONTEXTO DA COOPERAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO.....	75
4.5. PERSPECTIVAS DAS ASSOCIADAS QUANTO AOS RUMOS DA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	78
5. CONCLUSÃO	81

REFERÊNCIAS.....	85
APÊNDICE A - Artigo científico.....	93
APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com artesãs participantes da associação.....	114
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com artesãs ex-participantes da associação.....	117
APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com representante da Casa do Empreendedor de Caaporã.....	119
ANEXO A – Ata de fundação da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.....	120
ANEXO B – Ata de assembleia geral extraordinária de reforma estatutária e eleição da nova diretoria da associação.....	121

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história o Nordeste brasileiro foi significativo na construção política e socioeconômica nacional sob a influência da monocultura da cana de açúcar. Durante os séculos XIX e XX observou-se, neste contexto, o período de ascensão e declínio da economia açucareira caracterizada pela dependência quase exclusiva ao produto, pela conseqüente crise do mercado exportador e pela hesitante modernização tecnológica (EISENBERG, 1977). Tais aspectos associados levaram a região a amargar a queda da indústria açucareira hoje testemunhada pela existência de algumas usinas e destilarias que resistem na memória como um período marcado pelo crescimento econômico (ANDRADE, 2001).

Diante deste cenário desenhado na história da economia moderna, a mão de obra absorvida no campo teve seu espaço resumido. Trabalhadores do campo deixaram seus lugares de origem em busca de novas oportunidades em novos espaços rurais ou mesmo nos centros urbanos, enquanto outros seguem buscando alternativas de permanência a partir da oferta de recursos locais, como ocorre no Município de Caaporã na Paraíba.

Localizado na Microrregião do Litoral Sul e Mesorregião da Mata Paraibana, Caaporã apresenta como base econômica a agroindústria alcooleira, as olarias, o cultivo do coco e a agricultura de subsistência (LIMA, 2014). Atualmente, diante da discreta oferta de oportunidades no mercado de trabalho local, observa-se uma grande demanda de jovens e adultos buscando ocupação na indústria e no comércio das cidades vizinhas de Goiana, em Pernambuco, ou na capital, João Pessoa. A população que segue trabalhando em Caaporã se enquadra, basicamente, no comércio local de produtos e serviços ou na oferta de empregos da Destilaria Tabu e na Fábrica de cimento da Lafarge localizada no município.

Caaporã representa uma importante rota de acesso às praias turísticas do litoral sul paraibano Acaú e Pitimbu, sobretudo a partir da década de 1980, quando estas praias estimularam a ocupação humana com a construção de casas de veraneio. Recentemente este acesso ganhou destaque com a extinção das balsas que favoreciam o deslocamento de visitantes e moradores da Praia de Carne de Vaca em Goiana, Pernambuco, à Praia de Acaú, Paraíba, pelo rio Goiana. Porém, observa-se que apesar de ser acesso obrigatório às praias paraibanas pela PB-044, o município não desperta a atenção dos visitantes em razão de uma aparente falta de investimento em infraestrutura e estímulo às potencialidades locais, a exemplo do artesanato desenvolvido a partir dos recursos naturais disponíveis e da habilidade dos sujeitos sociais já organizados na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.

Constituída por sete artesãs que desenvolvem trabalhos artesanais diversificados, a associação é registrada em cartório desde 2004 e funciona atualmente sem sede própria. Seus membros utilizam a própria residência para trabalhar com o artesanato ou promover reuniões para discutir interesses comuns.

Ações para o desenvolvimento das potencialidades locais já foram observadas no município, a exemplo do Programa de Artesanato Paraibano, em atividade desde 2003 por iniciativa do Governo do Estado da Paraíba e da Casa do Empreendedor, instalada no município desde 2001 com o propósito de auxiliar o desenvolvimento econômico local através do empreendedorismo. No entanto, observa-se que tais intervenções não atingiram integralmente a Associação Flor-de-lis, fato que provoca questionamentos sobre como se apresenta a organização do grupo considerando seu capital social

Deste modo, o objetivo desta pesquisa é compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Buscou-se, portanto, esclarecer a seguinte questão: quais aspectos do capital social encontram-se evidentes e quais destes aspectos estão ausentes ou fragilizam a relação do capital social para o desenvolvimento local? Entre os objetivos específicos esta pesquisa busca: a) Conhecer o contexto histórico de organização do grupo; b) Verificar a identidade entre os membros do grupo e se seus componentes têm identidade com a atividade artesanal; c) Identificar as características do capital social no grupo; d) Apurar os fatores que têm dificultado a organização do grupo; e) Averiguar as perspectivas do grupo quanto à organização social com vistas ao desenvolvimento local.

O interesse no tema de pesquisa surgiu de conversas informais com uma das artesãs, líder do grupo, preocupada com o futuro do artesanato local e motivada a fortalecer a associação, produzindo o artesanato a partir do “tecido do coco”, parte do coqueiro que apresenta semelhança com tecido industrializado, que é descartado durante a colheita da fruta e utilizado para confecção de itens de decoração e utensílios. Desde este primeiro momento percebeu-se a dificuldade da artesã em inserir este tipo de artesanato no grupo.

Considerando o aspecto das relações sociais que proporciona a união de pessoas em torno de atividades produtivas, Coleman (2001) afirma que o capital social é o recurso das pessoas e funciona como resultado das trocas entre elas e que, portanto, facilitam a atividade produtiva.

Nesta direção, alguns autores apontam para o capital social como resultado da organização entre pessoas em relações que buscam um objetivo comum. Para Putnam (2005, p.177) [...] o capital social diz respeito a características de organização social, como

confiança, normas e sistemas para aumentar a eficiência da sociedade [...] o capital social facilita a cooperação espontânea”. Bourdieu (1998, p.67) atribui capital social a um “[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizada de interconhecimento e de inter-reconhecimento [...]”. Enquanto Franco (2001a, p.52) sistematiza o capital social referindo-se à capacidade das pessoas: “a) de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores; b) de trabalhar juntas visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo; c) de se associar umas às outras e formar novas associações; d) de compartilhar valores e normas [...]”.

Diante dos aspectos que conformam o capital social e da sua potencial atuação na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, busca-se identificar o que fortalece ou fragiliza a organização do grupo, promovendo ou limitando o estabelecimento do desenvolvimento local. Para De Paula (2001), o desenvolvimento ocorre quando há efetiva organização social em torno de interesses comuns, tendo em vista os princípios do capital social. Nesse sentido, “[...] o desenvolvimento requer o crescimento dos níveis de confiança, cooperação e organização social, o que tem sido denominado como ‘capital social’” (DE PAULA, 2001, p. 142).

É sabido que o desenvolvimento local não se limita ao nível de capital social de um grupo ou comunidade. Existem outros aspectos relevantes, como capital humano, a boa governança e o capital natural de uso sustentável (DE PAULA, 2001). Porém, a preocupação deste estudo aponta para a organização da Associação de Artesãos Flor-de-lis, buscando compreender questões de identidade entre os membros, os níveis de confiança, cooperação, entre outros aspectos que remetem à compreensão do capital social para a constituição do desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é o tema amplo que agrega o capital social como forma de viabilização da qualidade de vida. Envolve, portanto, a mobilização social de lideranças, instituições, empresas e habitantes que “[...] se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs [...]” (DE JESUS, 2006, p. 26).

Para os sujeitos sociais de pequenas localidades, a mobilização social para o desenvolvimento local apresenta base nas potencialidades endógenas. Assim, afirma Buarque (2004, p.30), “[...] o desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto externo”. Nessa direção, é possível visualizar o artesanato

como uma potencialidade cultural específica, capaz de motivar a organização de sujeitos sociais em torno de um objetivo comum.

Para a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã o artesanato fornece sentido para a organização do grupo, motivado, entre outros aspectos, pela possibilidade de geração de renda vinculada à produção do artesanato. Neste contexto, assinalam Silva e Wizniewsky (1993, p.24):

Hoje as populações rurais, no intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não-agrícolas, adaptando-as ao novo sabor dos tempos. O artesanato que antes servia às necessidades do consumo interno passa agora a ser comercializado.

Desta maneira, acredita-se que a produção do artesanato local com base na organização dos sujeitos sociais possibilita novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o Município de Caaporã, pois, segundo Pereira (2007), a organização da comunidade é também requisito para a manutenção do desenvolvimento.

No contexto da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, artesanato pode ser visto como atividade não-agrícola capaz de agrupar pessoas em torno de um objetivo comum. De acordo com Carvalho (2001, p.18), o artesanato representa muito bem a cultura material de pequenas comunidades, tendo em vista que “[...] muitos materiais e técnicas surgiram da adaptação dos grupos ao meio ambiente e em decorrência de sua organização social”.

Em seus estudos sobre culturas populares, Canclini (1983) aponta para o que vai além das técnicas de produção do artesanato, abordando a complexidade das relações sociais que se manifestam em torno do artesanato e como esta manifestação simboliza um ambiente fecundo para a compreensão da organização dos espaços e as práticas sociais dos sujeitos:

Falar sobre artesanato requer muito mais que descrições dos desenhos e das técnicas de produção; o seu sentido só é atingido se o situarmos em relação com os textos que o predizem e o promovem [...], em conexão com as práticas sociais daqueles que o produzem ou vendem, observam-no ou o compram [...], com relação ao lugar que ocupa com outros objetos na organização social do espaço [...] (CANCLINI, 1983, p.51).

O autor alerta ainda para os limites de estabelecer a identidade do artesanato, tendo em vista o seu contato com o mercado das novidades inerente ao mundo capitalista contemporâneo:

A dificuldade em estabelecer a sua identidade e os seus limites se tem agravado nos últimos anos porque os produtos considerados artesanais modificam-se ao se relacionarem com o mercado capitalista, o turismo, a “indústria cultural” e com as “formas modernas” de arte, comunicação e lazer (CANCLINI, 1983, p.51).

Sem preocupar-se com os possíveis desvios de identidade do artesanato, Valladares (1980, p.10-14) alerta para o seu significado entendendo-o como “[...] o resultado qualificado pela mão-de-obra, pela ação direta do homem em elaborar, em manufaturar”. Para o autor, não se pode minimizar o artesanato colocando-o em escala primária pelo fato de serem produzidos por grupos afeitos à simplicidade da matéria-prima utilizada. Tampouco pode-se desmerecer a atuação do artesão como responsável em agregar valor à sua obra. Portanto, “temos que exigir que o artesão [...] possa merecer o reconhecimento, sobretudo da qualidade, do exercício do trabalho, da padronização e da possibilidade de ocupar linhas de consumo dentro dessa área (VALLADARES, 1980, p.16).

Observa-se que o interesse em torno do tema artesanato tem sido tratado com frequência na academia por meio de dissertações e teses sobre diferentes enfoques e áreas de concentração, a exemplo de Melo (2007), em estudo sobre o bordado manual de agricultoras do Sítio Vaquejada em Passira – Pernambuco (POSMEX); Laurentino (2011), em pesquisa sobre extensão rural, novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão – Pernambuco (POSMEX); Ferreira (2010), em trabalho sobre folkcomunicação no artesanato de rendas de Pesqueira – Pernambuco (POSMEX); Santos (2012), em um estudo sobre a atividade artesanal como forma de contribuir para o desenvolvimento local (UFLA); Carvalho (2001), em pesquisa sobre o artesanato de caixeta em São Sebastião – São Paulo (USP); Marinho da Silva (2006), em estudo sobre as organizações de produção artesanal no Estado do Rio de Janeiro (Fundação Getúlio Vargas); Filgueiras (2005), em análise sobre os aspectos socioeconômicos do artesanato em comunidades rurais no Ceará (UFC).

Assim, acredita-se que as contribuições que associam a organização em torno da atividade artesanal na ótica do capital social, propostas neste estudo, podem ampliar a compreensão sobre as relações sociais no campo, como também apontar para novas perspectivas de desenvolvimento local relacionadas à existência de capital social.

1.1.PERCURSO METODOLÓGICO

Como base metodológica, optou-se pela pesquisa qualitativa, predominantemente utilizada nas pesquisas em Ciências Sociais, com vistas a entender os fenômenos humanos e a realidade dos sujeitos. Trabalha, portanto, com aquilo que não quantifica, ou seja, “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, 21). Gerhardt e Silveira (2009, p.32) corroboram com o pensamento de Minayo ao constatar que a pesquisa qualitativa se preocupa “[...] com aspectos

da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. Neste mesmo contexto complementam Minayo e Sanches (1993, p.244):

A abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas.

A fim de compreender a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local foram exploradas as seguintes categorias de análise: capital social, desenvolvimento local e identidade. Para tanto, foram utilizados, entre outros, os pressupostos de Oliveira (2001), Bourdieu (1998/2009/2011), Putnam (2001), Portes (2000) Castells (2008) e Bauman (2005).

A coleta de dados envolve as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas, estabelecendo melhor relação entre entrevistador e entrevistados. Para Rosa e Arnoldi (2008, p.31) na entrevista semiestruturada “o questionamento é mais profundo e, também, mais objetivo, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes de confiabilidade”. Outros autores, defendem a combinação da observação e entrevistas semiestruturadas, pois permitem aproximar o pesquisador da realidade dos entrevistados, direcionando o olhar aos fatos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2003) e contribuindo para estabelecer a confiança entre entrevistador e entrevistado.

Minayo (2009) reconhece as várias técnicas de coleta de dados no campo, porém considera a observação e entrevistas semiestruturadas como principais para a pesquisa social. Para a autora, “enquanto a primeira é feita sobre tudo aquilo que não é dito mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente, a segunda tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores” (MINAYO, 2009, p.63).

Quanto à análise dos dados coletados, optou-se pelo modelo da análise de discurso, partindo do pressuposto que as palavras têm sentido além delas mesmas a partir do discurso (ORLANDI, 2007). Propõe-se, portanto, saber se nos discursos as relações estabelecem sentido comum entre as entrevistadas e se apresentam vínculo com as relações de força.

O universo dos entrevistados neste estudo é constituído por dez participantes entre membros da associação, ex-participantes do grupo e uma representante da Casa do Empreendedor de Caaporã. Para assegurar a integridade dos entrevistados seus nomes não foram divulgados, sendo os mesmos identificados por números e adotados nomes fictícios na

exposição de suas ‘falas’ e nos comentários sobre seus discursos. O quadro abaixo ilustra como os participantes envolvidos são mencionados nesta pesquisa:

Quadro 1 – Participantes envolvidos

Entrevistados	Identificação no texto	Número de entrevistas
Membros efetivos da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã - PB	Artesã participante	07
Ex-membros da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã - PB	Artesã ex-participante	02
Representante da Casa do Empreendedor de Caaporã - PB	Casa do Empreendedor	01
Total de entrevistados		10

Conforme identificado no quadro 1, além das artesãs participantes, foram incluídas duas artesãs ex-participantes que vivenciaram momentos dos processos de organização da associação e ainda exercem atividades com artesanato no município de maneira individual. Sobre o uso do discurso da artesã ex-participante 1, salienta-se a dificuldade de compreensão de algumas respostas da entrevistada, minimizando o uso de respostas satisfatórias aos questionamentos desta pesquisa.

Também participa uma representante da Casa do Empreendedor de Caaporã, espaço administrado pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor (Sebrae) – que entre outras atividades oferece apoio aos artesãos locais – Prefeitura de Caaporã, Banco do Brasil, Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL).

Sobre o perfil dos participantes, o quadro 2, a seguir, destaca as seguintes informações:

Quadro 2 – Perfil dos entrevistados

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Estado civil	Nº filhos	Ocupação principal	Renda média familiar
Artesã participante 1	38	Cursando superior	Goiana - PE	Solteira	00	Agente comunitário de saúde	1 a 2 salários mínimos
Artesã participante 2	32	Cursando superior	Arcoverde - PE	Casada	01	Artesã	1 a 2 salários mínimos
Artesã participante 3	53	Médio completo	São José do Cordeiros - PB	Casada	03	Costureira	1 a 2 salários mínimos
Artesã participante 4	62	Médio completo	Goiana - PE	Divorciada	02	Aposentada	1 a 2 salários mínimos
Artesã participante 5	44	Médio completo	Palmares - PE	Casada	01	Confeiteira	1 a 2 salários mínimos
Artesã participante 6	55	Médio completo	Alhandra - PB	Solteira	03	Artesã	Menos de 1 salário
Artesã participante 7	47	Médio completo	Caaporã - PB	Solteira	02	Feirante	1 a 2 salários mínimos
Artesã ex-participante 1	69	Sem escolaridade formal	Pedras de Fogo - PB	Casada	05	Artesã	Menos de um salário mínimo
Artesã ex-participante 2	56	Médio completo	Caaporã - PB	Divorciada	04	Artesã	2 a 3 salários mínimos
Casa do Empreendedor ¹	32	Superior	João Pessoa - PB	_____	_____	Agente de desenvolvimento	_____

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

É oportuno salientar como principal limitação desta pesquisa o acesso aos membros do grupo, pois exercem atividades paralelas ao artesanato dentro ou fora do município, dispondo, portanto, de tempo restrito para a realização das entrevistas. Ademais, foram verificadas diferenças quanto ao tempo de permanência das associadas no grupo, limitando o desenvolvimento de respostas que auxiliassem plenamente na investigação.

Apesar de tais limitações, os dados foram coletados satisfatoriamente em entrevistas ao estilo face a face, gerando maior conhecimento sobre os entrevistados. De acordo com Szymanski (2004, p.12), este estilo de entrevista proporciona

[...] uma situação de integração humana, em que estão em jogo as percepções do outro em si, expectativas, sentimentos, preconceitos e interpretações para os protagonistas: entrevistador e entrevistado.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro segmentado em cinco blocos, que contemplam: perfil socioeconômico, atividade do artesão, relações sociais e identidade, uso e

¹ Os itens número de filhos, estado civil e renda média familiar não foram considerados no roteiro de entrevista da representante da Casa do Empreendedor, pois o mesmo teve como objetivo principal a compreensão da instituição.

consumo proveniente do artesanato, organização e perspectivas de desenvolvimento local. Os resultados das entrevistas foram confrontados com as categorias de análise sugeridas nesta pesquisa, com a intenção de compreender a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local.

Assim, esta pesquisa busca contribuir com futuras discussões acerca da atividade artesanal, sob a égide da dinâmica das novas ruralidades, bem como auxiliar estudos que tratam do capital social como fator constitutivo do processo de desenvolvimento local.

A estrutura deste estudo se apresenta conforme modelo atribuído por este programa de mestrado constituído por: introdução; revisão de literatura, que versa sobre as aproximações teóricas entre desenvolvimento local e capital social, identidade e artesanato; a apresentação do *locus* e o objeto de pesquisa, neste caso a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, seguida da análise dos resultados alcançados e as conclusões desta investigação. Cabe salientar que o corpo deste trabalho inclui um artigo científico apresentado em anexo.

2. DESENVOLVIMENTO LOCAL E CAPITAL SOCIAL: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

2.1 ENFOQUE SOBRE DESENVOLVIMENTO LOCAL

A distinção do urbano e rural passou de uma simples definição de espaço geográfico para uma discussão dicotômica histórica. Nas colocações marxistas sobre o capitalismo, por exemplo, o urbano seria o espaço do ‘progresso’, enquanto que o rural significaria o ‘atraso’ configurado pelos latifundiários contrários às inovações capitalistas defendidas pelas forças sociais (Graziano, 1997). No âmbito atual, entretanto, observam-se novas interpretações que aproximam o urbano e o rural no sentido das relações sociais promotoras de mudanças como sublinham Graziano e Campanhola (2004, p.167):

O rural deixa, portanto, de ser visto como algo externo, um conjunto de propriedades físicas que serve de suporte para as relações sociais, e passa a ser ele mesmo socialmente como forma de diferenciação social.

Partindo deste princípio, é preciso atentar que a dinâmica no campo não deve estar unicamente associada ao crescimento econômico, mas ao significado do desenvolvimento. Para tanto, o desenvolvimento no campo aponta para investimentos em capital humano e capital social, conforme argumenta Franco (2002, p.62):

Do ponto de vista do desenvolvimento, o principal elemento do capital humano [...] é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando sua imaginação criadora. [...] Ora, isso tem um nome [...] chama-se ‘empreendedorismo’.

[...] o chamado capital social é produzido e reproduzido na sociedade. Esses processos e essas condições dizem respeito às formas como a sociedade se organiza e aos modos que ela regula seus conflitos, isto é, diz respeito ao que se chama de poder e de política. (FRANCO, 2002, p. 64)

Sobre esse aspecto, Wanderley (2000) aponta o espaço rural como um meio onde habitam atores coletivos que convivem num cenário constituído de indústrias, estabelecimentos agropecuários e residências, que possibilitam o dinamismo, mas também podem trazer conflitos em nome do desenvolvimento.

Ao termo desenvolvimento não cabe a simplicidade da medida do Produto Nacional Bruto – PNB, Produto Interno Bruto – PIB ou a ilusão de que raramente será possível visualizar “[...] os saltos da semiperiferia para os centros” (VEIGA, 2008, p.22). De acordo com Franco (2000), desenvolvimento está associado à melhoria na qualidade de vida das pessoas, ou seja, desenvolvimento “[...] só é desenvolvimento mesmo se for humano, social e

sustentável” (FRANCO, 2000, p.36). Assim, o autor admite que o “[...] desenvolvimento é um movimento sinérgico”, um esforço conjunto cujo objetivo é estabilizar um sistema complexo. (FRANCO, 2002, p.47). Nessa mesma perspectiva, De Paula (2001, p.141), acrescenta:

Pensar o desenvolvimento humano, social e sustentável, significa pensar um novo conceito de desenvolvimento que articula a dinamização do crescimento econômico como outros fatores, entre os quais: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista da boa governança e o uso sustentável do capital natural.

Para estes autores, parece sensato considerar o desenvolvimento como um processo que não se mede de forma quantitativa, porém qualitativa, considerando os fatores que o constituem. A garantia do desenvolvimento, portanto, estará relacionada a existência e ao equilíbrio destes fatores. Caso haja a ausência ou carência de algum deles, a continuidade do processo pode ser assegurada pelo aumento de um dos fatores.

Reconhecer que o desenvolvimento não é apenas um fenômeno econômico pode trazer à tona novas perspectivas acerca do tema. Para Jara (1998, p.72), o desenvolvimento envolve “[...] a mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais” estimulado pela globalização, que vai além do economicismo, abrangendo “[...] as dimensões sociais, políticas, ambientais, culturais e institucionais” (JARA, 1998, p.39-40) e se aproximando do conceito do local, dada a necessidade de buscar nos aspectos endógenos os caminhos para o desenvolvimento.

Sobre esse aspecto, observa-se que mesmo no âmbito hegemônico e funcionalista, voltado para interesses que visam frequentemente ao crescimento econômico, reconhece-se a importância de se pensar o local como forma de gerar desenvolvimento, como verificado por Albuquerque (1998) numa publicação do Banco do Nordeste sobre desenvolvimento econômico local. O autor sugere uma reflexão sobre os princípios do desenvolvimento local, como forma de suprir a insuficiência das políticas de desenvolvimento produtivo e industrial global e considera a possibilidade de um novo modelo aplicado num espaço delimitado com vistas ao desenvolvimento econômico local:

[...] se retoma a reflexão sobre as experiências de desenvolvimento local como formas diferenciadas de ajuste produtivo no espaço territorial, que não se sustentam no desenvolvimento centrador e hierarquizado, baseado na grande empresa industrial e com viés urbano, mas buscam aplicar os recursos potenciais de caráter endógeno para assim recriar um ‘ambiente’ institucional político e cultural que fomenta as atividades produtivas e de geração de empregos nos diversos âmbitos territoriais. (ALBUQUERQUE, 1998, p.59)

Discussões acerca do local favorecem a compreensão sobre um outro modo de pensar o desenvolvimento com estratégias, modelos, planos e políticas estruturadas a partir da parceria público-privada com a participação da sociedade, inspirando caminhos harmoniosos. De acordo com Buarque (2004), “[...] nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados endógenos de mudança de desenvolvimento” (BUARQUE, 2004, p.25).

Jara (1998) argumenta que no desenvolvimento local as forças sociais contribuem para a descentralização institucional, mas que organizações sociais isoladas não são suficientes para atingir um projeto de desenvolvimento coletivo, sendo fundamental a articulação dos atores sociais, do poder público e da iniciativa privada. Segundo o autor, questões antes não consideradas passam a ser condição para desenvolvimento local como: “[...] a democratização, a participação, o ‘empoderamento’, as parcerias institucionais, o associativismo empresarial, etc.” (JARA, 1998, p.73).

Nesta perspectiva é possível entender desenvolvimento local como um esforço conjunto em que a participação da sociedade, instituições e empresas representam a base para as mudanças sociais e a conseqüente melhoria da qualidade de vida das pessoas. Assim, acredita-se que quanto menor o nível de abrangência territorial de desenvolvimento, mais personalizada será a atuação dos participantes nesse processo. O desenvolvimento local, é, portanto, um processo participativo, integrado e horizontal que ao mesmo tempo apresenta desafios, a exemplo da definição e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento local alternativo, a necessidade de elevação cultural dos atores sociais para a constituição do pensamento crítico e o desenvolvimento de competências dos sujeitos participantes (DE JESUS, 2003).

Percebe-se que estes autores compartilham do significado de desenvolvimento local alternativo com base no processo de ‘concertação’, em que se estabelecem parcerias entre as partes interessadas que compartilham de um objetivo comum. Neste âmbito, os envolvidos não apresentam diferenças, devendo estar aptos a contribuir com suas habilidades e competências de maneira integrada a fim de assegurar o planejamento e execução de propostas para o desenvolvimento local.

Martins e Caldas (2009, p.207) advertem que “as ideias de desenvolvimento local são controversas, pouco consensuadas e, às vezes, até antagônicas entre si, tanto no Brasil quanto no debate internacional”. Nesse sentido, cabe acolher as propostas que dão conta da situação real de um local, sobretudo, levando em consideração que o desenvolvimento depende da

participação dos sujeitos e que estes nem sempre apresentam características uniformes ou compartilham uma sociedade harmônica.

Numa perspectiva contrária à ‘concertação’, Bava (2003) defende que as alianças estabelecidas para o desenvolvimento local são geradas no campo do conflito, onde atores sociais externam problemas e formulam soluções que contribuem para o processo de desenvolvimento local. Nesta concepção, os conflitos podem surgir das relações entre os grupos locais, podendo resultar em acordos de interesses comuns como assinala o próprio autor:

A possibilidade de um projeto de desenvolvimento local parece residir em uma percepção dessas diferenças de interesses e objetivos e da adoção de um método de negociações que traga para a arena pública estes interesses em conflito e permita, frente aos casos concretos que se coloquem, o estabelecimento de acordos que se fundem na afirmação do interesse público e na perspectiva da superação das desigualdades sociais e da pobreza (BAVA, 2003, p.23).

O desenvolvimento local visto por Bava (2003) aponta para os aspectos heterogêneos dos grupos sociais nos quais residem sujeitos críticos empenhados em obter qualidade de vida. Eles exercem, portanto, a função de cidadãos conscientes dos seus deveres e direitos em oposição ao massivo, ao idêntico, ao campo não conflituoso e harmônico.

De forma semelhante, Oliveira (2001) alerta para a reflexão de paradigmas construídos a partir da simples mensuração de desenvolvimento local como qualidade de vida e aponta a cidadania como princípio indicativo de bem-estar e qualidade, considerando a existência de um “[...] indivíduo autônomo, crítico, reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa” (OLIVEIRA, 2001 p, 13). Ou seja, um indivíduo constituído no campo do conflito.

Ainda de acordo com Oliveira (2001), o cenário harmônico projetado para identificar o desenvolvimento local representa um ‘emplastro’ que ignora a complexidade do processo, conforme ressalta:

[...] o desenvolvimento local tende a fechar-se para a complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entrando sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade, e não voltar as costas para ela (OLIVEIRA, 2001, p.13).

Estes autores partem do princípio de que o desenvolvimento local pode apresentar êxito se executado por sujeitos com características diferentes, em cenários complexos, que, no entanto, apresentem objetivos comuns e contrários aos ditames dominantes. Segundo Hardt e Negri (*Apud* CALLOU, 2006) em uma ‘multidão’ as diferenças existem, porém não impedem que seja constituída uma identidade única voltada para um mesmo objetivo. Nesse sentido,

chama atenção para um novo significado dado ao processo de ‘concertação’ onde há o objetivo comum de um grupo, porém com base nas diferenças e não na igualdade.

É, portanto, no campo do conflito, conforme observa Bava (2003), que são identificadas as diferenças que resultarão em acordos capazes de suprir as expectativas dos envolvidos no processo de desenvolvimento local. Santos (2008) trata essas diferenças como fundamentais para se conhecer os interesses comuns, garantindo-se a sobrevivência dos grupos:

A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade de interesses comum. [...] A própria existência, adaptando-se a situações cujo comando frequentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir soluções indispensáveis (SANTOS, 2008, p. 110).

Ainda de acordo com o autor, é no território das particularidades que se operaram as relações sociais horizontais, dando sentido aos territórios não pelas relações verticais hegemônicas, mas pelo viés dos debates e dos acordos estabelecidos particularmente pelos agentes sociais. Nessa concepção, Bava (2004) admite que a visão de Santos (2008) contribui para compreender a estrutura social como base para iniciativas de desenvolvimento local, sobretudo no que diz respeito à participação e organização político-social dos indivíduos.

Pode-se entender, pois, que a participação popular está vinculada à organização das comunidades, constituída a partir das relações sociais de diversos níveis e por objetivos compartilhados e concentrados na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Dessa maneira, a participação popular favorece a organização dos grupos sociais, fortalecidos por líderes que representem anseios comuns. Em alguns casos, é possível observar a formação de um núcleo de liderança no grupo comunitário que irá agir em nome do grupo “[...] despertados por algum problema que atinja diretamente os participantes da comunidade” (BORDENAVE, 1994, p.59).

Nessa perspectiva, é possível perceber que sujeitos, grupos sociais e lideranças representativas através da prática dialógica com representações públicas ou privadas, podem disparar o processo de desenvolvimento local.

Sobre este aspecto, desenvolvimento local e participação apresentam certa interdependência para o alcance da efetiva transformação local. Para Campanhola e Graziano (1999 *apud* CAMPANHOLA; GRAZIANO, 2000), “o desenvolvimento local deve ser acima de tudo um processo de reconstrução social, que deve se dar ‘de baixo para cima’ e contar com a participação efetiva dos atores sociais”. Sobre o mesmo contexto, Graziano (2001) afirma que, para que haja um processo de desenvolvimento local, é necessário que se

apresente o mínimo de organização social dos sujeitos sociais “protagonistas dos processos de transformação de seus lugares” (GRAZIANO, 2001, p.24).

Neste âmbito, recomenda-se atenção a possíveis entraves decorrentes das relações sociais nos processos participativos para o desenvolvimento. Para Matos (2014), a descentralização do poder pela via da participação pode apresentar alguma instabilidade entre os sujeitos sociais se levarmos em consideração suas singularidades. Ainda segundo o autor, as lideranças representam os desejos coletivos, porém a hierarquização presente nos grupos sociais pode configurar uma ideologia individualista defendida apenas pelo líder. Tal constatação vem sendo tratada com certa preocupação, conforme expressa o autor:

Constatamos em nossas pesquisas que o peso da dependência, reforçado pelo individualismo e pelas dificuldades nas relações com as lideranças, aparece na base das principais dificuldades de desenvolvimento das comunidades, com repercussão direta na ausência de coletivos com iniciativa própria, autonomia decisória e operacionalmente estruturados (MATOS, 2014, p.5).

No caso da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, observa-se que a atual presidente do grupo, junto às sócias fundadoras, age em nome do grupo. Assim, sócias fundadoras também participam, buscando apoio através da iniciativa pública, privada e até mesmo solicitando, junto à presidente, reuniões com os demais membros do grupo.

Por este viés é possível verificar, de uma maneira geral, que as relações sociais, ao mesmo tempo em que caminham no solo fecundo da democracia, da descentralização do poder e da autonomia, podem projetar interesses individuais preconizados pelas lideranças aceitas pelos grupos. Neste caso, é relevante compreender como se dão as relações sociais na perspectiva do capital social, bem como se processam os conflitos nos grupos sociais, sendo possível identificar a relação condicional do capital social para o desenvolvimento local.

2.2. CAPITAL SOCIAL NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A sociedade, em seus grupos distintos, regula conflitos e determina as relações de poder definindo a composição do capital social. É deste princípio que se origina a mudança social que pode iniciar num pequeno grupo da periferia e tomar dimensões socialmente maiores, transformando a sociedade “por dentro” e fornecendo condições apropriadas ao desenvolvimento (FRANCO, 2001b, p.153).

Neste sentido, a noção de capital social está associada ao fortalecimento das relações sociais para o alcance de interesses em comum. Age, portanto, como instrumento facilitador

das ações dos sujeitos que participam de uma estrutura social. Porém, alerta Abramoway (2009), a ampliação das relações sociais está vinculada a experiências bem-sucedidas que enfocam o plano político, econômico e social ao contrário de comunidades pouco articuladas, que aguardam apoio do poder público estigmatizados pela dependência.

Jara (1999) reforça que mesmo não tomados pelos relacionamentos de confiança, reciprocidade e cooperação que representam os cânones do capital social, uma comunidade pode evoluir a partir da vontade de obter libertação e bem-estar. Para o autor o capital social, “[...] nem sempre se apresenta acumulado no tecido social. Como semente de carvalho, pode crescer, evoluir e se tornar uma força social, uma torcida coletiva” (JARA, 1999, p.13).

Os cânones que constituem o paradigma do capital social parecem estar associados a ações coordenadas com base na confiança, normas, respeito mútuo, entre outros aspectos, que auxiliam na construção de algo em comum. Por este viés, autores como Robert Putnam (2001) e James Coleman (2001) buscam esclarecer que a organização social fundamenta-se em características inerentes às relações sociais e estas são capazes de instituir relações autônomas se comparadas às arcaicas relações de dependência às iniciativas públicas.

Para Coleman (2001), o capital social apresenta-se como um recurso das pessoas e se reproduz em diferentes formas caracterizadas através da interação entre membros de uma mesma família com traços étnicos semelhantes que compõe um grupo fechado com interesses comuns e sugere o sentido de identidade do grupo. Também aponta características como a organização, que posiciona o pensamento de determinado grupo sobre um dado assunto em defesa de um ponto de vista comum, as normas sociais, que oferecem proteção e segurança a determinados grupos, e as obrigações que os membros do grupo têm uns com os outros.

Nesta direção, os participantes de um grupo podem apresentar habilidades e conhecimentos distintos que caracterizam o capital humano, todavia as relações destas pessoas personificam o capital social na complexidade de elementos como a confiança, facilitando a atividade produtiva ao crer que as atividades atribuídas serão cumpridas.

Numa perspectiva institucionalizada, Putnam (2001) relaciona capital social às formas de organização pautadas nas relações de confiança, normas e cooperação em determinada comunidade. Estas comunidades tomam como base o compromisso cívico, sem a dependência exclusiva da iniciativa pública, constituindo uma rede de reciprocidade organizada e solidariedade cívica representadas por instituições criadas por interesses comuns. Para o autor, “[...] el ‘capital social’ se refiere a características de la organización social, como por ejemplo redes, normas e confianza, que facilitan la cooperación e la coordinación em beneficio mutuo” (PUTNAM, 2001, p.90).

Bourdieu (2011) também atribui ao capital social uma rede de relações, entretanto baseia-se numa rede durável de vínculos estimulada pelos benefícios materiais e simbólicos assegurados aos membros de um grupo. O grupo, fortalecido pela solidariedade, denota sentido de pertencimento sobre os benefícios disponíveis. Nessa perspectiva, define:

O capital social é um conjunto de recursos atuais e potenciais ligados a posição de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento: ou, em outros termos, o pertencimento a um grupo, como conjunto de agentes que não somente estão dotados de propriedades comuns (susceptíveis a ser percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas que também estão unidos por vínculos permanentemente úteis [tradução nossa] (BOURDIEU, 2011).

Assim, a rede é resultado de um trabalho contínuo de produzir e reproduzir vínculos duráveis e úteis através de um intercâmbio que transforma o que é intercambiado em signos de reconhecimento. Portanto, tanto o reconhecimento mútuo quanto o sentido de pertencimento a um determinado grupo resultam nos limites para o grupo. Estes limites podem ser modificados a cada novo participante, desde que seja conveniente para todos. Isto motiva, de acordo com Bourdieu, a reprodução do capital social (BOURDIEU, 2011).

Ortega e Matos (2013) analisam que a perspectiva de Bourdieu sobre o capital social transita no âmbito dos conflitos relacionados ao poder e que o conflito está presente no cotidiano dos indivíduos tanto no campo de força, quanto de luta, conforme o *habitus*, ou seja, de acordo com o comportamento, estilo de vida, valores morais no meio social em que está inserido o indivíduo (BOURDIEU 2006 *apud*, ORTEGA; MATOS, 2013).

Dessa forma, o *habitus* não se apresenta exclusivamente no comportamento individual do agente social, mas também nas semelhanças das histórias dos indivíduos, que, reconhecendo-se em suas práticas, reúnem-se resultando em ações coletivas assim como ocorre na Associação de Artesãos de Caaporã. Sobre este aspecto expressa Bourdieu (2009, p.98):

Não há dúvida que todo o esforço de *mobilização* que pretende organizar uma ação coletiva deve contar com a dialética das disposições e das ocasiões que se efetua em cada agente singular, seja ele mobilizador ou mobilizado (a histerese dos *habitus* sendo, sem dúvida, um dos fundamentos da defasagem entre ocasiões e as disposições em apreendê-las que produz as ocasiões perdidas e, em particular, da impotência, muitas vezes observada, em pensar as crises históricas segundo categorias de percepção e de pensamento diferentes daquela do passado, ainda que revolucionário) [...] (BOURDIEU, 2009, p. 98).

Portanto, quanto maior a rede de relações e o seu número de recursos, maior o volume de capital social. Tais redes são produto de “[...] estratégias de investimento social consciente

ou inconsciente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1998, p. 68). Quando consolidadas, as redes estabelecem um sistema de troca de signos em níveis de relação distintos (parentes, amigos, vizinhos), gerando reconhecimento mútuo.

As contribuições de Bourdieu sobre capital social renderam novas perspectivas por parte de alguns autores contemporâneos. Para Portes (2000, p.135), o capital social trabalhado por Bourdieu apresenta o “[...] maior refinamento teórico entre aquelas que introduziram o termo no discurso sociológico contemporâneo. Também Druston (2002, p.4) reconhece a importância de Bourdieu na construção da teoria do capital social sobre o plano coletivo e visto em grupos e comunidades. Entretanto, ambos autores apresentam novas perspectivas acerca do termo.

Portes (2000) considera o “capital social negativo” como a contraposição ao frequente tratamento positivo dado ao termo pela academia. Ao discutir seu significado, destaca pelo menos quatro consequências negativas que podem ser identificadas no capital social: “exclusão dos não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendente” (PORTES, 2000, p.146). Para Druston (2000), esta perspectiva permite compreender que nem sempre o capital social é caracterizado por resultados positivos, sendo pertinente considerar sua tipologia a partir das consequências e efeitos em indivíduos ou grupos.

Os estudos de Bourdieu e Putnam seguem a direção dos efeitos positivos do capital social sobre as relações em grupo. Entretanto, enquanto Bourdieu lança um olhar subjetivo onde considera que a presença de capital social pode ser atribuída à ideia do conflito relacionado ao poder e das relações sociais atuantes nos diversos campos. Verifica-se em Putnam o significado de capital social sobre o prisma da institucionalização das redes, normas, confiança (pela via da reciprocidade, dos relacionamentos horizontais e do associativismo voluntário) e da cooperação.

De acordo com Ortega e Matos (2013, p.55), tanto Bourdieu como Putnam compactuam de uma visão instrumentalista a partir dos seus posicionamentos sobre estrutura social, seus modos de organização e empoderamento. Neste sentido, é possível admitir que sujeitos empoderados podem assumir valores de identidades vinculados ao sentimento de pertencimento ou de referências que contribuem para a constituição das redes de relacionamentos.

2.3. A IDENTIDADE COMO ELEMENTO DE PRODUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Os valores de identidades estão vinculados ao sentimento de pertencimento ou de referência que contribuem para a constituição das redes de relações. De acordo com Ortega e Matos (2013), Bourdieu analisa o pertencimento a um determinado grupo como resultado das relações construídas a partir das histórias individuais dos indivíduos, conseqüentemente empoderados e capazes de se mobilizar em torno de “ações socialmente diferenciadas” (ORTEGA; MATOS, 2013, p.50).

Neste sentido, as relações sociais que fundamentam o capital social irão desencadear características possíveis de serem observadas a partir de grupos, cujas identidades individuais podem apresentar significados semelhantes entre seus membros.

De acordo com Castells (2008), a identidade pode ser observada no sentido simbólico individual, mas também se constitui a partir de uma ‘sociedade em rede’, pela qual indivíduos se tornam atores sociais ao organizarem-se em torno de uma sociedade secundária, dando sentido a identidade coletiva. Nessa direção, define o autor:

Entende-se por identidade a fonte de significados e experiência de um povo. No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de significado com base no atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 2008, p.22).

Berger e Luckmann (2011, p.221) afirmam que a identidade é formada a partir dos processos sociais, e esta identidade “[...] uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais”. Ambos acreditam que as estruturas sociais determinam os processos sociais presentes na formação e conservação da identidade.

Percebe-se que a construção da identidade é norteadada pela socialização do indivíduo. Nesse contexto é considerada sua história particular e as relações sociais constituídas ao longo de sua vida. Para Dubar (2005),

(...) a identidade não é dada, de uma vez por todas no nascimento: ela é construída na infância e, a partir de então, deve ser reconstruída ao longo da vida. O indivíduo jamais se constrói sozinho: ele depende tanto dos juízos quanto de suas próprias orientações e autodefinições. A identidade é fruto de sucessivas socializações (DUBAR, 2005, p.XXV).

Do mesmo modo, Hall (2014) argumenta sobre a constante construção da identidade, porém relacionando-a às permanentes mudanças históricas. Defende, portanto, uma concepção contrária ao essencialismo, que imprime a identidade como algo estático e idêntico

ao longo do tempo, dando-lhe o sentido pluralizado que acompanha o dinamismo da história. Dessa maneira, afirma que:

[...] as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processos de mudança e transformação (HALL, 2014, p.108).

Ainda de acordo com o autor, a construção da identidade ocorre dentro dos discursos, como também é fruto do jogo de poder histórico ou institucional que exclui e produz diferenças que acarretam em múltiplas identidades. Para Hall, a construção das múltiplas identidades se dá no “ponto de sutura” representado, por um lado, por sujeitos moldados por discursos, e por outro lado, pelos que produzem suas subjetividades (HALL, 2014).

Castells (2008, p.22) chama atenção para essa multiplicidade de identidades como “fonte de tensão e contradição, tanto na auto-representação quanto na ação social”. Isso ocorre, pois é preciso estabelecer a diferença entre papéis, que são definidos por instituições ou organizações que estabelecem normas que influenciam o comportamento das pessoas; e identidades, que apresentam significados (identificação simbólica) particulares para os atores sociais (CASTELLS, 2008).

Por outro lado, Dubar (2011) preocupa-se com os reflexos da identidade nos sujeitos. Segundo o autor, a imposição de uma identidade, ou mesmo a recusa dela são motivos para iniciar uma crise subjetiva de identidade. Portanto, não serão os avanços políticos, sociais ou tecnológicos inerentes ao mundo moderno que determinarão a crise, mas as relações sociais exercidas no conjunto destes avanços. Sendo assim, comenta:

A crise é desencadeada pela imposição de uma identidade não desejada ou pela recusa de uma identidade reivindicada. Enquanto uma identidade de uma pessoa vem de si mesma [...], não há crise, nem mesmo de identidade: ela é o que é. Contudo, mantém-se o ato de negação, uma política de identidade [...], implicando exclusões, imposições (“*sanspapiers*”), desconfianças (francês de verdade?) ou xenofobia (imigrantes não franceses), fazendo surgir a crise que reconfigura as relações sociais (“ele/nós”), perturbando a relação consigo (“quem eu sou realmente?”) e com os outros (“o que eles dizem que eu sou?”). A crise das identidades é o questionamento da relação de si mesmo com os outros e consigo mesmo (DUBAR, 2011, p. 183).

Bauman (2005, p.83) compara conflitos de identidade a um “campo de batalha”, onde indivíduos buscam afirmação ou reafirmação. Nesse âmbito, tomados pelas pressões coletivas, indivíduos ou grupos almejam afirmar quem são ao mesmo tempo em que querem que os outros os reconheçam. Assim, haverá sempre indivíduos ameaçados por grupos

menores que, por sua vez, serão ameaçados por grupos maiores que detém a maioria dos recursos.

Também é possível compreender o conflito de identidade quando vinculado às mudanças sociais ocorridas no mundo contemporâneo, seja no campo familiar, do trabalho ou comunitário. Tais mudanças podem ser observadas do nível global ao local, provocando transformações que implicam no acúmulo de identidades. Dessa maneira, ao receber as mudanças ocorridas em nível global, o indivíduo passa por transformações em nível local, sendo coagido a assumir várias identidades que, por sua vez, podem gerar tensões pessoais quando uma identidade interfere sobre a outra (WOODWARD, 2014).

Nesta perspectiva, as exigências praticadas na complexidade da vida moderna resultam em conflitos que podem comprometer as relações sociais. Assim, se indivíduos assumem diferentes identidades, é possível que estas entrem em conflito em razão das tensões entre as expectativas e normas sociais (WOODWARD, 2014).

Diante deste aspecto, é pertinente entender a identidade como elemento que interfere nas relações consigo mesmo, mas também com o outro. Se por um lado, indivíduos constroem identidades distintas, a fim de continuarem inseridos no contexto social moderno, por outro precisam assumir a identidade que melhor os representa em uma determinada situação.

Strauss (1999, p.64) aponta que a identidade é vista em contextos situacionais, nos quais as identidades do *'self'* e do outro são conhecidas, a situação é identificada, para consequentemente saber que 'eu' será assumido. Em situações problemáticas, o autor sugere, que “[...] uma pessoa precisa não apenas identificar o outro naquele momento, mas também, *pari passu*, identificar o seu *self* naquele instante”.

Grupos sociais organizados em associações ou cooperativas, por exemplo, podem enfrentar situações problemáticas nas quais seus participantes podem não assumir o *'self'* adequado a uma situação, resultando em possíveis conflitos de valor, confiança e respeito que comprometem a rede de relações.

Nesse contexto coletivo não cabe pensar a identidade como algo construído por indivíduos, mas por sujeitos² capazes de criar novas identidades para transformar estruturas sociais vigentes, a exemplo das ‘identidades de projetos’ em que atores sociais utilizam aspectos culturais locais para construir novas identidades, reafirmando-se na sociedade; como também a ‘identidade de resistência’, fruto da reação de atores sociais contra a desvalorização e estigmatização dominante (CASTELLS, 2008).

² Para Touraine (2006 *apud* VERONESE; LACERDA, 2011) sujeito significa o modo de reconhecer a si mesmo como ser capaz de defender suas singularidades, resistindo às estruturas sociais a partir do confronto e do debate.

Assim, a identidade pede ser vista como base de mudanças e transformações a partir da reação de atores sociais sobre aquilo que os oprime. Nesta perspectiva, os “eus” construídos e internalizados pelos sujeitos significam a base das inter-relações que possibilitam a existência de capital social que alimenta o desenvolvimento local.

2.4. O ARTESANATO NAS NOVAS RELAÇÕES SOCIAIS DO ESPAÇO RURAL

O espaço rural brasileiro apresenta uma nova dinâmica baseada nas transformações de ordem física e humana. As práticas relacionadas ao campo já não se caracterizam exclusivamente pela atividade agrícola provedora de alimento, mas também por novas formas de trabalho associadas às tradições e cultura familiar.

Nessa perspectiva, Wanderley (2000, p.11) aponta para o perfil do agricultor ‘polivalente’ ou ‘pluriativo’, que reúne competências profissionais agrícolas tradicionais a novas atividades relacionadas ou não ao campo, como demonstra a tabela 1 (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE, 2011) sobre o perfil das novas atividades praticadas no espaço rural, destacando a pluriatividade e a atividade não-agrícola por conta própria num quantitativo significativo em relação às atividades estritamente agrícolas:

Tabela 1 – Ocupações pluriativas e não-agrícolas no campo

Tipos de famílias com residência rural, segundo ocupação de seus integrantes – Brasil 2009

Tipo de família	Famílias		Tipo de família	Famílias	
	Em 1.000 famílias	Em %		Em 1.000 famílias	Em %
Empregadores 3+ ⁽¹⁾	75	0,9	Agrícolas	1.766	20,2
Agrícolas ⁽²⁾	16	0,2	Pluriativas	1.029	11,8
Pluriativas ⁽³⁾	15	0,2	Não-agrícolas	694	7,9
Não-agrícolas ⁽⁴⁾	44	0,5	Assalariados ⁽⁷⁾	3.470	39,7
Empregadores 2- ⁽⁵⁾	265	3,0	Agrícolas	1.506	17,2
Agrícolas	129	1,5	Pluriativas	425	4,9
Pluriativas	80	0,9	Não-agrícolas	1.539	17,6
Não-agrícolas	57	0,6	Não-ocupado ⁽⁸⁾	1.451	16,6
Conta própria ⁽⁶⁾	3.489	39,9	TOTAL DE FAMÍLIAS	8.750	100,0

Fonte: Projeto Rurbano/ Elaboração: DIEESE

Nota:

- (1) Famílias que contratam 3 ou mais empregados permanentes nos seus empreendimentos
- (2) Famílias em que todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades agrícolas
- (3) Famílias em que alguns integrantes se dedicavam às atividades agrícolas e outras às não-agrícolas
- (4) Famílias em que todos os integrantes ocupados se dedicavam às atividades não-agrícolas
- (5) Famílias que contratam até 2 empregados permanentes nos seus empreendimentos
- (6) Famílias que não contratam empregados permanentes nos seus empreendimentos
- (7) Famílias sem nenhum empreendimento e com pelo menos um integrante como assalariado
- (8) Famílias em que nenhum integrante estava ocupado na semana de referência da pesquisa

Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE, 2011.

Graziano da Silva (1997, p.3) analisa as atividades não-agrícolas como uma alternativa de emprego e renda no cenário rural, onde o que era considerado apenas atividade de “fundo de quintal” muitas vezes engloba cadeias produtivas, serviços pessoais ou produtivos sofisticados ou complexos.

Muller (1998 *apud* Wanderley, 2000) coloca que esta nova configuração do campo origina um agricultor empreendedor, obrigando-o a adquirir competências que deem conta das novas atividades cuja característica é fundamentalmente comercial.

Por outro lado, Carneiro (1997) verifica as novas formas de trabalho ofertadas no campo como resultado da aproximação do urbano e rural. No âmbito das relações sociais, ocorrerão trocas que não implicam necessariamente na descaracterização cultural, ao contrário, podem fortalecer a identidade. Nessa direção, ressalta:

A heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, não provoca obrigatoriamente a descaracterização da cultura local. Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora” (CARNEIRO, 1997, p.58).

A partir destas discussões, nota-se que a organização do espaço rural está relacionada às novas funções no campo, abrangendo grupos com ou sem relação de parentesco, que se organizam em torno de um objetivo, a exemplo de associações cujos sujeitos se apropriam de aspectos culturais locais e colocam em prática identidades, afirmando-se ou reafirmando-se na sociedade, a exemplo da cultura popular.

Fruto da interação social, a cultura popular apresenta-se no contexto das relações sociais como elemento de afirmação social no campo. Das manifestações, geralmente relacionadas à história e à cultura do lugar, resultam sujeitos que associam suas tarefas cotidianas aos aspectos culturais locais, preconizando valores, crenças e tradições. Neste contexto, pessoas e grupos tornam-se atores responsáveis pela afirmação ou reafirmação da identidade de um lugar, assumindo um jogo de resistência.

De acordo com Canclini (1983), a cultura popular é um produto da interação social. Tem característica flexível, ou seja, se modifica em razão do tempo e por processos culturais que não seguem o estilo funcionalista de domínio de massas. Neste sentido, fundamenta-se na análise Gramsciana para identificar a hegemonia como produtora de movimentos dinâmicos e complexos da sociedade, representando o sistema de dominação, como também apresentando resistência a este sistema.

Do mesmo modo, Hall (2003, p.254) coloca a cultura popular num campo de luta estabelecido nas relações sociais entre o hegemônico e o popular quando explica que:

Há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a cultura popular; para cercá-la e confiar suas definições e formas dentro de uma gama mais abrangente de formas dominantes. Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural.

Individualmente ou em grupos a cultura popular reproduz, material e simbolicamente, o pensamento das pessoas sobre aquilo que divergem, concordam ou, simplesmente, o que faz parte da sua memória, independente do jogo de resistência travado nas relações sociais. Entre as manifestações da cultura popular alguns autores citam o artesanato como forma de expressar as relações sociais, considerando aspectos que vão do registro de aspectos do cotidiano à sua relação com o trabalho, sobretudo no espaço rural.

Canclini (1983, p.53) propõe entender o artesanato “(...) como um produto inserido nas relações sociais e não como objetos voltados a si mesmos”. De fato, é possível identificar que a criação do artesanato deriva das crenças, religiões, tradições, modos de vida e valores, promovendo a representação da realidade cotidiana através da produção e seriação de

utilitários como vestimentas, adereços, mobiliários, peças decorativas e funcionais (SILVA, 2006, p.13).

Nessa perspectiva, o artesanato encontra-se intrinsecamente relacionado à vida de um povo, precisamente ao seu cotidiano, como também ao trabalho como complemento da renda familiar e, sobretudo, a identidade como forma de resistência e preservação da memória, conforme comenta Lody (1986, p.153):

É o artesanato também a resistência como forma de evidenciar identidade uma oposição à mudança [...]. É preciso entender que na memória tem-se os motivos, as intenções e os conhecimentos das técnicas, e é essa memória que o povo usa, reporta, aproveita e transforma como lhe convier.

No contexto do trabalho, o artesanato apresenta benefícios como atividade empreendedora capaz de gerar desenvolvimento regional. Sua produção tradicional é absorvida pela própria comunidade, como também pode receber alguma inovação sem perder a identidade, atraindo consumidores (FILGUEIRAS, 2005).

No Brasil, as formas de organização em torno do artesanato incluem núcleos de artesãos, associações, cooperativas, sindicatos, federação e confederação. De uma maneira geral, estas modalidades buscam satisfazer os anseios do artesão quanto à melhor produtividade, divulgação e comercialização do produto a partir de normas sociais que garantam a organização política, econômica e cultural para a prática do ofício (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC, 2012).

Individualmente ou de maneira organizada é nas mãos do artesão que o artesanato recebe sentido, assumindo formas que representam a identidade particular da localidade e do seu povo. É do artesão que deriva a criatividade e a habilidade indispensáveis no processo de produção do artesanato. Dessa forma, trabalho será um vínculo entre o artesanato e o artesão, sendo também associado à diversão e cultura, pois:

[...] o artesão ou artista se expressa ao mesmo tempo e no mesmo ato em que cria valor. Seu trabalho é um poema em ação. Trabalha e se diverte ao mesmo tempo”. [...] o artesanato ativo, que é igualmente diversão e trabalho, é o meio da cultura; e para o artesão não há rupturas entre os mundos da cultura e do trabalho (MILLS, 2009, p.62)

Para Lody (1986), o trabalho com artesanato ganha um novo entendimento que substitui a visão do artesão como mero detentor de técnicas extrativistas primárias. Nessa nova perspectiva, os artesãos são denominados ‘neo-artesãos’, pois buscam no artesanato uma alternativa de complementação da renda familiar, tendo em vista a escassez de empregos.

Sobre este aspecto, Parente (1994 *apud* CARVALHO, 2001) complementa que, além da possibilidade de geração de renda, a produção do artesanato proporciona a ocupação para uma

mão-de-obra ociosa, promove as trocas culturais e comerciais, incentiva o turismo e a conservação ambiental. Tal consideração não coloca a atividade artesanal como solução única dos problemas socioeconômicos de uma localidade, mas permite visualizar o artesanato como instrumento de ocupação produtiva que contribui para o desenvolvimento local.

Do mesmo modo, Martins (1973 *apud* OLIVEIRA 2007, p. 51) atribui a produção artesanal uma maneira segura e rentável de preencher o tempo de uma população ociosa:

[...] a produção de objetos de arte popular deve ser feita especialmente com matéria-prima disponível e, na maioria das vezes, gratuita, configurando-se em um meio fácil, seguro e rentável de preencher o tempo vago da mão-de-obra ociosa, e como reflexo imediato na elevação do padrão de vida e valorização do homem.

Em comunidades de contexto rural, é possível identificar grupos voltados à produção do artesanato como alternativa ou associação ao trabalho agrícola. Nestas localidades a matéria-prima disponível aliada ao potencial criativo e inovador dos sujeitos sociais e incentivos institucionais públicos ou privados para o empreendedorismo dão condições à produção e comercialização do artesanato, assegurando renda e permanência no lugar de origem. Nesta direção, acrescenta Leitão (2005, p. 117):

[...] a população de muitos municípios brasileiros [...] encontram na atividade artesanal uma saída para falta de emprego e renda. Atividade que tem possibilitado melhoria na qualidade de vida, desenvolvimento local e diminuição do êxodo rural.

Neste aspecto, Laurentino e Ataíde de Almeida (2010) não descartam a participação institucional junto à produção artesanal para auxiliar artesãos de pequenas localidades no enfrentamento de desafios:

[...] sabemos que o fortalecimento da produção artesanal local estimula a geração de benefícios para a comunidade. Esse movimento de pessoas da localidade e da presença de instituições faz parte de uma ação que tem a intenção de estimular melhorias de vida nesse espaço rural (LAURENTINO; ATAÍDE DE ALMEIDA, 2010, p.12).

A diversidade cultural encontrada no meio rural inclui o artesanato, tradicional ou inovador, como oportunidade de geração de renda suplementar para famílias, fortalecendo os laços de identidade através da produção de artefatos utilitários ou simbólicos que remetem à tradição e ao cotidiano. Da mesma forma, é possível observar sujeitos sem relação parental estabelecendo uma relação de troca e parceria através das associações. Neste caso, o “envolvimento de cada membro na associação é parcial, enquanto, por exemplo, na família as pessoas estão completamente envolvidas” (COELHO, s/d, p.24).

Esta coesão de pessoas em torno da atividade artesanal remete ao novo dimensionamento do rural brasileiro que se utiliza de mecanismos e estratégias voltadas para melhoria da qualidade de vida das populações sob a égide do desenvolvimento local.

3. O RURAL COMO *LOCUS* DA PESQUISA

A distinção entre o urbano e o rural passou de uma simples definição de espaço geográfico para uma discussão dicotômica histórica que coloca o urbano como espaço do ‘progresso’, e o meio rural como sinônimo do ‘atraso’, termo geralmente defendido pelos latifundiários contrários às inovações capitalistas defendidas pelas forças sociais (GRAZIANO, 1997). Entretanto, no atual contexto, observam-se novas interpretações que aproximam os espaços no sentido das relações sociais como forma de diferenciação social (GRAZIANO; CAMPAHOLA, 2004).

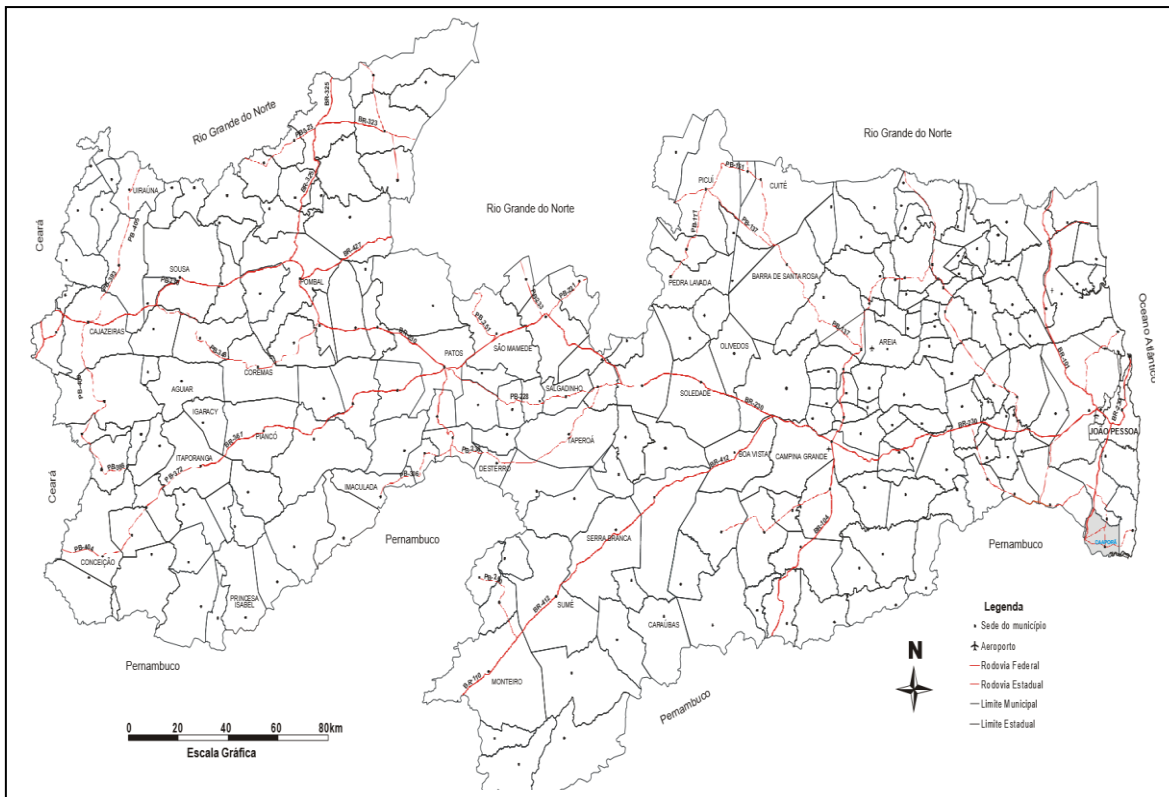
Para Abramovay (2009, p.22) “não existe uma definição universalmente consagrada de meio rural”, porém é possível considerar sua relação com a natureza e o princípio da valorização da preservação do meio natural; a importância das áreas não densamente povoadas, que propiciam à possibilidade de escolha pela segurança e de proximidade das relações sociais (vizinhos, família, comunidade) e a dependência do meio rural ao sistema urbano, caracterizada pelos laços diretos ou indiretos com serviços básicos que facilitam o convívio no campo.

Tal direcionamento possibilita refletir sobre o novo cenário do rural, sobretudo, nos municípios onde é possível verificar a monocultura açucareira compartilhando espaço com indústrias multinacionais e com o turismo, a exemplo de Caaporã, na Paraíba, local onde se situa o objeto deste estudo. Entre suas características, o município apresenta-se como testemunho do dinamismo do espaço rural proveniente das relações sociais que ganham resignificado a partir do cotidiano dos sujeitos com a cultura local.

3.1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS, SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ

O Município de Caaporã está localizado na Microrregião do Litoral Sul e Mesorregião da Mata Paraibana. Sua Área é de 150,168 km², o que representa 0.2661% do Estado da Paraíba, 0.0097% da Região Nordeste e 0.0018% de todo o território Brasileiro. Sua sede apresenta altitude aproximada de 29 metros e está localizada a uma distância de 44,8343 Km da capital João Pessoa - PB. O acesso é feito, a partir de João Pessoa, pelas rodovias BR 101, PB 044 e PB 034. Limita-se ao Norte com Alhandra, ao Sul com Goiana – Pernambuco, a Leste com Pitimbu e a Oeste com Pedras de Fogo (ilustração 1). Em seu território constitui-se o Distrito de Cupissura, há 5 km da sua sede (LIMA, 2014).

Ilustração 1 – Localização do Município de Caaporã no mapa de acesso rodoviário da Paraíba



Fonte: Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2005.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), a população total do município é de 20.326 habitantes, sendo 17.548 distribuídos na área urbana e 2.814 na área rural. Seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM apresenta 0,602, considerado um índice de desenvolvimento humano médio, que lhe confere a posição de número 69 em relação aos 223 municípios do Estado da Paraíba. Em relação ao trabalho, registra-se que, em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 23,75% trabalhavam no setor agropecuário, 1,62% na indústria extrativa, 17,47% na indústria de transformação, 5,33% no setor de construção, 1,16% nos setores de utilidade pública, 10,16% no comércio e 37,04% no setor de serviços (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD, 2013).

O município iniciou seu processo de urbanização a partir do povoado “Boca da Mata”, que dava acesso às praias de Acaú e Pitimbu. Entre 1917 e 1918 as terras dos então proprietários foram vendidas ao Coronel Alberto Lundgren, que se apossou da vereda denominada “Boca da Mata”, como também do Engenho Tabu. Ao adquirir mais 8.000 hectares de terras os Lundgren instalam a Fazenda Tabu, acentuando o processo de

urbanização a partir da ocupação de moradias de trabalhadores rurais e suas famílias às margens do caminho de acesso às praias, motivo pelo qual a ocupação da cidade acompanha grande extensão territorial horizontal (LIMA, 2014).

Em 12 de janeiro de 1964, Caaporã então distrito de Pedras de Fogo, foi emancipado e oficialmente elevado à categoria de município. Até então, tinha na agricultura sua principal base econômica, fundamentalmente representada pelo cultivo da cana-de-açúcar utilizada pela Fazenda Tabu para produção do açúcar. Concomitantemente, outras atividades compunham a ordem da economia local, a exemplo do cultivo do coco, que abastecia o Sul do país, do sisal, que durante anos foi o principal produto agrícola para exportação do município, das olarias para a fabricação de peças em barro e do azeite de dendê, produzidos no Distrito de Cupissura, da extração de madeira de espécies da Mata Atlântica, e da farinha de mandioca produzida artesanalmente em casas de farinha de sítios da região e comercializada em João Pessoa, Paraíba.

A diversidade produtiva do município foi suprimida a partir da década de 1970, quando o cultivo da cana-de-açúcar foi intensificado, recebendo incentivos do governo federal para produção do álcool. De acordo com Lima (2014), a partir de 1979 o advento do Programa Pró-Álcool³ fragilizou o convívio com as demais atividades agrícolas locais, atingindo, inclusive, pequenos agricultores que foram obrigados a abandonar seus sítios nas terras da Fazenda Tabu, onde possuíam lavouras de subsistência, cedendo lugar ao cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima essencial para indústria alcooleira.

Hodiernamente, além da atividade agrícola representada pela cana-de-açúcar e pela pequena cultura do inhame, milho, feijão, batata doce, mamão, entre outros itens, Caaporã dispõe de indústrias e do comércio como esteio econômico. Entre as indústrias destacam-se a Fábrica de Cimento Campeão, do Grupo Lafarge, presente desde 2010 no município, gerando 225 empregos diretos e 1.200 indiretos; a Agroindustrial Tabu S/A (Destilaria Tabu), fundada em 1979 pela família Lundgren, atualmente empregando cerca de 350 pessoas na área industrial e aproximadamente 1.300 no campo em regime sazonal; e a Indústria e Comércio de Alimentos Naturais LTDA, instalada desde 2002 no ramo de carcinocultura na região de restinga e manguezal de Caaporã.

O comércio também participa da economia local através de pequenas lavouras e de produtos oriundos da lavoura temporária expostos à venda na feira livre realizada duas vezes

³ De acordo com Carvalho e Carrijo (2007), o Programa Pró-Álcool foi empreendido no Brasil em 1975 e tinha como objetivo principal substituir derivados do petróleo. Proporcionou grande aumento na extensão da cultura da cana-de-açúcar, ampliou a geração de empregos no campo, substituiu culturas alimentares e provocou significativos danos ambientais.

por semana (sábados e domingos). Alguns destes produtos também são destinados ao comércio externo, exatamente às cidades pernambucanas de Goiana, Recife, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, e para capital, João Pessoa (LIMA, 2014).

Além da relação comercial estabelecida com o Estado de Pernambuco, sobretudo com o município de Goiana, devido a sua localização geográfica (ilustração 2) e acessibilidade rodoviária, as relações de consumo apresentam forte influência junto à população de Caaporã. Assim, ao observar a distância de Caaporã em relação a João Pessoa e Goiana, em Pernambuco, é possível compreender a estreita relação entre os municípios fronteiriços, apesar da procura dos caaporaenses pela infraestrutura também disponível na capital João Pessoa.

Ilustração 2 – Localização do município de Caaporã em relação a João Pessoa e Goiana



Fonte: Google Earth, em 08 de março de 2015

Outros aspectos que intensificam a relação intermunicipal são a oferta de educação profissional e superior disponíveis no centro de Goiana e a incorporação da mão de obra local para suprir as necessidades das fábricas da Fiat Chrysler Automobiles – FCA, Hemobrás, a Vivix Fábrica de Vidros Planos e a Companhia Brasileira de Vidros Planos – CBVP estabelecidas em Goiana – Pernambuco. Neste contexto, observa-se que, mesmo antes do seu funcionamento, as fábricas apresentaram uma grande oferta de empregos na área da construção civil, caso da Fábrica da Fiat, que absorveu mão de obra para trabalhar nas obras

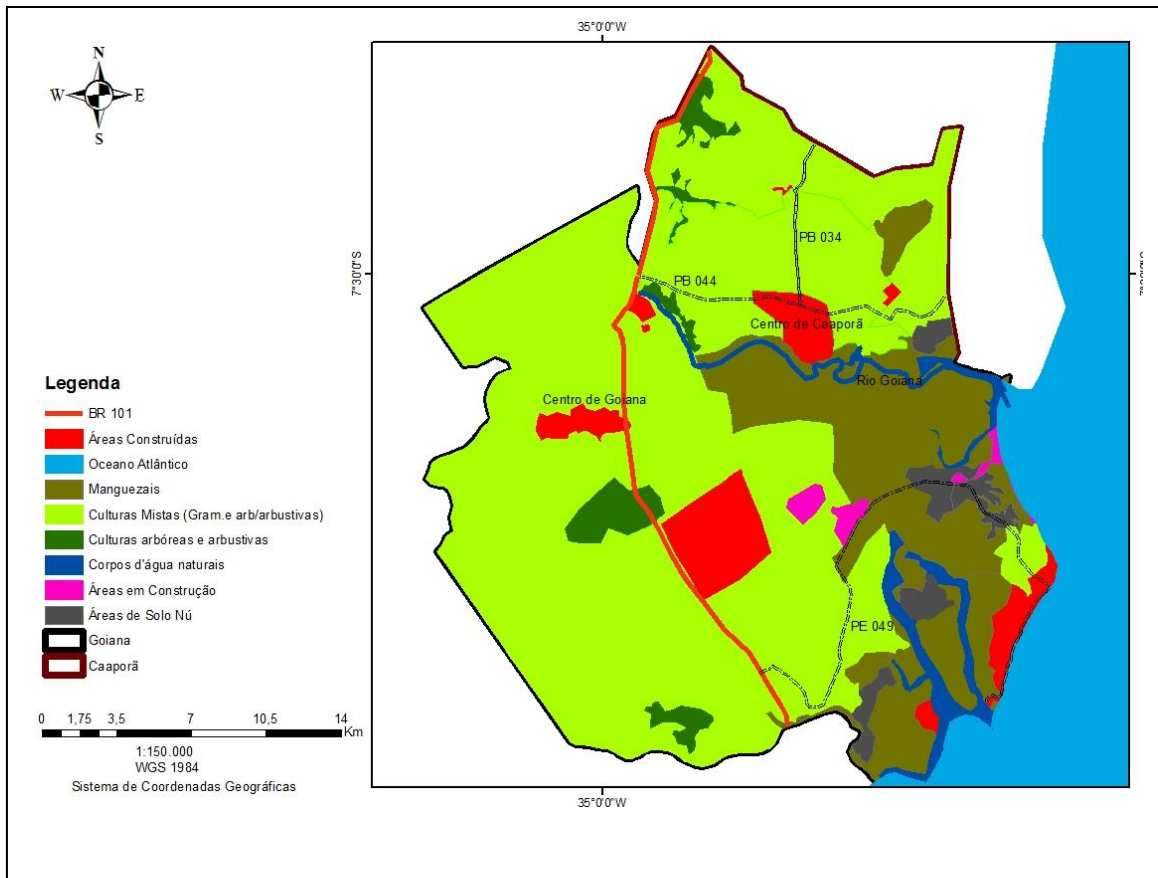
da planta industrial, conforme divulgado pelo Governo do Estado de Pernambuco em dezembro de 2011 (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2011).

Ainda tomando como exemplo a Fábrica da Fiat, observa-se que a atual necessidade por mão de obra qualificada e específica abrange não apenas o Estado de Pernambuco como também a Paraíba. De acordo com Clemente (2014), em matéria do Jornal Diário de Pernambuco, a ocupação de novos postos de trabalho será necessária na fase de operação da fábrica, iniciada em abril de 2015. Por isso a Fiat anunciou uma parceria com instituições de ensino superior, técnico e profissional dos dois estados para ocupar 180 cargos de liderança diretamente relacionados à indústria automotiva.

O mapa da ilustração 3 identifica as áreas ocupadas pelas fábricas que atraem demanda por postos de trabalho nas duas cidades limitadas pelo Rio Goiana. Em Caaporã as áreas construídas, destacadas em vermelho, referem-se ao centro do município, que acompanha parte da PB-044. Ao norte, próximo a PB-034, identifica-se a Destilaria Tabu, antigo Engenho Tabu, considerada um remanescente da história de Caaporã ainda em atividade. A leste verifica-se a Fábrica de Cimento Lafarge, localizada nas proximidades da PB-044, após a área central do município.

No Estado de Pernambuco, a mesma ilustração confere a localização das quatro fábricas instaladas no município de Goiana. Às margens da BR-101 Norte, a área maior em vermelho representa a Fábrica da Fiat. No Centro de Goiana, a Companhia Brasileira de Vidros Planos – CBVP e, ao Norte do município, próximo a BR-101 Norte, as fábricas da Hemobrás e Vivix Vidros Planos.

Ilustração 3 – Mapa de uso e ocupação dos municípios de Caaporã e Goiana



Fonte: Google Earth, adaptado por SILVA, 2015.

O posicionamento das fábricas constitui um elemento de integração entre os municípios, justificado pela oferta de empregos e pelo acesso a infraestruturas adequadas às necessidades da população. Tal relação não é estritamente atual. De acordo com Lima (2014), até 1960 Caaporã não dispunha de uma maternidade, fato que resultou no registro dos seus habitantes como pernambucanos por terem nascido em hospitais de Goiana. Dessa forma, apenas os nascimentos realizados em Caaporã com parteiras eram registrados no local. Após a emancipação política do município em 1964, percebe-se o desenvolvimento de uma infraestrutura mais ampla para o atendimento da população local e, posteriormente, trabalhadores das indústrias ali estabelecidas.

Atualmente, serviços públicos municipais, anteriormente utilizados pelos moradores, estão sendo compartilhados por trabalhadores visitantes e aqueles que passaram a residir no município, motivados pelo trabalho na Fábrica de Cimento Lafarge em Caaporã. Tal contexto acarreta a necessidade de ampliação e melhorias na infraestrutura básica local, o que não ocorre ultimamente.

Esta perspectiva contraria autores como Blakely e Bradshaw (1985). Ambos consideram que “a sociedade rural avançada” é aquela que agrega indústrias e serviços a sua economia tradicionalmente agrícola e que, portanto, valoriza as questões ambientais, investe nos recursos humanos locais e na infraestrutura social (educação, saúde, saneamento, segurança social, transportes). Ademais defendem que a fixação de grandes empreendimentos não-agrícolas, característicos da nova economia rural, geram expectativas na população, incluindo a melhoria de infraestrutura básica e a geração de empregos.

No quadro atual, Caaporã enfrenta problemas recorrentes comparados a algumas cidades periféricas brasileiras. O acesso ao município pela Rodovia Estadual PB-044 encontra-se em estado sofrível (ilustração 4), sinalizando algumas das dificuldades enfrentadas não apenas pelos seus habitantes e trabalhadores das indústrias locais, mas também visitantes das praias de Acaú e Pitimbu. Tal aspecto não é diferente no trecho urbano da cidade, onde acessos importantes para o comércio e órgãos administrativos municipais parecem estar em constantes reparos, conforme averiguado na última visita de campo realizada em 2015 (ilustração 5).

Ilustração 4 – Foto do acesso ao Município de Caaporã



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Ilustração 5 – Foto do trecho em obras/ Rua Salomão Veloso, Caaporã - Centro



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Entre a população, é possível identificar certa insatisfação quanto à falta de bons serviços públicos municipais, além da inabilidade administrativa quanto ao cumprimento de compromissos junto ao funcionalismo público, conforme observado na fala de uma das entrevistadas ao comentar sobre o atraso na folha de pagamento de professores da rede municipal de ensino: “A prefeitura não paga, quando paga é atrasado...” (ARTESÃ

PARTICIPANTE 6). Até o mês de janeiro de 2015 os professores do município não haviam recebido o 13º salário, acarretando a paralização e suspensão das atividades escolares.

Considerando tais questões, parece ser uma alternativa ainda frequente entre a população de Caaporã recorrer aos serviços da vizinha pernambucana Goiana ou deslocar-se para a capital João Pessoa para suprir eventuais necessidades.

Em oposição à carente infraestrutura de uso público, Caaporã registra aspectos culturais significativos, porém, pouco conhecidos pela comunidade, sobretudo entre os jovens. Em conversa com a escritora e vice-diretora da Secretaria de Cultura Municipal de Caaporã, a Sra. Lúcia Santos Lima, os aspectos histórico-culturais de Caaporã se acentuaram nos anos de 1950 e 1960, mas pouco foi conservado em razão do preconceito da população sobre as manifestações culturais geralmente relacionadas à dança e à música, entre elas: babau (mamulengo), boi-bumbá, ciranda, coco de roda, pastoril, violeiros, entre outros. De acordo com Lima (2014, p.133) o que colaborou para a rejeição da comunidade sobre os aspectos culturais locais foi “o desaparecimento dos líderes da comunidade Barreiras Grandes em Caaporã”, que tinham como proposta a disseminação da cultura entre a população.

Atualmente, o artesanato encontra-se inserido entre os aspectos culturais ainda praticados por moradores do município. Os artesãos de Caaporã seguem em suas atividades por prazer ao ofício, seja individualmente ou reunidos em associação, utilizando os recursos disponíveis, experimentando novas técnicas e contribuindo para a diversidade de elementos culturais locais.

3.2. A ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ

A Associação de artesãos Flor-de-lis de Caaporã foi registrada oficialmente em cartório em 17 de setembro de 2004 por iniciativa de onze artesãs, conforme ata de fundação (ver anexo 1). A assembleia geral ordinária de fundação da associação foi realizada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e presidida pelo seu então secretário. No momento foi lido e aprovado o estatuto social, bem como realizada a eleição para presidência da associação. Ficou decidido, entre outras questões, o mandato de dois anos para o presidente e a possibilidade de reeleição por igual período. Ademais, acordou-se a contribuição mensal no valor de R\$ 2,00 (atualmente R\$10,00) para cada membro, com a finalidade de manutenção da associação.

De acordo com componentes da associação, a iniciativa de organização partiu da Sra. Maria do Carmo (Dona Carminha), atualmente residente da Cidade de João Pessoa, em idade

avançada e saúde frágil. Até o ano de fundação da associação foram pelo menos quatro tentativas de organização. Segundo relatos, Dona Carminha buscou reunir artesãos do município entre os anos de 2000 e 2001. Neste período seus membros levantaram dados históricos, culturais e naturais significativos sobre da cidade. A intenção era reunir informações que contribuíssem para criação de um tipo de artesanato que representasse o município e o grupo, algo que se relacionasse diretamente à busca da identidade através da preservação da memória coletiva (CASTELLS, 2008). Este aspecto pode ser evidenciado na fala de uma das artesãs da associação:

Eu tenho uma cópia até do período que a gente começou fazendo pesquisa, levantando a história do município... Na época era Boca da Mata, que dependia do plantio de macaxeira, essas casas de farinha... Porque a gente começou puxando a história do lugar para daí trazer um artesanato com a simplicidade do local. A gente levantou várias pesquisas, e lá vai, mas... Muita coisa, histórias preciosas, a gente descobriu daqui (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Desde seu processo de organização até o período de atuação como associação (2000-2004), o grupo estima a participação de cerca de trinta artesãos entre homens e mulheres presentes em encontros e reuniões. Importante ressaltar que não foram disponibilizadas atas de reuniões realizadas antes do registro oficial do grupo como associação, sob alegação de perda destes documentos. Desta forma, o número de participantes identificado durante o processo de organização da associação encontra-se baseado, nesta pesquisa, exclusivamente no depoimento das entrevistadas.

Segundo as artesãs que participaram do processo de organização do grupo (artesãs participantes 2, 5, 6 e 7 e artesãs ex-participantes 1 e 2) o propósito das reuniões era discutir questões de produção, participação em eventos, localização de uma sede, como também o nome da associação. Alguns desses encontros ocorreram durante eventos promovidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor da Paraíba (SEBRAE-PB) e pela Secretaria de Ação Social do município. Nestes eventos eram oferecidas oficinas e palestras sobre técnicas do artesanato e empreendedorismo aos artesãos com a colaboração de professores da Universidade Federal de Paraíba – UFPB.

Em um dos encontros organizados pelo SEBRAE-PB, o nome “Traçar” foi sugerido por um dos artesãos para identificar o grupo. A escolha foi justificada pelo fato dos artesãos terem habilidades relacionadas ao “traçado”, como barro, cipó, madeira, entre outros. Nem todos os membros concordaram com a sugestão, até que em 2004, o grupo contrário ao nome “Traçar”, recebeu apoio político para o registro do grupo com o nome ‘Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã’, conforme explica uma ex-participante do grupo:

Essa Flor-de-lis [nome dado à associação] foi de outro grupo, reuniu o grupo que era do lado deles [prefeitura], que votava neles. Aí falou assim: a gente vai registrar a associação, para vocês ficarem registrados, documentados (ARTESÃ EX-PARTICIPANTE 2).

A escolha do nome ‘Flor-de-lis’ levou alguns artesãos a não se integrarem à associação, havendo a princípio a adesão de apenas onze sócios fundadores. Após a fundação observou-se que o quantitativo de participantes da associação sofreu constantes oscilações, “começou com onze pessoas, e foi por aí... Depois chegou a vinte, vinte e cinco... Depois tinham até trinta pessoas, depois foi desvanecendo, saindo...” (ARTESÃ PARTICIPANTE 6). O aumento e diminuição do número de membros foram constatados pela frequência nas reuniões, pelo interesse pontual em eventos como feiras e exposições de artesanato e principalmente pela falta de resultados do grupo. Este último aspecto é percebido no relato entusiasmado da artesã participante 2, que acredita no retorno de ex-participantes à associação:

A maioria saiu por conta disso, porque passam anos e a gente não vê resultado de nada. Mas eu tenho plena certeza que, se chegar o momento que dê certo, [...] todos esses que saíram vão retornar porque viram que realmente deu certo (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

A associação atualmente não possui uma sede, porém no ano de 2003, um ano antes da sua fundação, a prefeitura municipal cedeu o espaço que fazia parte de um conjunto de seis quiosques localizados às margens da PB-044 (ilustração 6), cuja finalidade era servir como ponto de apoio para motoristas que tinham como destino as Praias de Acaú e Pitimbu. Entre lanchonetes e bares, o quiosque cedido ao grupo de artesãos (ilustração 7) era considerado pelos artesãos como a sede do grupo, servindo de vitrine para sua produção artesanal. O fato de o quiosque não ter sido doado formalmente ao grupo em 2003 não garantiu a posse da sede ao grupo de artesãos, conforme relata uma das artesãs ex-participante:

O prefeito fez o quiosque, eu tinha feito um projeto, um desenho e tinha pedido ao prefeito a casa do artesão com um local para gente vender e ter as oficinas.

Como em outros lugares, como em João Pessoa, a casa dos artesãos tem os quiosques. Fiz um modelo e dei para ele. Ele disse que não foi possível fazer a casa do artesão no momento, mas os quiosques ele fez naquele trecho que era um lugar movimentado.

Ele doou o quiosque do meio, ele entregou o quiosque nas minhas mãos. E disse: Rita, esse quiosque do meio é da associação do artesanato.

Só que ele não documentou isso, na câmara, não oficializou, não saiu no diário oficial.

Quando foi na outra campanha política, aí a mulher [prefeita] ganhou e pegou um grupo para lado dela. Aí me excluíram junto com seu Joaquim e dona Maria, os artesãos!

Aí formaram um grupo, colocaram Flor-de-lis e pegaram o quiosque [...], foi quando a gente caiu fora! (ARTESÃ EX-PARTICIPANTE 2).

Ilustração 6 – Foto do conjunto de quiosques às margens da PB-044



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Ilustração 7 – Foto do antigo quiosque da associação



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Até o ano de criação da Associação Flor-de-lis, o grupo de artesãos utilizava o quiosque para a produção, exposição e comercialização dos produtos. Os artesãos que tinham disponibilidade trabalhavam no quiosque produzindo e vendendo as peças em horários predefinidos pela liderança do grupo representada pela artesã ex-participante 2. Outros produziam em casa e forneciam seus produtos para venda no quiosque. Segundo relatos, o quiosque recebia um número expressivo de turistas que compravam e encomendavam o artesanato exposto:

A gente vendia muitas peças da gente para o pessoal que ia para praia. Os turistas. Aí viam lá, paravam lá e sempre compravam alguma coisa. Faziam encomenda para Dona Maria (ARTESÃ EX-PARTICIPANTE 1) que faz balaio... sempre tinha encomenda para ela... (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

Era tão bom! Todo dia eu saía. Todo mundo faltava, mas era difícil eu faltar. Levava um monte de material para lá. Era fazendo e “jogando” lá. Daí aparecia gente querendo encomendar 100, 200 peças. Encomenda conforme os tempos e o carros vinham pegar (ARTESÃ EX-PATICIPANTE 1).

Entre os anos de 2003 e 2005 as limitações quanto à habilidade administrativa foram observadas entre as mesmas. As artesãs não trabalhavam com estoque de produtos e as encomendas realizadas por moradores do município passaram a ser o principal meio de comercialização do artesanato produzido pela associação, como é possível identificar na fala de uma das sócias:

A gente botava lá, deixava lá exposto, o pessoal comprava. A menina que ficava lá arrecadava o dinheiro, no final de semana ela passava para cada artesão... se o artesão vendeu cinco peças, então o dinheiro daquelas cinco

peças era passado para ele. Aí sempre as meninas decidiram prestar contas todo final de semana. Não quiseram prestar contas por mês, sempre por semana. Aí sempre era feito, só que à medida que foi vendendo não foram colocando de volta as peças que iam sendo vendidas. Então não tinha estoque. Vendeu, ficou sem nada. A partir daí ficaram só em cima das encomendas. Só que começou a pegar algumas encomendas do pessoal daqui, mas o pessoal de fora, que passava, não via nada exposto, deixaram de parar. Alguns que faziam encomendas passaram somente para pegar e não voltaram mais. E as coisas foram faltando. Em termos de vendas, não gerou muito não (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Sem produtos nas prateleiras, com a ausência de clientes no quiosque e sem a posse formal do espaço, o grupo foi obrigado a fechar o quiosque e devolve-lo a pedido da gestão municipal no ano de 2005. O espaço foi concedido a um bar, que atualmente se encontra fechado. Este episódio é visto com indignação pela artesã ex-participante 2, que entende a tomada do quiosque como um ato de barganha política: “Ela [prefeita] ganhou, depois que assumiu, ela pegou o quiosque, pegou a chave com Sandra [presidente da associação] e doou para um eleitor dela botar um barzinho e aí nós perdemos o quiosque”.

A partir de 2005 a associação perde alguns membros que fizeram parte do processo histórico da associação, a exemplo das artesãs ex-participantes 1 e 2 que seguiram com o artesanato de maneira individual, alegando ter maior independência:

Deixa eu aqui, não quero mais não! [...] não quero sair de casa, trabalho na minha barraca, em casa. No tempo de jaca, vendo jaca, no tempo de manga... vendo o que tem! Estou trabalhando em casa fazendo trabalho de artesanato (ARTESÃ EX-PATICIPANTE 1).

Sai tranquila, não tive conflito com ninguém, simplesmente eu disse para ela (artesã participante 2) que não participava dessa Flor-de-lis. Que eu ia me dedicar ao meu artesanato. Eu ia continuar sendo artesã e ía batalhar individualmente!

Eu tenho liberdade de determinar meus horários, fazer as coisas que eu gosto. Eu me dedico aquilo! As outras pessoas (associadas ao grupo) não. As outras têm marido, filhos pequenos, tem casa para cuidar. Não tem aquela disponibilidade que eu tenho (ARTESÃ EX-PATICIPANTE 2).

Mesmo com a saída de alguns membros e a perda do quiosque, o grupo registrado como Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã o grupo não descartam o desejo de um novo espaço como fator condicional de organização:

[...] eu acho que o ponto de partida da gente é, pelo menos, a gente ter uma sede (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

Seria, no caso, a sede que a gente precisa, está entendendo, mercados para a gente vender, o grupo trabalhando [...] (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

[...] a sede é um endereço fixo. Também um lugar para gente se reunir e também para resolver tudo ali da associação e comercializar a partir dali.

Porque se a gente tem uma sede, a gente vai ser divulgado (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Eu acho que precisava disso. Um local para todo mundo se reunir ali, ter o nome da associação e estar todo mundo (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

Eu acho que é o local, para as pessoas se reunirem, toda vez é naquele local. Tenho certeza que se tivesse um local certinho e avisando direitinho, as pessoas iriam (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Dessa maneira, compreende-se que a sede representa para as artesãs um lugar comum a todos, como também um espaço de significados que remetem ao trabalho, encontros para decisões coletivas e divulgação do artesanato produzido.

De acordo com as artesãs, a prefeitura atual apresentou a proposta de uma nova sede para a associação localizada no Bairro das Cinco Bocas, centro de Caaporã, também às margens da PB-044. Entretanto, a posse da terra onde foram construídos os boxes é de terceiros, sendo proibida a venda, o aluguel ou a concessão de uso das estruturas construídas. Assim, a associação aguarda a resolução jurídica do caso para possível uso de um dos boxes.

Enquanto isso, a produção e comercialização do artesanato é realizada individualmente nas residências das sete artesãs que atualmente compõem o quadro efetivo da associação. Neste caso, não há estoque do artesanato produzido e a comercialização é feita exclusivamente por encomendas, sem participação coletiva.

Nesta perspectiva, talvez o que mais caracteriza a associação no momento sejam reuniões sugeridas mensalmente para discussão de pautas de interesse coletivo. Tal aspecto aproxima a associação do sentido do associativismo visto como um meio de mobilizar para organizar pessoas em torno de um objetivo comum (OLIVEIRA, 2006). Assim, as reuniões são agendadas pela presidente da associação e realizadas na residência da artesã que tem a função de tesoureira: “[...] quando a gente quer reunir, a gente se reuni aqui em casa, porque eu tenho dificuldade de sair de casa por causa da menina [filha] (ARTESÃ PARTICIPANTE 4). Apesar do pequeno quantitativo de membros efetivos, a participação nas reuniões não é unânime, fato que pode ser justificado pelas ocupações desempenhadas paralelamente à produção do artesanato e aos deveres domésticos de algumas associadas.

Na associação observam-se as definições de funções administrativas. As sócias seguem os princípios criados em 2004 e registrados na ata de fundação até os dias atuais. Sendo assim, a cada nova eleição para presidente da associação são nomeadas artesãs para as funções de tesoureira, conselheira fiscal e secretária. O quadro 2 demonstra a atual disposição de funções no grupo:

Quadro 2 – Disposição atual das funções na associação

Artesã	Função
Artesã participante 1	Presidente
Artesã participante 2	Sócia
Artesã participante 3	Tesoureira
Artesã participante 4	Secretária
Artesã participante 5	Conselheira fiscal
Artesã participante 6	Sócia
Artesã participante 7	Sócia

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As funções de cada membro estão indicadas na ata de fundação da associação, mas não se encontram descritas em qualquer documento. Os únicos registros oficiais sobre reuniões do grupo são encontrados no livro de atas referente à cópia da ata de fundação da associação e uma ata da assembleia geral extraordinária datada de oito de junho de 2012, que registra as atuais funções administrativas das sócias do grupo e sugere a redefinição do nome da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã para Associação e Oficina de Arte de Caaporã – Traçar (ver anexo 2). Em entrevista, a secretária da associação informou que algumas atas não foram passadas para o livro, encontrando-se ainda em forma de rascunho.

Sobre a redefinição do nome da associação sugerida e registrada em ata de reunião, o grupo, em sua maioria, decidiu pela continuidade do nome “Flor-de-lis”, apesar da desistência de alguns membros. Conforme mencionado anteriormente, pelo menos duas artesãs continuaram o trabalho de maneira individual. Entre elas destaca-se o caso da artesã ex-participante 2 que divulga o nome “Traçar Oficina de Arte de Caaporã” nas peças que produz e expõe em eventos regionais, nacionais e internacionais com o apoio e reconhecimento do Programa de Artesanato da Paraíba⁴, fato que não se verifica com a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.

⁴ O Programa de Artesanato da Paraíba denominado “Paraíba em Suas Mãos” deriva do Programa do Artesanato Brasileiro – PAB – vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior desde 1995 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, 2012). No Estado da Paraíba o programa foi criado em 01 de dezembro de 2003 com o objetivo de promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, tornando-o conhecido nacional e internacionalmente de maneira integrada ao turismo. Entre outros objetivos visa melhorar a qualidade de vida dos artesãos, bem como preservar a identidade da região através de processos educacionais (GOVERNO DA PARAÍBA, 2015).

3.2.1. A atividade das artesãs associadas

As artesãs da Associação Flor-de-lis em sua maioria ocupam seu tempo em atividades não-artesanais. Percebe-se, portanto, que o artesanato é visto como uma atividade paralela que contribui com as suas despesas domésticas. Esta composição de atividades é algo justificado por Lima (2011). O autor aponta que tal prática iniciou-se com famílias rurais que durante a entressafra utilizavam o tempo ocioso para produção do artesanato. Neste sentido, o artesanato é considerado uma atividade econômica de segunda ordem, muitas vezes não mencionado como atividade econômica complementar em pesquisas institucionais, entretanto, apesar de secundário, não menos importante que a ocupação principal, por garantir algum equilíbrio financeiro familiar. Tal constatação apresenta relação com o relato da artesã 7, que vende roupas de confecção na feira livre do município ao mesmo tempo em que produz e vende pintura em tecido e crochê: “[...] eu fico lá na rua vendendo as coisas, e o tempo que eu estou lá vou fazendo meus crochês”. Para a mesma artesã, a contribuição do artesanato na renda familiar representa um complemento na renda familiar: “[...] às vezes está faltando alguma coisa, eu compro (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

É possível identificar que entre a maioria das artesãs da associação a atividade artesanal é praticada em tempo livre, conservando-se diferentes ocupações como principal fonte de renda. Tais ocupações não apresentam relação direta com o trabalho no campo, porém, ainda representam sua principal fonte de renda familiar.

Com relação à atividade artesanal desenvolvida no grupo, identificou-se que cada membro da Associação Flor-de-lis possui habilidades distintas, ao contrário de associações que se reúnem em torno de um único tipo de artesanato, caso observado na Associação das Tapeceiras de Lagoa do Carro, na Zona da Mata de Pernambuco, ou da Associação de Artesãos de Riacho Fundo, em Esperança, na Paraíba, que produz bonecas de pano.

A Associação é, portanto, constituída por sujeitos que produzem artesanatos com características heterogêneas relacionadas à habilidade com determinada matéria-prima, pela afinidade com o tipo de artesanato produzido ou pela apropriação de conhecimentos adquiridos na infância e na adolescência. De acordo com o quadro 3, é possível constatar a variação dos artesanatos produzidos pelas artesãs, além da forma de aprendizagem da atividade e o tempo de atividade.

Quadro 3 – Tipo de artesanato e origem da aprendizagem

Sócias	idade	Ocupação principal	Tipo de artesanato	Forma da aprendizagem	Tempo de atividade
Artesã 1	38	Agente comunitário de saúde	Pintura em cabaças, biscuit	Iniciativa própria com auxílio de revistas	10 anos
Artesã 2	32	Artesã	Crochê, bordados, Macramê, pinturas em tecido, trabalhos com bucha vegetal e tecido do coco	Artesã mais velha e através de cursos	24 anos
Artesã 3	53	Costureira	Pintura em tecido, bordado com fitas	Mãe e com auxílio de revistas	33 anos
Artesã 4	62	Aposentada	Bonecas de pano, fuxico	Iniciativa própria com auxílio de revistas	2 anos
Artesã 5	44	Confeiteira	Pintura em tecido, crochê, trabalhos com bucha vegetal	Mãe	35 anos
Artesã 6	55	Artesã	Esculturas em barro, trabalhos com ráfia	Avó e através de cursos	43 anos
Artesã 7	47	Feirante	Crochê, pintura em tecido, bonecas de pano	Através de cursos	27 anos

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O tempo de exercício com a atividade é variável, porém observa-se que as artesãs que iniciaram a atividade na infância aprenderam o ofício com mãe, avó ou pessoas mais velhas fora do núcleo familiar, caso de Sandra, artesã participante 2, que possui habilidade em criar artesanatos com o “tecido do coco”, algo não verificado entre as demais sócias. Segundo a artesã, tal habilidade lhe foi repassada em 2003 por Dona Esmeraldina, uma artesã idosa, moradora de Caaporã, que produzia o artesanato em casa. Na época, as peças de Dona Esmeraldina (ilustração 8) foram avaliadas pela Curadoria do Artesanato da Paraíba como um artesanato inédito no Brasil, contudo, com sua morte, o interesse da instituição pelo seu trabalho não continuou.

Ilustração 8 – Foto de chapéu em tecido do coco criado por Dona Esmeraldina



Fonte: Da autora, novembro de 2013.

Apesar de ter aprendido um tipo de artesanato com características únicas, a artesã participante 2 não deu continuidade ao trabalho com tecido do coco, alegando não ter recebido o apoio das demais sócias. Para elas, a matéria-prima é difícil de ser retirada da natureza e sua extração custa caro, porém, sobre este aspecto, a artesã participante 2 defende:

Não é difícil. É a mesma coisa de trabalhar com o tecido, costurando o tecido, só que a diferença é que a gente vai usar o tecido de coco, do coqueiro. Aí, a matéria-prima é difícil de encontrar. Eu ainda disse que a gente poderia falar com pessoal que limpa pé de coco para eles tirarem esses tecidos para gente sem precisar derrubar o pé de coco. Os tecidos melhores que estivessem fora das galhas ele tiraria para a gente. Só que elas [as sócias] disseram assim: “isso daí pode ser um custo caro, vai cobrar caro”.
[...] no período que tinha fábrica de coco aqui era muito mais fácil da gente conseguir isso, porque a fábrica tinha os seus plantios de coco. Mas hoje a fábrica foi desativada. Com o passar do tempo foram derrubando os pés de coco. Aí as meninas falaram isso, que com o passar do tempo a gente não ia mais ter matéria-prima. Foi outra coisa que também fez a gente parar (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Percebe-se na sua fala o entusiasmo de conhecer os procedimentos utilizados para a retirada do tecido do coco, como se tivesse vivenciado tal prática, e a crença de que tal artesanato é possível ser trabalhado pelo grupo. No entanto, a artesã rende-se a perspectiva das demais sócias ao constatar a dificuldade de acesso à matéria-prima para a produção das peças, resultando na não continuidade do legado deixado por Dona Esmeraldina e na falta de um tipo de artesanato que represente o grupo.

Sem uma representação simbólica comum ao grupo, cada componente segue exercendo a atividade com a qual tem mais afinidade. A produção ocorre nas suas residências nos intervalos dos afazeres domésticos, ao final do expediente da ocupação principal, ou na folga dos estudos. Ou seja, o trabalho com o artesanato ocorre num tempo fragmentado,

concorrendo com fatores como a falta de dinheiro para a compra dos materiais, a falta de tempo para produzir, falta de ferramentas apropriadas e o difícil acesso às matérias-primas coletadas na natureza, caso das buchas vegetais para produção de bolsas (ilustração 9). Alguns destes limites são amenizados pela colaboração de algum membro da família antes, durante ou após o processo produtivo.

Ilustração 9 – Foto de bolsa em bucha vegetal



Fonte: Da autora, novembro de 2013.

Depois de produzidos, os artesanatos são expostos em prateleiras nos cômodos das residências das artesãs como mostruários para possíveis encomendas solicitadas pela população local. Desta forma, observa-se que a produção do artesanato está estritamente relacionada com a frequência de encomendas, não havendo investimento fixo ou calculado previamente, tampouco uma regularidade mensal no lucro com a venda do artesanato, conforme observado nas falas de algumas sócias:

[...] depende muito do mês, está entendendo? Depende muito das encomendas. Porque normalmente [...] eu não compro nada para deixar de estoque (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

Depende... depende das encomendas. Porque tem encomenda que eu não preciso de muito para comprar a matéria-prima. Já tem outros que eu preciso (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

A gente pode até chegar a cobrir o que a gente gastou não é... Mas isso é muito pouco (ARTESÃ PARTICIPANTE 4).

[...] agora mesmo, não sei nem quanto vou gastar porque nunca mais eu fiz as contas (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

Às vezes dava para cobrir os custos com o material, quando eu vendia para fora e chegavam pessoas que davam o valor, compravam a um precinho a mais [...] quando a menina levava para fora, vendia, dava para cobrir e

sobrar até um dinheirinho. Mas tinha vez que não dava quase nada, só um pouquinho mesmo (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Às vezes fico com a metade do que eu investi (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

Assim, observa-se que entre as artesãs não há controle financeiro quanto ao investimento e ao lucro com o artesanato. Conforme a fala da artesã participante 6, isso se acentuou com a perda do quiosque, considerando que este era um ponto de venda fixo dos produtos da associação, mas também devido à eventualidade das vendas por encomendas realizadas apenas pela população de Caaporã.

Atualmente, entre as vendas por encomenda mais solicitadas pela população estão os artesanatos utilitários e de decoração como: biscuits (ilustração 10), bonecas de pano (ilustração 11), fuxico (ilustração 12), bordados (ilustração 13), pinturas em tecido (ilustração 14) e crochê (ilustração 15).

Ilustração 10 – Foto galinha em biscuit e cabaça pintada



Fonte: Da autora, julho de 2014.

Ilustração 11 – Foto de bonecas de pano



Fonte: Da autora, julho de 2014.

Ilustração 12 – Foto de fuxico



Fonte: Da autora, julho de 2014.

Ilustração 13 – Foto de bordados



Fonte: Da autora, julho de 2014.

Ilustração 14 – Foto de pintura em tecido



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Ilustração 15 – Foto de trabalhos em crochê



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Em menor proporção os artesanatos decorativos, como as esculturas em barro (ilustração 16), são geralmente consumidos pela população local quando há exposições promovidas pela prefeitura municipal em datas comemorativas.

Ilustração 16 – Esculturas em barro



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Apesar desta irregularidade produtiva entre os tipos de artesanato, não se verifica entre as artesãs o desejo de abandonar a atividade. É possível que este fato esteja associado à utilização da renda do artesanato para sanar algumas despesas domésticas, inclusive de consumo pessoal. Sendo assim, o artesanato tornou-se uma atividade que complementa a renda familiar das associadas, conforme afirma a artesã participante 4, quando questionada sobre o que faz com o lucro proveniente do artesanato: “Comprar coisas para mim, coisas para casa... Ajuda a pagar até a energia [...]”.

Ainda que as dificuldades com a produção do artesanato se apresentem como fatores desestimulantes, este tipo de trabalho permanece inserido no cotidiano da maioria das associadas como uma atividade que ameniza as conturbações rotineiras, significando uma tarefa aprazível até mesmo comparada com um vício como expressa a artesã participante 3: “[...] produzo todo dia, porque isso aí é como um vício não é? Você está fazendo... Aí você pára... [...] Aí volta para fazer de novo”.

Para a artesã participante 5, o artesanato evita a ociosidade, algo que no seu entendimento é estressante: “Acordo umas quatro e meia da manhã. Cuido da casa, cuido do almoço, aí vou fazer meus crochês, vou fazer o bordado, o que tiver... Eu tenho que ter alguma coisa para fazer, senão eu fico estressada”. Neste sentido, o artesanato integra o conjunto de tarefas diárias cujo sentido aporta na necessidade de se sentir útil a partir das habilidades particulares que lhes produzem satisfação pessoal.

4. A REDE DE RELACIONAMENTOS CONSTITUÍDA NA ASSOCIAÇÃO FLOR DE LIS: A IDENTIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

O campo das relações sociais confere aos sujeitos significados diferentes numa mesma circunstância. É possível compreender tal perspectiva quando membros de um mesmo grupo, apesar de apresentarem características heterogêneas, compartilham de mesmo espaço, visando a um objetivo comum. Neste caso, mesmo as diferenças existentes auxiliam no desenvolvimento das redes de relações que unificam o grupo, considerando que as identidades dos sujeitos se complementam (JARA, 1999).

A princípio, as relações estabelecidas na Associação Flor-de-lis estão baseadas na afinidade de produzir artesanato e de manter expectativas de organização para comercialização e reconhecimento da atividade. Ao mesmo tempo, percebem-se diferenças de perfil entre as participantes, desde o tipo de habilidades artesanais até a maneira como percebem o grupo dentro e fora da rede.

A partir destes aspectos, esta etapa do estudo buscou compreender como se constitui a rede de relacionamentos que envolvem a Associação Flor-de-lis, considerando indícios de identidade, confiança e cumprimento de normas que possivelmente estejam impressos na associação constituindo capital social.

4.1. COMPREENSÃO SOBRE A REDE DE RELACIONAMENTOS DA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS

A constituição da rede de relacionamentos é vista como elementar na definição do capital social. É através da dinâmica das organizações que as relações sociais produzem e reproduzem significados, conformando uma teia baseada, entre outros aspectos, no benefício mútuo, na confiança e na reciprocidade (HINTZE, 2009).

Nesta direção, Bourdieu (1998) afirma que estas relações sociais não são apenas oriundas de grupos com graus de parentesco, mas também por grupos que se institucionalizam a fim de produzir e reproduzir relações duráveis e úteis que resultem em lucros materiais ou simbólicos. O ambiente onde as relações ocorrem, por sua vez, será dotado de trocas simbólicas e de reconhecimento mútuo com o mínimo de homogeneidade.

Na Associação Flor-de-lis, esta homogeneidade, observada em Bourdieu (1998), ocorre quando as artesãs compartilham o prazer em produzir artesanato e trocam saberes no

momento em que se reúnem. Tal aspecto é contemplado na fala das artesãs ao serem questionadas sobre a relação entre os membros:

Boa [a relação]. Me dou com todas. Graças a Deus! Porque todas gostam do artesanato, querem ver... É certo que cada um é de uma forma diferente, tem uma visão de crescimento, mas todas gostam da mesma coisa. Então, a gente sempre junto, a gente sempre está trocando ideia, nas reuniões que a gente tem... Embora às vezes, por ter poucas pessoas, não definem alguma coisa porque o número está pequeno, mas pelo menos a gente ali troca ideias. Trabalha, uma mostra o trabalho a outra que está fazendo, pede ajuda a outra... Então acho que isso aí é o foco. Todas gostam de artesanato, é o que facilita essa convivência boa da gente (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

[...] muito legal quando a gente se reúne [...]. Às vezes faz reunião quando dá tempo delas convidarem a gente, a gente junta todo mundo... Começa a se alegrar e a animar porque vai fazer, vamos continuar, vamos ajeitar tudo... (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Por outro lado, foram observados aspectos controversos ao bom relacionamento no grupo, particularmente relacionados à questão da representação do grupo. Segundo Bourdieu (1998), um dos agentes responsáveis em regular e distribuir capital social entre os membros, evitando a concorrência interna indevida. É justamente a atuação da presidente da associação um dos elementos que desestabiliza as relações internas e possivelmente compromete a existência do capital social como verificado em algumas falas:

Eu acho assim, se Selma [presidente da associação] diz assim “eu sou a presidente”... Ela não é a presidente? Ela tem que correr atrás, não é? Aí ela fica só fazendo reunião, que [...] às vezes não sou convidada [...] (ARTESÃ PARTICIPANTE 6)

Selma é muito ocupada. Selma é agente de saúde, ela faz biscoit. Aí eu digo, ela tem tempo para ficar resolvendo essas coisas, andando, resolvendo essas coisas? Eu acho que ela não tem tanto tempo (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

Tais registros caracterizam, além da falta de comunicação, o pouco empenho da presidente da associação em assumir os compromissos, contrariando a harmonia identificada nas falas anteriores e colocando a representante do grupo como agente do conflito. Em entrevista, a presidente admite não ter tempo para se dedicar ao grupo, confirmando o depoimento das demais associadas: “As reuniões, nunca mais a gente teve, porque... sem tempo, eu chego muito tarde da faculdade... aí no dia que eu tenho tempo as meninas não têm tempo [...]. Aí o negócio está bem parado mesmo”(ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Por outro lado, a presidente da associação aponta a indisponibilidade de membros do grupo quanto ao estabelecimento de alguns compromissos, a exemplo das tentativas frustradas

de reuniões. Neste sentido comenta: [...] você marca uma reunião e o pessoal não vai. [...] Vai, quando tem tempo. Se não tiver tempo, aí não vai”.(ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Assim, é possível perceber que este conjunto de críticas entre membros e liderança contribui para a ocorrência de falhas nas relações sociais do grupo e compromete a existência do capital social. Se inicialmente as artesãs declararam ter boa relação com os membros, no decorrer das entrevistas revelaram insatisfação recíproca quanto à falta de compromisso. Tal compreensão evidencia que a harmonia entre os membros não é plena, contribuindo para a fragilidade de uma rede de relacionamento durável (BOURDIEU, 1998).

Apesar da insatisfação das associadas quanto ao compromisso para o trabalho em detrimento da associação, é nos poucos momentos em que se reúnem que ocorrem as trocas de experiências e busca-se por soluções para o desenvolvimento do grupo, reforçando os laços de amizade através das conversas informais. Portanto, nestes encontros observa-se a intenção de manterem-se integradas a uma instituição coletiva. Na perspectiva de Putnam (2005, p.103-104), utilizar as associações como meio de consolidar as relações sociais apresenta benefícios que corroboram com a existência do capital social, pois:

No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

A partir da contribuição de Putnam (2005), compreende-se que a constituição de uma associação apresenta relação com os princípios do capital social, entretanto é necessário que haja a participação dos sujeitos nas atividades designadas no grupo, a fim de estimular aspectos como a cooperação, a responsabilidade e a solidariedade.

No caso da Associação Flor-de-lis, percebe-se que a participação dos seus membros na associação apresenta-se particularmente na identificação com a atividade artesanal, na relação afetiva entre os membros e na possibilidade do benefício financeiro. Aliás, este último aspecto é visto pela artesã participante 5 como principal fator de integração do grupo para o trabalho, pois, na sua opinião, não há vontade espontânea dos membros em assumir responsabilidades, sem que haja a perspectiva de retorno material. Neste sentido, registra que no grupo “[...] não tem união, só interesse. Se você disser que tem dinheiro ou vai ganhar alguma coisa é que o povo vem. Mas para vir de livre e espontânea vontade é muito difícil” (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

O aspecto aparentemente negativo levantado pela artesã participante 5 representa para Druston (2000) algo peculiar ao capital social, desde que não implique no usufruto injusto dos esforços dos participantes. Neste sentido, a motivação para a composição de uma rede que

prática a responsabilidade, cooperação e solidariedade pode estar relacionada a aspectos que tocam na satisfação emocional de natureza social, mas também pela satisfação de necessidades materiais básicas individuais ou coletivas (DRUSTON, 2002).

Ao aplicar o pensamento de Druston (2000/2002) na perspectiva da Associação Flor-de-lis, percebe-se que o interesse pelo trabalho coletivo atrai grande número de interessados para a associação quando a proposta assegura retorno financeiro, a exemplo de parcerias públicas ou privadas que envolvem investimentos. Como isto não ocorre atualmente, permanecem no grupo apenas aqueles que buscam satisfazer as necessidades de natureza emocional, como o fortalecimento de laços afetivos ou a troca de saberes.

Assim, é possível entender que a perspectiva financeira poderia ser um fator estimulante para a produção do capital social na Associação Flor-de-lis, porém percebe-se que, sem garantias de retorno financeiro, não há mobilização para o trabalho coletivo e, conseqüentemente, não há reprodução de recursos, ocasionando o abandono das atividades relacionadas à organização da associação, a falta de crença no objetivo da associação e até mesmo a dedicação a outras atividades profissionais não relacionadas ao artesanato.

Assim, compreende-se que atualmente a rede de relacionamentos construída pela Associação Flor-de-lis se apresenta pautada basicamente na satisfação da convivência com pessoas de habilidades em comum. Cabe, portanto, conferir no grupo como se apresenta o sentido de pertencimento e a constituição das identidades que contribuem na composição de capital social.

4.2. A IDENTIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO GRUPO

As discussões sobre capital social fundamentam-se nas relações sociais, tendo em vista a inter-relação dos sujeitos participantes de um grupo (BOURDIEU, 1998). Entretanto, além da constatação de uma rede de relacionamentos, o capital social compreende sujeitos que se organizam, se conhecem e se reconhecem mutuamente, estabelecendo a confiança, criando e seguindo normas de convivência.

Tal compreensão é vista em Putnam (2005) como algo que depende da participação voluntária dos sujeitos e possibilita a formação de instituições que constituem o ambiente propício à construção de redes, normas e confiança, que, por sua vez, facilitam a cooperação e coordenação a partir da vontade dos participantes. Portanto, as redes que conformam o capital social são vistas como vias de empoderamento social que, associadas à democracia, aumentam o fluxo ou estoque de capital social (FRANCO, 2004, p.32-33).

No caso da Associação de Artesãos Flor-de-lis, comprovar a existência de capital social e saber quais dos seus aspectos estão ausentes ou fragilizados também toca na compreensão das identidades constituídas pelo nível de pertencimento ao grupo, considerando essenciais para a conformação do capital social as trocas materiais e simbólicas estabelecidas e que dão consistência à rede de relacionamentos duráveis (BOURDIEU, 1998).

Como foi visto, a Associação Flor-de-lis apresenta heterogeneidade com relação ao perfil dos seus membros e o tipo de artesanato que produzem, sendo, a princípio, a satisfação da convivência com pessoas de habilidades em comum o principal fator que as aproxima. Porém, percebeu-se que, além disso, cada artesã atribui significados para o artesanato, a associação e as participantes do grupo. Caso estes significados sejam compartilhados, é possível que sejam observados objetivos comuns construídos a partir das experiências, influenciando sujeitos e servindo de apoio para chegar a um determinado objetivo (BAUMAN, 2005, p.54-55).

Entre as artesãs que iniciaram a atividade com artesanato na fase adulta através de cursos ou como autodidatas, o significado do artesanato está vinculado à sensação de prazer, representando uma espécie de bálsamo que suaviza as tensões do cotidiano repleto de afazeres domésticos e profissionais, além de ser uma fonte extra de renda, conforme expressam:

É bom [...] eu gosto de fazer meus crochês, as bonecas É um divertimento, eu me distraio e é bom porque eu ganho meus trocados (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

É uma distração. É prazeroso fazer artesanato. Mas é porque não se tem tempo e você sabe que o artesanato não dá uma renda boa. Se desse eu deixaria as outras coisas só para fazer artesanato. Artesanato é só por prazer mesmo (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

Percebe-se que ambas reconhecem o artesanato como uma atividade que gera bem-estar, porém a artesã participante 1 lamenta não assumir integralmente a atividade artesanal por considerar o rendimento inferior se comparado à atividade como agente comunitária de saúde. Tal situação remete à reflexão sobre o estabelecimento de conflitos devido à interferência entre atividades em nome das normas sociais (WOODWARD, 2014), que, neste caso, se relaciona às responsabilidades financeiras para a manutenção do lar.

Este contexto não se aplica da mesma forma para todas as artesãs. Nota-se que as associadas que iniciaram a atividade na infância atribuem ao artesanato um significado simbólico associado ao convívio familiar ou experiências passadas com pessoas mais velhas, as quais nutriram vínculo afetivo antes ou durante a aprendizagem da atividade. Estas entrevistadas se declaram artesãs e vinculam a atividade à memória da infância:

[...] eu era criança naquela época, acho que oito ou nove anos [...] aí ela permitiu que eu ficasse. Ela era professora e permitiu que eu ficasse e começou a me chamar de neta.

Até hoje, ela ainda me ensina e eu continuo chamando ela de “vó”. Depois foi Dona Carminha que acabou me adotando também... e ensinou várias técnicas. Macramê eu aprendi com ela, bordado em ponto de cruz, ela me ensinou... trabalhar com umas almofadas que tem, com tecido e ervas, também foi ela que me ensinou [...] (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Eu aprendi na beira de um rio (risos). Minha avó lavava roupa aqui nessa Mata de Tabu [Mata da Usina Tabu em Caaporã], tinha um rio ali, perto do açude. Então, ali tinha massapê que eu chamo argila.

Aí eu chegava lá, me sentava lá na beirinha do rio e ficava, aí comecei. Aí minha avó tinha umas panelas de barro e aquelas tigelinhas de barro e eu pensei: “ah, isso aqui dá para fazer uma panelinha daquela que vovó tem”. Fiquei sozinha lá, falando sozinha, e comecei a mexer o barro e comecei a fazer. Quando eu cheguei lá onde estava minha vó, disse: “vovó, olha que eu fiz, parece com a sua?” Ela disse, “parece bem... Aprendeu a fazer panela”? Daí eu me apaixonei e fiquei fazendo para brinquedo, para minhas coleguinhas... e daí fiquei com aquele amor, vontade de fazer e continuei fazendo até hoje (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Percebe-se nos discursos a alegria de poder compartilhar suas histórias e o apreço às mestras que lhes ensinaram o ofício. Neste contexto, foi atribuído ao artesanato um significado afetivo fruto do conhecimento adquirido em ações e reflexões empíricas de caráter subjetivo, o que Bourdieu (1989) identifica como *habitus*.

Para as participantes 2 e 6, o artesanato começa a ter significado na infância, permanece na memória afetiva e ganha ressignificado na fase adulta. Assim, a prática artesanal deixa de ser uma brincadeira de criança e passa a ser uma atividade profissional prazerosa, mas também uma fonte geradora de renda que auxilia a família: “[...] com essa renda eu ajudo muito minhas meninas, viu” (ARTESÃ PARTICIPANTE 6). As panelas de barro, herança dos conhecimentos deixados pela sua avó, foram substituídas por vasos e esculturas de animais (ilustração 17), que despertavam o interesse de turistas que visitavam o quiosque da associação. Sobre esta fase, comenta: “[...] saíam minhas peças de barro, vasos, e saíam esses bichinhos que eu fazia, boi, cavalo, porco... Tudo que eu fizesse, saía” (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Ilustração 17 – Fotos de esculturas de animais consumidas por turistas em Caaporã



Fonte: Da autora, janeiro de 2015.

Assim, entende-se que o significado dado ao artesanato se apresenta de maneiras diferentes entre as artesãs, partindo do sentido de fuga das atribuições do cotidiano, ao desejo pelo resultado financeiro que auxilia suas famílias ou ao prazer de exercer a atividade associada as suas memórias particulares.

Sobre a associação, o significado que predomina entre as artesãs está relacionado a perdas e raras providências para o desenvolvimento do grupo, resultado da individualização do trabalho e até mesmo do abandono da associação por algumas artesãs. Neste sentido, é possível que se tenha gerado um sensível sentimento de decepção e incredibilidade, vinculado à falta de atitudes individuais ou coletivas para o desenvolvimento do grupo, como verificado na fala de uma das associadas mais recentes: “[...] a associação é uma coisa parada. Ninguém dá importância. É importante para mim, mas como eu não vejo interesse das outras pessoas a gente se acomoda também” (ARTESÃ PARTICIPANTE 3).

Estas impressões são diferentes se comparadas a uma das sócias fundadoras que acompanhou o processo de organização da associação. Para ela, é possível identificar o significado positivo e inclusivo da associação quando afirma: “A associação gera emprego para a gente, para várias pessoas. É bom para a cidade e para o grupo” (ARTESÃ PARTICIPANTE 7). Para a artesã participante 7, a associação tem sentido coletivo, o que para Dubar (1998) constitui o material da sua identidade singular que se destaca entre os outros campos de prática social.

Com relação ao significado das artesãs sobre os membros do grupo, observou-se o reconhecimento. Assim, mesmo apontando a associação como algo “parado” devido ao pouco

esforço das colegas, as artesãs não descartam a importância de todas as participantes no grupo para a associação, conforme expressam: “Toda a associação tem que ter um grupo. Se as pessoas não existirem, a associação não existe, então cada membro é importante” (ARTESÃ PARTICIPANTE 7). A artesã participante 7 atribui às colegas o sentido de cooperação e a ajuda mútua como observado em sua fala: “[...] é bom, a gente se junta. É muito bom, não é? A gente fica unido e trabalhando, dando força para outros também arrumar emprego” (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

Nesta perspectiva, o fato de a associação estar estagnada não anula a importância de cada membro. Cada artesã é condição para que a associação exista, pois suas habilidades diversificadas caracterizam o grupo e consolidam as identidades que se originam e se constroem individualmente (CASTELLS, 2008).

A noção de identidade, vista em Castells (2008), abrange a construção da identidade a partir de si mesmo. Neste sentido, cada artesã pode ajudar a compor a identidade do grupo a partir das suas identidades. Enquanto algumas artesãs afirmam ser motivadoras e disponíveis para a troca de saberes, percebe-se que a maioria apresenta dificuldade de se auto definir quando questionadas como se veem no grupo: “Como eu me vejo no grupo... Nem sei, visse, que raramente se reúne aí...” (ARTESÃ PARTICIPANTE 5). “Eu não sei dizer. Porque o grupo está muito disperso” (ARTESÃ PARTICIPANTE 3). Estas entrevistadas se mostraram introvertidas para falar de si mesmas, não conseguindo expressar como se veem e atribuindo isso à falta de reuniões da associação.

Dessa forma, observa-se que as associadas não compreendem unanimemente o que significam para a associação. Talvez isso se justifique pela carência de uma representação ativa no grupo, ou por não se reconhecerem como uma representação social diante do grupo ou da comunidade.

Para Jodelet (2001, p.22), a representação social “[...] contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”, ela orienta e organiza as condutas e as comunicações sociais e também influencia na “[...] difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais”.

Também se verificou no grupo fragilidades quanto às suas percepções externas. Quando questionadas sobre como a população do município vê o grupo, a maioria acredita não haver valorização ou reconhecimento, nem mesmo quando a associação possuía uma sede onde eram comercializados os artesanatos:

[...] fosse depender da população daqui...Você sabe que artesanato é um negócio que nem todo mundo dá valor. A população... era o mesmo que se você não estivesse ali exposto com seus produtos (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

De forma semelhante, as demais participantes não percebem o reconhecimento da comunidade sobre o grupo. Entretanto, um dos discursos revela que houve momentos de valorização dos trabalhos em eventos no município:

[...] eu vejo assim, as pessoas daqui do lugar falando muito. Quando vamos para as feiras colocamos as peças dizem “- [...] olha aí tanta artista aqui e tudo por baixo dos panos, a gente não sabia que vocês faziam isso não. Cada coisa linda e a gente não sabia que vocês faziam” (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

O relato registra que houve valorização da comunidade sobre o trabalho da associação, porém não há reconhecimento da comunidade sobre a associação fora dos eventos. Este aspecto pode ter influenciado na falta de motivação para o trabalho coletivo, comprometendo o objetivo principal da associação de unir-se para atender os interesses dos artesãos do município.

Acrescenta-se a estes aspectos a ausência de símbolos que identifiquem o grupo, apesar da diversidade de tipos de artesanatos produzidos pelas artesãs, conforme registrado por uma participante consciente das limitações da associação:

Porque ele [o grupo] precisa de identidade. Só que a associação não está tendo ainda porque não tem esse trabalho para identificar. Quando olhar o trabalho “esse trabalho é da associação que tem em Caaporã”. Então, no geral, os trabalhos de todos praticamente são comuns em outras regiões. E se tiver um que seja só daqui, onde ele chegar vai ser conhecido (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Percebe-se que a necessidade de assumir a identidade do grupo se justifica na busca por símbolos que destaquem o município dos demais da região, considerando suas características culturais locais. Para o grupo, esta parece ser uma forma de afirmar-se enquanto grupo pertencente àquela comunidade.

Assim, as evidências que melhor apontam o sentimento de pertencimento ao grupo estão ancoradas, basicamente, na habilidade e no prazer das artesãs em produzir artesanatos. No entanto, preocupa a maneira com que cada sujeito se encontra concentrado em si mesmo, produzindo ressignificados individuais raramente compartilhados no grupo e que, portanto, podem distanciar os sujeitos do sentido da associação.

Cabe salientar que nesta pesquisa a compreensão sobre as identidades oferece suporte na observação do capital social na Associação Flor-de-lis, pois, segundo Zanatta (2011), um

sujeito consciente sobre seu pertencimento a um grupo social age conforme normas estabelecidas, utilizando mecanismos de adaptação. Por isso, é pertinente também entender como as artesãs praticam estas normas e como se dão as relações de confiança considerados alguns dos cânones do capital social.

4.3. CONFIANÇA, COMPROMISSO E CUMPRIMENTO DE NORMAS NA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS: ASPECTOS NORTEADORES NA BUSCA DO CAPITAL SOCIAL

A compreensão da rede de relacionamentos permite observar como os sujeitos estabelecem o cumprimento de normas, a confiança e a cooperação que caracterizam o capital social (PUTNAM, 2005). Estes são alguns dos indicadores triviais que constituem o princípio de que o capital social “[...] permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade” (BARQUERO, 2003, p.95).

Na Associação Flor-de-lis é possível identificar que os laços de amizade refletem sobre o nível de confiança entre seus membros. No grupo, duas artesãs participaram da formação inicial e estas convidaram amigas ou vizinhas para participar da associação tendo em vista suas habilidades. Ao frequentar as reuniões da associação, as afinidades foram se estabelecendo de acordo com o tipo de atividade artesanal, constituindo um bom relacionamento interpessoal na associação. Neste sentido, assinala Barquero (2003, p.100), “acredita-se que, ao fazer parte de associações, as pessoas desenvolvem interações entre si, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de confiança recíproca entre elas”.

Sobre o aspecto da confiança, apenas a artesã participante 5 levantou críticas quanto ao estabelecimento de confiança no que se refere à falta de clareza na aplicação das mensalidades recolhidas das associadas.

A este respeito, a presidente do grupo esclarece em entrevista que, quando havia uma sede, o dinheiro das mensalidades (cindo reais) era utilizado para manter a organização e limpeza do quiosque, como também pagar um funcionário para vender o artesanato nos dias e horários em que as artesãs não podiam estar no local. Atualmente, sem o quiosque, é cobrada uma taxa no valor de dez reais. O dinheiro arrecadado fica sob a responsabilidade da tesoureira do grupo, a artesã participante 4, sendo eventualmente utilizado para arcar com despesas de deslocamentos para feiras e exposições. Ainda segundo a presidente da associação, cogitou-se um reajuste na mensalidade com a finalidade de alugar um espaço para

o grupo sem a intervenção da Prefeitura Municipal, contudo não houve adesão da maioria das artesãs, mantendo-se o valor de dez reais pago, atualmente, por uma minoria.

Considerando as colocações da artesã participante 5, é possível compreender a confiança como algo elementar para o capital social, pois facilita a reciprocidade entre os membros do grupo, tornando a rede de relacionamentos mais densa e durável. Ademais, comenta Portes (2000, p.140), “[...] a confiança exigível é assim apropriável tanto por dadores como por beneficiários: para estes, facilita obviamente o acesso a recursos; para os primeiros, gera a aprovação e facilita as transações, visto que as protege de condutas ilícitas”.

É oportuno esclarecer que entre as entrevistadas não houve acusações sobre atitudes ilícitas de seus representantes quanto à administração dos recursos, porém cabe alertar que a falta de comunicação eficiente entre liderança e membros sobre o destino dos recursos coletivos provavelmente fragiliza a confiança no grupo, reproduzida de um membro às demais associadas.

Conforme mencionado anteriormente, observou-se no grupo a falta de capacidade em assumir compromissos, seja pela falta de empenho na produção do artesanato para participação em feiras e exposições, indisponibilidade de tempo para as atividades do grupo ou mesmo na inadimplência das mensalidades da associação. Segundo Ortega e Matos (2013), se houvesse o compromisso efetivo dos membros, a cadeia de relações sociais se fortaleceria, contribuindo para o estabelecimento da confiança.

As limitações quanto ao compromisso dos membros do grupo também podem ter prejudicado a confiança fora da rede de relacionamentos que constitui a associação. Segundo a Agente de Desenvolvimento da Casa do Empreendedor, foram vários os convites não atendidos para reuniões entre membros da Associação e representantes da instituição especialistas em empreendedorismo. A agente afirma conhecer a presidente da Associação Flor-de-lis e pelo menos duas artesãs, entretanto não reconhece a associação. Ainda de acordo com a agente, a Casa do Empreendedor deseja estabelecer parceria com a associação a fim de auxiliar no seu desenvolvimento, mas não observa interesse dos seus membros.

Com relação ao cumprimento de normas ou regras estabelecidas, a maioria das artesãs admite não ter dificuldades em cumprir o que é estabelecido nas reuniões, demonstrando alguma disponibilidade em realizar tarefas propostas e acatadas pelo grupo. Entretanto em algumas falas percebe-se que a falta de compromisso da liderança põe em risco uma possível colaboração das participantes, conforme expressa uma das artesãs quando questionada se há dificuldade em cumprir normas ou regras:

Não, porque ela dizendo [a presidente da associação] a gente combina tudo, “é isso?”, pronto! A gente tem que fazer aquilo. Aí eu digo “até hoje eu estou esperando”. Ela disse que ia trazer o carnê na porta de cada uma para pagar todo mês, até agora nada (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

Deste modo, ainda que as artesãs afirmem seguir as normas ou regras aprovadas pelo grupo, algumas respostas expressam a dificuldade de seguir o que foi estabelecido:

Depende, não é? Depende de como ela [a presidente da associação] quer (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

Tenho. Tenho dificuldade... se ela [a presidente da associação] vir com uma nova ideia, a dificuldade é em ter como botar as ideias para frente (ARTESÃ PARTICIPANTE 4).

É relevante colocar que estes aspectos colaboram com as percepções sobre os níveis de confiança existentes no grupo e tendem a influenciar no cumprimento de normas e a vontade de colaborar ou cooperar em benefício mútuo (Putnam, 2005). Uma vez comprometidos, estes níveis de confiança podem influenciar na existência do capital social negativo.

Alguns autores alertam para a possibilidade de encontrar em sujeitos ou grupos aspectos compatíveis ao capital social negativo, a exemplo de Druston (2000), que se preocupa em rediscutir a tautologia do termo capital social, buscando suas origens e efeitos vitais para o campo das ciências sociais.

Para Robison *et al.* (2003), as características do capital social negativo apontam para os sentimentos de antipatia por uma pessoa ou um grupo, resultado da falta de pontos de coincidência entre os membros, conflitos relacionados com resultados econômicos, valores, poder e informação. Para estes autores, esta antipatia envolve sentimentos de negação, falta de interesse, falta de respeito, hostilidade, desprezo, falta de responsabilidade ou desconfiança para com o outro ou para com o grupo.

Considerando os reflexos do capital social negativo em grupos, Portes (2000) explica que o capital social também pode apresentar resultados contrários aos apresentados com frequência na literatura, pois o seu caráter empírico pode resultar em efeitos adversos como: a limitação de terceiros ao grupo em razão dos fortes laços estabelecidos; a restrição a iniciativas empresariais, impedindo o êxito dos membros; a exigências para seguir normas ou regras estabelecidas pela comunidade, promovendo uma espécie de controle social que impede a liberdade individual dos sujeitos; a exclusão de membros do grupo motivada pela não adequação às normas estabelecidas.

É importante salientar que não é objetivo desta pesquisa vincular as características do capital social negativo às relações estabelecidas na Associação Flor-de-lis, entretanto convém

observar que este tipo de capital social pode se apresentar no grupo quando os sujeitos envolvidos manifestam comportamentos contrários às características do capital social no que diz respeito à fragilidade estabelecida nas relações de confiança, no compromisso e no cumprimento de normas.

Portanto, para que haja maior clareza quanto ao capital social na Associação Flor-de-lis, é preciso dar conta dos aspectos que o caracterizam. Assim, além de identificar a sua existência, ausência, fragilidade ou mesmo sua versão oposta, definida como capital social negativo, é pertinente entender como os membros do grupo se organizam para o trabalho e como cooperam entre si para o desenvolvimento da associação.

4.4. O CONTEXTO DA COOPERAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

A organização para o trabalho com artesanato tem sido um desafio para a associação. As artesãs afirmam gostar de trabalhar em grupo, pois se identificam com a atividade, estabelecem as trocas de saberes e reafirmam laços de amizade, porém, simultaneamente, observa-se a falta de interesse no trabalho coletivo, a frágil percepção das artesãs quanto à importância do artesanato para a população local, alguma desconfiança quanto à liderança do grupo e a ausência de compromisso para com as tarefas da associação. Talvez este cenário seja resultado da falta de credibilidade do grupo em se organizar e conquistar resultados positivos. Este último aspecto pode ser compreendido no discurso de uma das associadas:

É aquela história, dois, três no grupo acreditam, mas a maioria não... mas permanece ali no grupo. Porque às vezes tem certa esperança, ou quer que alguma coisa dê certo. A maioria saiu por conta disso, porque passam anos e a gente não vê resultado de nada. Mas eu tenho plena certeza que quando chegar o momento de dar certo e a associação começar a desenvolver, todos esses que saíram vão retornar, porque viram que realmente deu certo (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

O entusiasmo da artesã participante 2 entra em contraste com o pensamento das demais associadas que passivamente aguardam por atitudes da presidente da associação, das demais colegas associadas e até das iniciativas pública e privada sem que se sintam particularmente responsáveis pelo desenvolvimento da associação. De acordo com Firth (1974, p.55), a representação do grupo e a responsabilidade dos seus membros são alguns dos elementos mais relevantes para sua organização e conseqüente alcance dos objetivos coletivos. Todos devem participar no momento de tomada de decisão e agir em nome da totalidade. O representante, por sua vez, deve assumir primeiramente os interesses do grupo que o escolheu e ao qual pertence.

A falta de interesse pelas atitudes em benefício comum é agravada pelo não planejamento para a produção do trabalho. Observa-se que cada artesã desenvolve seu trabalho como pode, a partir de investimentos pessoais e do tempo disponível para a atividade artesanal. Sem planejamento, a produção artesanal oscila de acordo com a demanda de encomendas individuais e sem vínculo ao nome da associação, portanto, sem a identidade do grupo.

As artesãs assumem que o trabalho vem sendo feito sem a união do grupo para produção e resolução dos problemas, aspecto que compõe o quadro de dificuldades de organização da associação. Isso se torna claro a partir dos seus depoimentos:

Se fossem todos unidos atrás de um objetivo só. Aí um aceita, o outro diz “isso não vai dar certo”, “não, mas por aí não dá certo, vamos por outro lado”... Aí fica difícil. (ARTESÃ PARTICIPANTE 2)

Acho que é a falta de união, porque se você fizer reunião com todo mundo unido ali, consegue fazer alguma coisa, mas... [...] tem muito pensamento negativo, quando digo “vai fazer uma coisa”, nem sabe se vai dar certo e dizem, “isso não vai dar certo”. (ARTESÃ PARTICIPANTE 5)

Outras dificuldades de organização foram apontadas pelas associadas, tais como: falta de participação nas reuniões, falhas na comunicação entre a presidente da associação e demais artesãs, falta de apoio financeiro do município ou da iniciativa privada e de um local para a venda e produção do artesanato.

Importante ressaltar que já houve parcerias entre o grupo e outras instituições, a exemplo do quiosque cedido pela prefeitura e das participações das artesãs em cursos e eventos articulados pelo órgão municipal. Porém, as sucessivas gestões municipais nem sempre se mostraram interessadas em cooperar com a associação, a não ser em períodos de campanha política, o que sugere o ‘clientelismo’, cujo significado é contrário ao sentido de cooperação.

Desse modo, tais aspectos também contribuem para dificuldades de organização do grupo, abrindo precedentes para possíveis falhas de cooperação entre redes (associação e prefeitura) e na própria rede constituída pela associação, haja vista que membros do grupo desinteressados não se unem em função da causa comum. Este é um cenário que requer atenção, pois, de acordo com Druston (2002), é a partir da cooperação que ações se complementam para alcançar objetivos em torno de um empreendimento comum. O alerta do autor pode ser aplicado na perspectiva da Associação Flor-de-lis, quando se constata que os membros do grupo estão organizados em seus próprios processos produtivos,

De outra forma, na fase em que as artesãs utilizavam o quiosque cedido pela prefeitura, uma parte do lucro obtido com a venda do artesanato era revertida em benefício comum, ou seja, em dois anos de uso de quiosque, o lucro arrecadado pelo grupo e para o grupo tinha origem na mensalidade utilizada para manutenção do espaço e pagamento de uma funcionária responsável pela venda dos produtos expostos. Cada associada recebia o lucro proveniente do seu tipo artesanato. Para uma das artesãs participantes esta maneira de organização dos lucros não inspirava a cooperação entre os componentes:

[...] a gente só pagava a mensalidade, somente. Esse era o investimento que a gente tinha para o grupo, já que o grupo não trabalha unido para fazer um determinado produto. Cada um fazia o seu produto e levava lá para vender (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

A artesã expõe que a falta de cooperação para o trabalho é proveniente da diversidade de artesanatos produzidos. Cada uma produz individualmente conforme suas habilidades, não havendo parceria durante o processo produtivo.

A cooperação existente no grupo, portanto, parece se sustentar fragilmente na troca de saberes vivenciada em esporádicas reuniões e na irregular arrecadação da mensalidade em benefício da associação, aspecto que talvez se justifique pela falta de retorno das associadas sobre aquilo que investem na produção do artesanato.

Neste sentido, Uphoff (2003) aponta para a cooperação egoísta, quando a desistência de ações coletivas supera gastos individuais efetivos ou previstos com a produção e venda de produtos, fazendo com que cada sujeito busque seu próprio benefício sem assumir novos ou antigos tributos obrigatórios estabelecidos para o bem comum.

Sobre este aspecto, é interessante observar que a maioria das artesãs pensa primeiramente no lucro individual quando trabalham para expor e vender o artesanato. As artesãs contrárias ao lucro coletivo justificam seu posicionamento alegando que os membros não trabalham num mesmo tipo de artesanato, e que, por isso, é impossível pensar no lucro dividido por todos.

Assim, compreende-se que estas artesãs refletem da maneira negativa no sentido da cooperação, pois, se, para cooperar, os sujeitos se complementam em torno de um objetivo comum (DRUSTON, 2002), o cenário da Associação Flor-de-lis representa o individualismo e a falta de reciprocidade considerados aspectos antagônicos ao capital social (FRANCO, 2001a).

4.5. PERSPECTIVAS DAS ASSOCIADAS QUANTO AOS RUMOS DA ASSOCIAÇÃO FLOR-DE-LIS E SUAS PERCEPÇÕES SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

No universo de entrevistadas utilizado nesta pesquisa é possível reconhecer semelhanças e divergências nos discursos quanto ao processo histórico de organização, aos níveis de pertencimento, compromisso, confiança e cooperação. Neste contexto, são observadas fragilidades na rede de relacionamentos que podem comprometer a existência do capital social para o desenvolvimento local, mas que não inibem as perspectivas de reorganização do grupo e a busca por resultados positivos.

Entre as artesãs percebe-se a consciência sobre os problemas a serem transpostos para o desenvolvimento da associação, entre eles, reaver a sede, algo observado em todos os discursos das entrevistadas e que representa um espaço de união do grupo em torno do trabalho, um lugar que dá nome ao grupo e que pode motivar o retorno de antigos participantes à associação.

Sobre o desejo de mudanças no grupo, a maioria das colocações das associadas aponta para uma liderança mais presente. Para a artesã participante 6, faltam a presidente iniciativa e habilidade de comunicação para cumprir os compromissos da associação. Curiosamente, a própria presidente da associação indica a si mesma como fator de mudanças para melhor desempenho do grupo, quando, em tom de brincadeira, responde sobre o que mudaria no grupo: “Primeiro, a presidente” (ARTESÃ PARTICIPANTE 1).

Outros aspectos de mudança mencionados pelas artesãs estão relacionados a melhoria do artesanato produzido, apoio de parceiros sem influência política e maior comprometimento dos membros do grupo quanto ao cumprimento de metas e objetivos direcionados ao trabalho. Tais aspectos remetem à necessidade de ‘concertação’, vista por alguns autores como forma de promover o desenvolvimento sustentável de maneira harmoniosa (JARA, 1998).

Na Associação Flor-de-lis, os elementos que conformam a ‘concertação’ para o desenvolvimento local carecem de ajustes identificados pelas próprias associadas, considerando a falta de interesse pelo trabalho coletivo e de vontade de levar ideias novas adiante. Além disso, a identidade do grupo se apresenta fragilizada. Não há apenas um tipo de artesanato que represente a associação ou o município, tampouco o interesse coletivo em criar ou eleger este artesanato. A maioria das artesãs apenas se interessa em fazer aquilo para o qual têm habilidade e que lhes traz bem-estar.

Convém considerar que, apesar da falta de um tipo de artesanato que represente o grupo, o trabalho das artesãs é admirado pela população local em eventos promovidos no município. Segundo relatos da artesã participante 6, após as feiras e exposições, algumas associadas eram procuradas individualmente pela comunidade para fazer encomendas, conferindo-lhes algum tipo de reconhecimento. Dessa forma, percebe-se que o reconhecimento esperado pelo grupo apresenta significado na venda do artesanato que produzem, ou seja, se não há procura e venda do artesanato pela população local, não há reconhecimento.

A partir desta perspectiva, as artesãs acreditam que Caaporã não é o lugar adequado para exposição e venda do artesanato, pois a população local não valoriza seus trabalhos. O reconhecimento sobre o trabalho da associação teria apenas origem exógena, através de turistas que visitam o sul paraibano e novos moradores que se estabeleceram na cidade motivados pelo trabalho nas indústrias locais ou próximas ao município. Sobre este aspecto comentam:

Final de ano... Se você botar uma banquinha na beira da pista esperando os turistas passarem, você vende. [...]. Eles [a população de Caaporã] não dão valor nem às riquezas do próprio município. As riquezas culturais, aquelas coisas que tem aqui no município, eles não dão [valor]... Quanto mais os trabalhos do próprio pessoal que mora aqui (ARTESÃ PARTICIPANTE 2).

Eu acho que, do jeito que está agora, o lugar está crescendo, está melhorando mais. Eu creio que se a gente colocasse um ponto agora, do jeito que está entrando gente aqui de fora, não contando com o povo de Caaporã, eu creio que... levantava, viu (ARTESÃ PARTICIPANTE 6).

Estas opiniões parecem contrariar os princípios de ‘concertação’ para o desenvolvimento local, desta vez considerando a divergência de interesses entre comunidade e associação. Enquanto a população parece priorizar ações de consumo consideradas básicas, as artesãs esperam que a comunidade valorize seus trabalhos consumindo-os. Para Bava (2003), esta pode ser uma constatação positiva, pois os conflitos de interesse e diferentes objetivos são aceitáveis quando estão envolvidos diversos segmentos sociais. Cabe, portanto, identificar quais são os reais objetivos e interesses destes segmentos e descobrir se conduzem a uma proposta integradora para o desenvolvimento local.

Na perspectiva das associadas, a ideia sobre desenvolvimento local não está vinculada exclusivamente ao benefício financeiro como resultado da produção artesanal. As artesãs compreendem que a associação seria um caminho para a geração de emprego e renda para a comunidade através da aprendizagem de técnicas artesanais, fator que indica a vontade de multiplicar conhecimento com a intenção de contribuir para o desenvolvimento do município.

As associadas relatam que, desde o processo de registro da associação, havia o interesse de envolver a comunidade em oficinas e cursos de artesanato. Porém, as dificuldades de organização do grupo, sobretudo com relação à sede, impediram o início de cursos e oficinas para a comunidade, restando apenas a intenção registrada na fala da artesã participante 6: “O meu sonho era até fazer um clube das mães. A gente não tem nada para as senhoras fazerem na cidade”.

Dessa forma, o interesse de envolver a população com a associação sinaliza para uma forma integradora de promover o desenvolvimento. As artesãs acreditam que seus trabalhos podem trazer benefícios que não atingem somente a elas mesmas, mas também a comunidade e ao município. Assim, lamentam não terem o apoio da prefeitura para a realização da associação, cujo trabalho poderia contribuir de forma direta e indireta para a vida da população local.

Sendo assim, o compartilhamento de interesses entre os sujeitos sociais para o desenvolvimento local em Caaporã demora a acontecer. A associação Flor-de-lis poderia ser um vínculo para este desenvolvimento, mas enfrenta internamente fraquezas em suas relações sociais, inibindo a existência de capital social. Seus componentes aguardam providências de agentes externos públicos ou privados sem perspectivas imediatas e nutrem expectativas de real participação das artesãs para o desenvolvimento da associação. Desse modo, percebe-se que atualmente o sentido de ser parte da Associação de Artesãos Flor-de-lis concentra-se no interesse de compartilhar o prazer em fazer artesanato.

5. CONCLUSÃO

A observação das relações sociais proporciona a reunião de indícios elementares para a compreensão do capital social como fator do desenvolvimento local. Neste contexto, sujeitos, grupos e instituições públicas ou privadas podem eleger seus objetivos frente aos conflitos que os afligem, buscando o alcance do bem comum e construindo caminhos para a mudança de um lugar a partir dos seus aspectos endógenos e da sua vocação para determinadas atividades

Inserido num espaço de mudanças encontra-se o Município de Caaporã, na Paraíba. Sua localização geográfica estratégica chama atenção pela proximidade com as praias do litoral sul paraibano e com um dos mais novos polos industriais surgidos no Nordeste do país: o polo automobilístico de Goiana, no Estado de Pernambuco.

Os aspectos naturais e culturais de Caaporã estão arraigados à história do crescimento econômico do Nordeste com base na produção açucareira, cuja herança é representada pela Usina Tabu, ainda em atividade. Junto a Usina Tabu, a fábrica de cimento do Grupo Lafarge absorve parte da população de Caaporã e atrai nova demanda de trabalhadores que se instalaram na cidade.

Parte da população local que não se enquadra nas indústrias do município busca nas cidades vizinhas o acesso ao emprego e à qualificação profissional, fazendo de Caaporã uma cidade dormitório. Outros atuam no comércio da cidade, realizam pequenas atividades agrícolas ou dedicam-se a atividades autônomas, a exemplo do artesanato.

Em Caaporã o artesanato recebe influências do espaço rural, tendo em vista os recursos culturais e naturais utilizados na produção do artesanato, e, por outro lado, contribuições exógenas de instituições de apoio ao microempreendedor. Assim, as pessoas do município que se identificam com o artesanato dedicam-se de maneira integral ou parcial à atividade, encontrando novos caminhos para geração de renda, mantendo a identidade do lugar a partir do uso criativo dos recursos disponíveis ou criando novas possibilidades de se fazer artesanato.

Do encontro dos artesãos que criam e mantêm o artesanato do município teve início a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, cujo objetivo principal registrado em sua ata de fundação é defender os interesses dos artesãos. Contudo, desde a sua idealização, a associação apresentou divergências de pensamentos entre os participantes, comprometendo a rede de relacionamentos que se iniciava.

A associação pretendia reunir todos os artesãos do município a fim de criar um espaço de representação onde todos os participantes pudessem expor e vender os seus trabalhos, tornando-se reconhecidos dentro e fora do município. Neste espaço, artesãs e artesãos com habilidades diversas poderiam ser identificados como uma associação, podendo ser estabelecida uma rede de relacionamentos interna e externa cujo capital social seria a base para o desenvolvimento local.

Entretanto, tais perspectivas de organização apresentaram entraves desde a idealização da associação. O registro do nome foi um dos aspectos responsáveis pela desintegração do grupo. Os que ficaram foram atraídos pelo eventual apoio da iniciativa pública municipal, que concedeu um quiosque que representava a sede da associação.

A associação prosseguiu utilizando o espaço cedido pelo município e, enquanto isto, verificou-se que a parceria entre município e sede surtia efeitos positivos gerados com a venda dos artesanatos consumidos, sobretudo, por turistas com destino às praias de Acaú e Pitimbu na Paraíba. A localização privilegiada da sede da associação, à margem da PB 044, atraía a atenção dos motoristas que paravam para consumir o artesanato ali exposto, mas também recebia a visita da população local que comprava o artesanato por encomenda direta ao artesão ou artesã.

Apesar de bem localizados, alguns problemas começam a surgir, entre eles a falta de habilidade administrativa das artesãs, levando à perda do quiosque. Desde então, o grupo apresenta oscilações no quantitativo de membros até chegar ao número atual de sete participantes. Estas artesãs desejam prosseguir com a associação, porém as relações sociais no grupo apresentam fragilidades que possivelmente justificam as dificuldades de uma nova tentativa de organização.

Diante destes acontecimentos, a presente pesquisa buscou compreender como se apresenta o capital social da Associação Flor-de-lis, no âmbito do desenvolvimento local, a fim de entender, entre outros aspectos, o que tem dificultado a organização do grupo.

Como resultados, foram verificadas fragilidades quanto ao capital social na Associação Flor-de-lis. Questões como a identidade entre as artesãs encontraram respaldo no bem-estar que proporciona a atividade e na possibilidade de trocas de saberes em momentos raros de reunião com o grupo, algo que pode ser justificado pela falha da comunicação entre as participantes e pela precária liderança que representa o grupo.

Além de observar as críticas realizadas à presidente da associação, recai sobre as associadas a responsabilidade pela falta de iniciativa coletiva, dificultando a existência do capital social.

Em seus discursos, as artesãs demonstram prazer em realizar as atividades artesanais junto a outras participantes, porém na prática não há interesse em trabalhar pela associação. As pautas discutidas em eventuais reuniões não se transformam em compromissos individuais ou coletivos, ao contrário, os encontros parecem ser um grande esforço que se resume na espera por conseguir um dia aquilo que foi discutido.

A falta de interesse das artesãs pelo trabalho coletivo na associação foi algo verificado por agentes externos, neste caso a Casa do Empreendedor de Caaporã. A instituição, reconhecendo o trabalho das artesãs, ofereceu orientação e espaço para as atividades do grupo, mas não observou interesse.

De forma semelhante, a prefeitura municipal também se mostrou interessada pela associação, cedendo por um período o quiosque que significou a sede, como também realizou convites para exposições e feiras fora do município. Porém, nas entrevistas, o grupo alegou não participar dos eventos pela falta de tempo para produzir artesanato.

O fato é que a produção do grupo ocorre de maneira individual, o que não oferece suporte ao sentido de cooperação característico ao capital social. Cada artesã produz o artesanato para o qual tem habilidade e de acordo com o número de encomendas solicitadas, não estando preparadas para assumir novos compromissos, como eventos. Neste sentido, o isolamento das atividades promove o distanciamento entre os membros do grupo e a falta de integração entre as artesãs em qualquer fase do processo produtivo. Assim, cada associada segue perseguindo seus interesses.

Analisando o período em que havia uma sede para produção, exposição e venda do artesanato, verifica-se que, da mesma forma, interesses particulares se sobrepõem aos interesses comuns. Trabalhando na sede, as artesãs não assumiram o compromisso administrativo essencial para a manutenção do espaço.

Desta forma, constatou-se que a sede, apesar de ser apontada constantemente pelas artesãs como principal motivo da falta de organização do grupo, não representa o principal fator complicador para integração das artesãs, cabendo afirmar que as dificuldades de organização da associação relacionam-se com as fragilidades presentes na rede de relacionamentos que constituem o capital social.

De maneira geral, percebe-se que a confiança depositada na liderança do grupo apresenta fraquezas. As associadas acreditam que sua líder não dispõe de tempo para dedicar-se às demandas da associação. Além disso, lhe falta clareza para discutir o encaminhamento dos recursos arrecadados com as mensalidades.

Quanto ao cumprimento de normas, observou-se que não existem estatutos pelos quais os associados possam orientar-se, entretanto uma questão simples como o pagamento das mensalidades em data pré-estabelecida e acordada por todas as artesãs não ocorre, ocasionando a perda da reserva financeira que apoiaria na participação em eventos ou na possibilidade de reaver a sede a partir de recursos próprios.

Tendo em vista as fragilidades identificadas no sentido de pertencimento vinculado às identidades, as ausências de compromisso, cumprimento de normas, cooperação, organização, inclusive a constatação de algumas características do capital social negativo como, raras manifestações de responsabilidade para com os interesses comuns, falta de interesse, restrição de informações e desconfiança quanto ao trabalho da liderança, é possível admitir que a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã não apresenta características necessárias ao capital social que venham a contribuir para o desenvolvimento local.

Considerando os resultados desta pesquisa, novas reflexões emergem sobre as dificuldades de organização da associação: qual a percepção do poder público municipal sobre o grupo? Qual o sentido do artesanato produzido pelas artesãs a partir da visão de quem o consome? Como a população do município percebe o artesanato produzido pela associação? Sugere-se, portanto, novas perspectivas de análise para compreender como as redes externas compreendem a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã no âmbito do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. *In: _____*. **O Futuro das Regiões Rurais**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. **O Capital Social dos Territórios: Repensando o Desenvolvimento Rural**. *Economia Aplicada*, v.IV, nº 2, abr./jun.2000.

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Progresso Técnico: Uma Resposta às Exigências do Ajuste Estrutural**. Fortaleza: BNB, 1998.

ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco. São Paulo: **Estudos Avançados**, v.15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300020&script=sci_arttext>. Acesso em: jan. 2014.

BARQUERO, Marcello. Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de uma Cultura Política Participativa no Brasil. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, nº21, p. 83-108, nov. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAVA, Silvio Caccia. A produção da Agenda Social: uma discussão sobre contextos e conceitos. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 31. ago. 2003.

_____. Tecnologia Social e Desenvolvimento local. *In: Fundação Banco do Brasil*. **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: 2004.

BERGER, Peter L. Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 33ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

BLAKELY Edward J.; BRADSHAW, Ted K. América Rural: Un Nuevo Contexto. **Espanha: Agricultura y Sociedad**, n. 36-37. Jul./dez. 1985.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é Participação?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Las Estratégias de la Reproducción Social**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2011.

_____. Estruturas, Habitus, Práticas. *In: _____*. **O Senso Prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. O Capital Social – Notas Provisórias. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.)*. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A Gênese dos Conceitos de *Habitus* e de Campo. *In: _____*. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p.59-73.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Extensão Rural e Desenvolvimento Local: Significados Contemporâneos. **UNIrevista**, v. 1, n.º. 3. jul. 2006.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo Rural Brasileiro: Novas Ruralidades e Urbanização**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2004.

_____. Desenvolvimento Local e Democratização dos Espaços Rurais. Brasília: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 17, n.1, p.11-40, jan./abr., 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: Novas Identidades em Construção**. Natal: Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. ago. 1997.

CARVALHO, Simone Pereira de; CARRIJO, Ed Licys de Oliveira. **A produção do Álcool: do Proálcool ao Contexto Atual**. Apresentação oral no XLV Congresso da SOBER. Londrina: jul. 2007.

CARVALHO, Heidi Cristina Buzato de. **Artesanato de Caixeta em São Sebastião – São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências – Universidade de São Paulo/USP), Piracicaba 2001.143 p. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11142/tde-09052002.../heidi.pdf>. Acesso em: 06 set. 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CLEMENTE, André. Fábrica da Jeep à Procura de Líderes. **Diário de Pernambuco**, Recife, 28 dez. 2014. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2014/12/28/internas_economia,551317/fabrica-da-jeep-a-procura-de-lideres.shtml>. Acesso em: 07 de jan. 2015.

COELHO, Luis Alberto M. B. **Associativismo e Desenvolvimento local: O Caso de Ribeira da Pena**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local: território, sociedade e cidadania/ Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), s/d. 149 p.

COLEMAN, James S. Capital social y creación de capital humano. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital Social**, 2001.

CPRM – SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Caaporã, estado da Paraíba**. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

DE JESUS, Paulo. Sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Algumas considerações conceituais e suas explicações em projetos de pesquisa. In: FILHO, Adalberto do R. Maciel; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Editora, 2006, p. 17-37.

_____. Desenvolvimento local. In: Cattani, A. David; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). **A Outra Economia**. Veraz Editores, 2003.

DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Estatística do Meio Rural 2010-2011**. São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011.

DUBAR, Claude. Entre Crise Global e Crises Ordinárias: A Crise das Identidades. Plural, **Revista do Programa de Pós-Graduação Sociologia da USP**, São Paulo. V. 18.1, p.175-184, 2011.

_____. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Trajetórias Sociais e Formas Indentárias: Alguns esclarecimentos Conceituais e Metodológicos. Campina: **Educação & Sociedade**, 1998, vol. 19, n.62.

DRUSTON, John. **El Capital Social Campesino em la Gestión Del Desarrollo Rural**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

_____. **Que és el Capital Social Comunitário**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem Mudança: A indústria açucareira em Pernambuco 1840 – 1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERREIRA, Anny Kariny Jatobá. **A Folkcomunicação no Artesanato de Rendas de Pesqueira – PE: Muito Além da Agulha e da Linha**. Recife: Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE), 2010. 93 p

FILGUEIRAS, Araguacy P. Almeida. **Aspectos Socioeconômicos do Artesanato em Comunidades Rurais do Ceará: o bordado de Itapajé – CE**. Fortaleza: Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará/ UFCE), 2005. 122 p. Disponível em: < <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/713>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

FIRTH, Raymond. **Elementos de Organização Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FRANCO, Augusto de. **O Lugar mais Desenvolvido do Mundo: Investido no Capital Social para Promover o Desenvolvimento Comunitário**. Sobradinho dos Melos: DLIS; AED, 2004.

_____. **Pobreza e Desenvolvimento Local**. Brasília: ARCA Sociedade do Conhecimento, 2002.

_____. **Capital Social**. Brasília: Instituto de Política/Millennium, 2001a.

_____. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado. In: SILVEIRA, Caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001b.

_____. **Porque Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?** 2 ed. Brasília: Instituto de Política, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Fiat já Contrata Trabalhadores para Goiana. A Procura por Vagas é Intensa.** Governo de Pernambuco Blog de Notícias, Recife, 05 dez. 2011. Disponível em: < <http://www.pe.gov.br/blog/2011/12/05/fiat-ja-contrata-trabalhadores-para-goiana-procura-por-vagas-e-intensa/>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? *In:* Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. José Graziano, Jean Marc e Bianchini Debtem: o Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento. **Série Textos para Discussão.** nº 2. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, 2001.

_____. **O Novo Rural Brasileiro.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia, mai. 1997.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. Globalização. *In:* _____. **Mundo em Descontrole:** O que a Globalização está Fazendo de nós? Rio de Janeiro: Record, 2000.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? *In:* SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença.** Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **Da Diáspora - Identidade e Mediações Culturais.** Belo Horizonte/ Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.

HINTZE, Suzana. Capital Social. *In:* CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia.** Coimbra: Edições Almedina, 2009, p.49-54.

GOVERNO DA PARAÍBA. **O Programa de Artesanato da Paraíba.** Disponível em: <<http://www.codata.pb.gov.br/apps/aparaibaemsuasmaos/programa.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=250300>. Acesso em: 20 out. 2013.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local:** Desafios de um Processo em Construção. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA); Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998.

_____. **Capital Social:** Construindo Redes de Confiança e Solidariedade. Equador: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), 1999.

JODELET, Denise. Representações Sociais: Um Domínio em Expansão. *In:* _____. (Org.). **As Representações Sociais.** Rio de Janeiro: ED UERJ, 2001.

LAURENTINO, Auta Luciana. **A rede construída por nós: extensão rural, novas ruralidades e cotidiano em Barra do Riachão, Pernambuco.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE), 2011.

LAURENTINO, Auta Luciana; ATAÍDE DE ALMEIDA, Maria das Graças Andrade. **Uma experiência de pluriatividade vivida pelos produtores familiares da comunidade rural brasileira da Barra do Riachão.** Ponencia apresentada ao VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas: 2010, p.13.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. Trabalho, Gênero e Desemprego em Lagoa do Carro. **Territórios**, nº. 13, Bogotá: Editorial El Malpensante S.A, 2005, p. 115-132.

LIMA, Lúcia Santos. **A História de Caaporã.** 2ed. João Pessoa: União, 2014.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em Debate. São Luis: **Revista Pós Ciências Sociais.** v.8, n.15, 2011.

LODY, Raul. Artesanato: uma visão complexa. Recife: **Ciência & Trópico**, p.151-155, jan./jul, 1986.

MARCONI Maria de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO DA SILVA, Heliana. **Por uma teorização das organizações de produção artesanal: habilidades produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Administração – Fundação Getúlio Vargas – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas), 2006, 178 p.

MARTINS, Rafael D’Almeida; CALDAS, Eduardo de Lima. Visões do Desenvolvimento Local: Uma Análise Comparada de Experiências Brasileiras. Campo Grande: **Revista Interações**, v. 10, n. 2, p.2017-218, jul./dez. 2009.

MATOS, Aécio Gomes de. **Capital Social e Autonomia.** Disponível em: Instituto Capital Social da Amazônia <www.capitalsocial.xpg.com.br/artigos/artigo1.rtf>. Acesso em: 22 de ago. 2014.

MELO, Eduardo Barbosa de. **Extensão Rural e Artesanato: O Bordado Manual de Agricultoras do Sítio Vaquejada, Passita – PE.** Recife: Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Universidade Federal Rural de Pernambuco/UFRPE), 2007, 114 p.

MILLS, Charles Wright. **Sobre Artesanato Intelectual e Outros Ensaio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINAYO; Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: Complementaridade? Rio de Janeiro: **Caderno de Saúde Pública**, jul./set., 1993, p.239-262.

MDIC – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Base Conceitual do Artesanato Brasileiro**. Disponível em: <www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1347644592.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

OLIVEIRA, Carolina Dias de. **As Relações Artesanais e o Estímulo ao Desenvolvimento Local no Brasil, em Gouveia-MG e Outras Diferentes Escalas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), 2007, 212p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-753FDD>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly. Associativismo e Cooperativismo no Desenvolvimento Local. In: TAUK SANTOS, Maria Sallet. CALLOU. Ângelo Brás (Orgs.). **Associativismo e Desenvolvimento Local**. Recife, PE: Bagaço, 2006, p. 153-184.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao Enigma: O que quer dizer Desenvolvimento Local?** São Paulo: Pólis, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORTEGA, Antônio Cesar; MATOS, Vitor Alberto. Território, Desenvolvimento Endógeno e Capital social em Putnam e Bourdieu. Florianópolis: **Revista Política e Sociedade**, vol.1, n.24, mai./ago., 2013.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. Processos Tangíveis e Intangíveis de Desenvolvimento Local. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, v.38, n.2, abr./jun. 2007.

PORTES, Alejandro. **Capital social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. Sociologia, Problemas e Práticas** [online]. 2000, n.33, p. 133-158.

PNUD, Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Avançada; FJP, Fundação João Pinheiro – Governo de Minas Gerais. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013, 96 p.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna** [E-BOOK]. 4ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. La Comunidad próspera. El Capital Social e la Vida Pública. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital Social**, 2001, p. 89-104.

ROBISON, Lindon J.; SILES, Marcelo E.; SCHMID, A. Allan. El Capital Social y la Reducción de la Pobreza: Hacia un Paradigma Maduro. In: ATRIA, Raúl. *et al.* **Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

ROSA, Maria Virgínia de F. P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida G. Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: Mecanismos para Validação de Resultados.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Thiago de Sousa. **Desenvolvimento Local e Artesanato: Uma Análise de dois Municípios de Minas Gerais.** Dissertação (Mestrado em Administração – Universidade Federal de Lavras/UFLA), 2012. 128 p.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal.** 15 ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, H. Marinho. **Por uma Teorização das Organizações de Produção Artesanal: Habilidades Produtivas nos caminhos singulares do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, 2006. 180p. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3274>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SILVA, Maria do Carmo da; WIZNIEWSKY, José Geraldo. A produção do artesanato como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no Município de Caçapava do Sul – RS. Santa Maria: **Revista Extensão Rural.** Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. n.1. jan./dez. 1993.

SANTIAGO, Andreia Maria; TASSIGNY, Mônica Mota. **Capital Social de Desenvolvimento Local: Perspectiva de Combate à Pobreza nos Países Periféricos e de Fortalecimento das Instituições Democráticas.** Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza: jun. 2010.

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A Busca da Identidade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista Reflexiva: Um Olhar Psicológico Sobre a Entrevista em Pesquisa. In: _____. **A entrevista na Pesquisa em Educação: A Prática Reflexiva.** Brasília: Editora Plano, 2004.

UPHOFF, Norman. El Capital Social y la Capacidad de Reducción de la Pobreza. In: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD Scott. **Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma.** Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Artesanato Brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

VERONESE, Marília Veríssimo; LACERDA, Luiz Felipe Barboza. O Sujeito e o Indivíduo na Perspectiva de Alain Touraine. Goiânia: **Revista Sociedade e Cultura.** v.14, n.2, p.419-426, jul./dez., 2011.

VEIGA, José Eli da. O que é Desenvolvimento? In: _____. **Desenvolvimento Sustentável: o Desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas: O “Rural” Como Espaço Singular e Ator Coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, out. 2000, p.87-145.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: Uma Introdução Teórica Conceitual. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZANATTA, Mariana Sucssel. **Nas Teias da Identidade**: Contribuições para a Discussão do Conceito de Identidade na Teoria Sociológica. Erechim: **Perspectiva**, dez. 2011, v.35, n.132, p.41-54.

APÊNDICE A - Artigo científico

DESENVOLVIMENTO LOCAL, CAPITAL SOCIAL E IDENTIDADE: REDE DE RELACIONAMENTOS NA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ

Emanuelle Silva de Santana

RESUMO

O proposto artigo é produto de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tem como objetivo compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Para tanto, foram utilizadas como categorias de análise desenvolvimento local, capital social e identidade a partir das contribuições de Oliveira (2001), Bava (2003) Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2005), Bauman (2005), entre outros. O percurso metodológico fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, documental, na aplicação de entrevistas semiestruturadas junto às artesãs participantes da associação, das ex-participantes do grupo e da representante da Casa do Empreendedor de Caaporã e na análise do discurso das artesãs atualmente associadas. Como resultados, o estudo aponta para fragilidades nas relações sociais que dificultam a existência do capital social no grupo, impedindo-o de contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local. Capital Social. Identidade. Artesanato.

LOCAL DEVELOPMENT, SOCIAL CAPITAL AND IDENTITY: RELATIONSHIPS NETWORK IN THE POOL AND ARTISANS FLOR-DE-LIS CAAPORÃ- PARAÍBA

Emanuelle Silva de Santana

ABSTRACT

This paper derives from research conducted in the Postgraduate Program in Rural Extension and Local Development Program - POSMEX, Federal Rural University of Pernambuco. It aims to understand, from the perspective of social capital, the contribution of the Association of Artisans Flor-de-Lis Caaporã - Paraíba under the local development. This analysis was based on the concepts of social capital analysis and identity by Oliveira (2001), Bava (2003) Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2005), Bauman (2005), among others. The methodological approach was based on bibliographical and documentary, research application of semi-structured interviews with the participants of the association artisans, former group members and the representative of Caaporã House of Entrepreneur and discourse analysis of associated artisans. The results of the study point to weaknesses in social relations that hinder the existence of social capital, preventing the group to contribute to local development.

Keywords: Local Development. Social Capital. Identity. Handicraft.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é compreender, pelo viés do capital social, a contribuição da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB para o desenvolvimento local. Busca-se, portanto, esclarecer a seguinte questão: na Associação de Artesãos Flor-de-Lis de Caaporã, quais aspectos do capital social encontram-se evidentes e quais destes aspectos estão ausentes ou fragilizam a relação do capital social para o desenvolvimento local? Entre os objetivos específicos estão: a) Identificar as características do capital social no grupo; b) Compreender os fatores que têm dificultado a organização do grupo.

Localizado na Microrregião do Litoral Sul e Mesorregião da Mata Paraibana, o Município de Caaporã apresenta como base econômica a agroindústria alcooleira, as olarias, o cultivo do coco e a agricultura de subsistência (LIMA, 2014). Atualmente, diante da discreta oferta de oportunidades no mercado de trabalho local, observa-se uma grande demanda de jovens e adultos buscando ocupação na indústria e no comércio das cidades vizinhas de Goiana, em Pernambuco, ou na capital da Paraíba, João Pessoa.

Caaporã representa uma importante rota de acesso às praias turísticas do litoral sul paraibano Acaú e Pitimbu, sobretudo a partir da década de 1980 quando estas praias estimularam a ocupação humana com a construção de casas de veraneio. Porém observa-se que, apesar de ser acesso obrigatório às praias paraibanas pela rodovia PB-044, o município não desperta a atenção de visitantes em razão da aparente falta de investimento em infraestrutura e estímulo às potencialidades locais, a exemplo do artesanato desenvolvido a partir dos recursos naturais disponíveis e da habilidade dos sujeitos sociais já organizados na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã.

Constituída por sete artesãs que desenvolvem trabalhos artesanais diferenciados, a associação é registrada em cartório desde 2004 e funciona atualmente sem sede própria. Seus membros utilizam as próprias residências para trabalhar com o artesanato ou promover reuniões para discutir interesses comuns.

Ações para o desenvolvimento das potencialidades locais já foram registradas no município, no entanto observa-se que não atingiram integralmente a Associação Flor-de-Lis, o que provoca questionamentos sobre como se apresenta o capital social no grupo.

O interesse no tema de pesquisa surgiu de conversas informais com uma das artesãs, líder do grupo, preocupada com o futuro do artesanato local e motivada a fortalecer a Associação, produzindo o artesanato a partir do “tecido do coco”, matéria-prima descartada durante a colheita do coco e utilizada para confecção de itens de decoração e utensílios.

Considerando o aspecto das relações sociais que proporcionam a união de pessoas em torno de atividades produtivas, a proposta de pesquisa se debruça nos cânones do capital social e do desenvolvimento local.

Compreende-se que o capital social participa dos princípios do desenvolvimento local, tendo em vista que representa o recurso das pessoas e funciona como resultado das trocas entre elas, facilitando a atividade produtiva (COLEMAN, 2001). Contribui, portanto, para o desenvolvimento local através dos cânones da identidade, da confiança, do cumprimento de normas e da cooperação, envolvendo a mobilização social de lideranças, instituições, empresas e habitantes que “(...) se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs (...)” (DE JESUS, 2006, p. 26).

Para os sujeitos sociais de pequenas localidades, a mobilização social para o desenvolvimento local apresenta base nas potencialidades endógenas (BUARQUE, 2004). Nessa direção, é possível visualizar o artesanato como uma potencialidade cultural específica, capaz de motivar a organização de sujeitos sociais em torno de um objetivo comum.

Para a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, o artesanato fornece sentido para organização do grupo, sobretudo motivado pela possibilidade de geração de renda vinculada à produção do artesanato. Neste contexto, assinalam Silva e Wizniewsky (1993, p.24):

Hoje as populações rurais, no intuito de elaborar estratégias de sobrevivência, continuam suas atividades não-agrícolas, adaptando-as ao novo sabor dos tempos. O artesanato que antes servia às necessidades do consumo interno passa agora a ser comercializado.

Desta maneira, acredita-se que a produção do artesanato local com base na organização dos atores sociais possibilita novas perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para o Município de Caaporã a partir da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã, pois, segundo Pereira (2007), a organização da comunidade é também requisito para a manutenção do desenvolvimento.

Em seus estudos sobre culturas populares, Canclini (1983) aponta para o que vai além das técnicas de produção do artesanato, abordando a complexidade das relações sociais que se manifestam em torno do artesanato e como esta manifestação simboliza um ambiente fecundo para compreensão da organização dos espaços e das práticas sociais dos sujeitos.

Assim, acredita-se que as contribuições que associam a organização em torno da atividade artesanal na ótica do capital social, propostas neste estudo, podem não só ampliar a

compreensão sobre as relações sociais no campo como também, apontar para perspectivas de desenvolvimento local relacionadas à organização do trabalho artesanal.

METODOLOGIA

Este estudo tem como base metodológica a pesquisa qualitativa, predominantemente utilizada nas pesquisas em Ciências Sociais, com vistas a entender os fenômenos humanos e a realidade dos sujeitos. Trabalha, portanto, com aquilo que não quantifica, ou seja “(...) com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2009, p.21).

A fim de compreender desenvolvimento local, a rede de relações que conforma o capital social, as diversas identidades geradoras de significados materiais e simbólicos que dão sentido ao sujeito protagonista das transformações, foram utilizados os pressupostos de Oliveira (2001), Bava (2003), Bourdieu (1998/2009/2011), Putnam (2001), Castells (2008), Bauman (2005), entre outros.

A coleta de dados envolve as técnicas de observação e entrevistas semiestruturadas. Estas técnicas associadas contribuíram para estabelecer a confiança entre entrevistador e entrevistado (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Quanto à análise dos dados coletados, optou-se pelo modelo da análise de discurso, partindo do pressuposto que as palavras têm sentido além delas mesmas a partir do discurso (ORLANDI, 2007). Propõe-se, portanto, saber se as relações estabelecem sentido comum entre as entrevistadas e se os discursos apresentam vínculo com as relações de força.

O universo dos entrevistados neste estudo é constituído por dez participantes entre membros da associação, ex-participantes do grupo e uma representante da Casa do Empreendedor de Caaporã, espaço administrado em parceria com a Prefeitura de Caaporã, Banco do Brasil, Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) e o Sebrae (Serviço de Brasileiro de Apoio ao Empreendedor) que, entre outras atividades, oferece apoio aos artesãos locais.

Para assegurar a integridade das entrevistadas, seus nomes não foram divulgados, sendo os mesmos identificados por números e adotados nomes fictícios na exposição de suas ‘falas’ e nos comentários sobre seus discursos.

Sobre o perfil das participantes desta pesquisa o quadro 1 destaca as seguintes informações:

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Naturalidade	Ocupação principal	Tipo de artesanato	Tempo de atividade com artesanato
Artesã participante 1	38	Cursando superior	Goiana - PE	Agente comunitário de saúde	Pintura em cabaças, biscuit	10 anos
Artesã participante 2	32	Cursando superior	Arcoverde - PE	Artesã	Crochê, bordados, macramê, pinturas em tecido, trabalhos com bucha vegetal e tecido do coco	24 anos
Artesã participante 3	53	Médio completo	São José dos Cordeiros - PB	Costureira	Pintura em tecido, bordado com fitas	33 anos
Artesã participante 4	62	Médio completo	Goiana - PE	Aposentada	Bonecas de pano, fuxico	2 anos
Artesã participante 5	44	Médio completo	Palmares - PE	Confeiteira	Pintura em tecido, crochê, trabalhos com bucha vegetal	35 anos
Artesã participante 6	55	Médio completo	Alhandra - PB	Artesã	Esculturas em barro, trabalhos com ráfia	43 anos
Artesã participante 7	47	Médio completo	Caaporã - PB	Feirante	Crochê, pintura em tecido, bonecas de pano	27 anos
Artesã ex-participante 1	69	Sem escolaridade formal	Pedras de Fogo - PB	Artesã	Cestarias em cipó	30 anos
Artesã ex-participante 2	56	Médio completo	Caaporã - PB	Artesã	Trançado em “palito de coqueiro”	14 anos
Representante Casa do Empreendedor de Caaporã	32	Superior	João Pessoa - PB	Agente de desenvolvimento/ Sebrae ⁵	_____	_____

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

As entrevistas semiestruturadas seguiram um roteiro segmentado em cinco blocos que contemplam: perfil socioeconômico, atividade do artesão, relações sociais e identidade, uso e consumo proveniente do artesanato, organização e perspectivas de desenvolvimento local. Os resultados das entrevistas foram confrontados com as categorias de análise sugeridas nesta

⁵Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

pesquisa, com a intenção de compreender o papel do capital social na Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã – PB no âmbito do desenvolvimento local.

REVISÃO DE LITERATURA

A sociedade, em seus grupos distintos, regula conflitos e determina as relações de poder, definindo a composição do capital social que auxilia no desenvolvimento local. É deste princípio que se origina a mudança social que pode iniciar num pequeno grupo da periferia e tomar dimensões socialmente maiores, transformando a sociedade “por dentro” e fornecendo condições apropriadas ao desenvolvimento (FRANCO, 2001, p.153).

Alguns autores defendem a relação capital social e desenvolvimento local a fim de compreender os aspectos de prosperidade de grupos ou localidades. Para Santiago e Tassigny (2010), os paradigmas construídos sobre capital social contribuem para compreender o desenvolvimento local a partir de uma visão democrática, considerando instituições que praticam a confiança, o associativismo e a cooperação.

De forma semelhante, De Paula (2001, p.142) relaciona o crescimento do capital social às melhores condições de se obter desenvolvimento local, envolvendo “níveis de confiança, ajuda mútua e organização social”.

É no campo das relações sociais onde se encontram formas de constituir capital social necessário para a existência do desenvolvimento local. Segundo Bava (2003), as alianças estabelecidas são geradas no campo do conflito, onde atores sociais externam problemas e formulam soluções que contribuem para o processo de desenvolvimento local. Nesta concepção, os conflitos podem surgir das relações entre os grupos locais, podendo resultar em acordos de interesses comuns e na possibilidade do desenvolvimento local.

Oliveira (2001) compartilha com Bava (2003) a ideia de que o desenvolvimento local pode ocorrer no campo do conflito. Portanto, é preciso refletir sobre paradigmas construídos a partir da simples mensuração de desenvolvimento local como qualidade de vida e compreender que a cidadania é o princípio indicativo de bem-estar e qualidade de vida que constituem o desenvolvimento local a partir de um “(...) indivíduo autônomo, crítico, reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa” (OLIVEIRA, 2001 p, 13).

Por este viés é possível verificar, de uma maneira geral, que as relações sociais ao mesmo tempo em que caminham no solo fecundo da democracia, da descentralização do

poder e da autonomia, podem projetar interesses individuais preconizados pelas lideranças aceitas pelos grupos. Neste caso, é relevante compreender como se dão as relações sociais na perspectiva do capital social, bem como se processam os conflitos nos grupos sociais, sendo possível identificar a relação condicional do capital social para o desenvolvimento local.

Os cânones que constituem o paradigma do capital social parecem estar associados a ações coordenadas com base na confiança, normas, cooperação, entre outros aspectos, que auxiliam na construção de algo em comum. Nesta direção, autores como Robert Putnam (2001) e James Coleman (2001) buscam esclarecer que a organização social se fundamenta em características inerentes às relações sociais e estas são capazes de instituir relações autônomas se comparadas às arcaicas relações de dependência às iniciativas públicas.

Para Coleman (2001), o capital social apresenta-se como um recurso das pessoas e se reproduz em diferentes formas caracterizadas através da interação entre membros de uma mesma família ou traços étnicos semelhantes que compõem um grupo fechado com interesses comuns e sugerem o sentido de identidade do grupo. Também aponta características como a organização, que posiciona o pensamento de determinado grupo sobre um dado assunto em defesa de um ponto de vista comum, as normas sociais que oferecem proteção e segurança a determinados grupos e as obrigações que os membros do grupo têm uns com os outros.

Numa perspectiva institucionalizada, Putnam (2001) relaciona capital social às formas de organização pautadas nas relações de confiança, normas e cooperação em determinada comunidade. Estas comunidades tomam como base o compromisso cívico, sem a dependência exclusiva da iniciativa pública, constituindo uma rede de reciprocidade organizada e solidariedade cívica representadas por instituições criadas por interesses comuns. Para o autor, [...] el ‘capital social’ se refiere a características de La organización social, como por ejemplo redes, normas e confianza, que facilitan La cooperación e La coordinación em beneficio mutuo” (PUTNAM, 2001, p.90).

Bourdieu (2011) também atribui ao capital social uma rede de relações, entretanto baseia-se numa rede durável de vínculos estimulada pelos benefícios materiais e simbólicos assegurados aos membros de um grupo. O grupo, fortalecido pela solidariedade, denota sentido de pertencimento sobre os benefícios disponíveis.

Assim, a rede é resultado de um trabalho contínuo de produzir e reproduzir vínculos duráveis e úteis através de um intercâmbio que transforma o que é intercambiado em signos de reconhecimento. Portanto, tanto o reconhecimento mútuo quanto o reconhecimento de pertencimento a um determinado grupo resultam nos limites para o grupo. Estes limites

podem ser modificados a cada novo participante, contanto que seja conveniente para todos. Isto motiva, de acordo com Bourdieu, a reprodução do capital social (BOURDIEU, 2011)

Para Ortega e Matos (2013), Bourdieu analisa o capital social no âmbito dos conflitos relacionados ao poder. Para ele, o conflito está presente no cotidiano dos indivíduos tanto no campo de força, quanto de luta, conforme o *habitus*, ou seja, de acordo com o comportamento, estilo de vida, valores morais no meio social em que está inserido o indivíduo (BOURDIEU 2006 *apud* ORTEGA; MATOS, 2013).

Dessa forma, o *habitus* não se apresenta exclusivamente no comportamento individual do agente social, mas também nas semelhanças das histórias dos indivíduos, que, reconhecendo-se em suas práticas, reúnem-se, resultando em ações coletivas, assim como ocorre na Associação de Artesãos de Caaporã, objeto de estudo desta pesquisa (BOURDIEU, 2009, p.98).

Portanto, quanto maior a rede de relações e o seu número de recursos, maior o volume de capital social. Tais redes são produto de “[...] estratégias de investimento social consciente ou inconsciente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis” (BOURDIEU, 1998, p.68). Quando consolidadas, as redes estabelecem um sistema de troca de signos em níveis de relação distintos (parentes, amigos, vizinhos), gerando reconhecimento mútuo.

As contribuições de Bourdieu sobre capital social renderam novas perspectivas acerca do termo. Portes (2000, p.135) apresenta o termo “capital social negativo” para destacar consequências negativas do capital social em um grupo. Nessa perspectiva, o capital social pode apresentar distorções que podem ser consideradas compreensíveis sobre a perspectiva individual e não coletiva.

Entretanto, a rede de relações apontada por Bourdieu parece seguir a direção do coletivo, cuja presença de capital social pode ser atribuída a ideia do conflito relacionado ao poder e das relações sociais atuantes nos diversos campos. Paralelamente, verifica-se em Putnam a relevância do significado de capital social sobre o prisma da institucionalização das redes, normas, confiança (pela via da reciprocidade, dos relacionamentos horizontais e do associativismo voluntário) e da cooperação.

De acordo com Ortega e Matos (2013, p.55), tanto Bourdieu como Putnam compactuam de uma visão instrumentalista a partir dos seus posicionamentos sobre estrutura social, seus modos de organização e empoderamento. Neste sentido, é possível admitir que sujeitos empoderados podem assumir valores e identidades vinculados ao sentimento de

pertencimento ou de referência que contribuem para a constituição das redes de relacionamentos.

De acordo com Castells (2008), a identidade pode ser observada no sentido simbólico individual, mas também se constitui a partir de uma 'sociedade em rede', pela qual indivíduos se tornam atores sociais ao organizarem-se em torno de uma sociedade secundária, dando sentido a identidade coletiva.

A construção da identidade é norteadada, portanto, pela socialização do indivíduo. Nesse contexto é considerada sua história particular e as relações sociais constituídas ao longo de sua vida (DUBAR, 2005).

Considerando as discussões sobre a relação entre capital social e desenvolvimento local, este estudo segue buscando a compreensão da rede de relacionamentos constituída na Associação de Artesãos de Caaporã, cogitando a dinâmica das relações existentes e se estas relações corroboram para o desenvolvimento local.

RESULTADOS

O ambiente onde as relações ocorrem é dotado de trocas simbólicas e de reconhecimento mútuo com o mínimo de homogeneidade (BOURDIEU, 1998). Na Associação Flor-de-lis esta homogeneidade observada por Bourdieu ocorre quando as artesãs compartilham o prazer em produzir artesanato e trocam saberes no momento em que se reúnem. Entretanto, cabe compreender se estes aspectos são suficientes para a existência de capital social.

Foram observados aspectos controversos ao bom relacionamento no grupo, particularmente relacionados à questão de representação no grupo, segundo Bourdieu (1998), um dos agentes responsáveis em regular e distribuir capital social entre os membros, evitando concorrência interna indevida.

Segundo relatos das associadas, a presidente da associação apresenta falhas de comunicação com o grupo e dificuldade em assumir compromissos, algo admitido pela própria presidente da associação. Curiosamente, em entrevista, a própria presidente admite não ter tempo para se dedicar ao grupo devido as suas atribuições diárias com outras atividades.

Outros aspectos que sinalizam problemas de relacionamento no grupo são apontados pela própria presidente. Para ela, a indisponibilidade de membros do grupo quanto ao

estabelecimento de alguns compromissos é algo recorrente, a exemplo das tentativas frustradas de reuniões.

Apesar da insatisfação das associadas quanto ao comprometimento para com a associação, é no momento das reuniões que as mesmas se realizam trocando experiências, buscando por soluções para o desenvolvimento do grupo e reforçando os laços de amizade através das conversas informais. Portanto, nestes encontros observa-se a intenção de manterem-se integradas a uma instituição coletiva. Na perspectiva de Putnam (2005, p.103-104), utilizar as associações como meio de consolidar as relações sociais apresenta benefícios que corroboram com a existência do capital social, pois:

No âmbito interno, as associações incutem em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público [...]. A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

A partir da contribuição de Putnam (2005), compreende-se que a constituição de uma associação apresenta relação com os princípios do capital social, tendo em vista que a participação dos sujeitos nas atividades designadas no grupo estimulam aspectos como a cooperação, a responsabilidade e a solidariedade.

No caso da Associação Flor-de-lis, percebe-se que a participação dos seus membros concentra-se na identificação com a atividade artesanal, na relação afetiva entre os membros e na possibilidade do benefício financeiro. Aliás, este último aspecto é visto pela artesã participante 5 como principal fator de integração do grupo para o trabalho, pois não há vontade espontânea de assumir responsabilidades conforme expressa em sua fala: “(...) se você disser que tem dinheiro ou vai ganhar alguma coisa é que o povo vem. Mas para vir de livre e espontânea vontade é muito difícil” (ARTESÃ PARTICIPANTE 5).

O aspecto aparentemente negativo levantado pela artesã participante 5 representa para Druston (2000) algo peculiar ao capital social desde que não implique no usufruto injusto dos esforços dos participantes. Neste sentido, a motivação para a composição de uma rede que pratica a responsabilidade, cooperação e solidariedade pode estar relacionada a aspectos que tocam na satisfação emocional de natureza social, mas também pela satisfação de necessidades materiais básicas individuais ou coletivas (DRUSTON, 2002).

Ao aplicar o pensamento de Druston (2000/2002) à Associação Flor-de-lis, percebe-se que o interesse pelo trabalho coletivo atrai grande número de interessados para a associação quando a proposta assegura retorno financeiro, a exemplo de parcerias públicas ou privadas que envolvem investimentos. Como isto não ocorre atualmente, permanecem no grupo apenas

aqueles que buscam satisfazer as necessidades de natureza emocional, como o fortalecimento de laços afetivos ou a troca de saberes.

Assim, compreende-se que atualmente a rede de relacionamentos construída pela Associação Flor-de-lis se apresenta pautada basicamente na satisfação da convivência entre pessoas com habilidades em comum. Entretanto, cabe conferir no grupo como se apresenta o sentido de pertencimento e a constituição das identidades que contribuem na composição de capital social.

A Associação Flor-de-lis apresenta um perfil heterogêneo de tipos de artesanato produzidos que ganham significados distintos para cada artesã. Caso estes significados sejam compartilhados, é possível que sejam observados objetivos comuns construídos a partir das experiências, influenciando sujeitos e servindo de apoio para chegar a um determinado objetivo (BAUMAN, 2005).

Entre as artesãs que iniciaram a atividade na fase adulta através de cursos ou como autodidatas, o significado do artesanato está vinculado à sensação de prazer, representando uma espécie de bálsamo que suaviza as tensões do cotidiano repleto de afazeres domésticos e profissionais, além de ser uma fonte extra de renda.

Numa perspectiva diferente, as associadas que iniciaram a atividade na infância atribuem ao artesanato um significado simbólico associado ao convívio familiar ou experiências passadas com pessoas mais velhas, com as quais nutriram vínculo afetivo antes ou durante a aprendizagem da atividade. Estas entrevistadas têm o artesanato como ocupação principal e vinculam a atividade à memória da infância. Este significado, fruto do conhecimento adquirido em ações e reflexões empíricas de caráter subjetivo, Bourdieu (1989) identifica como *habitus*.

Assim, entende-se que o significado dado ao artesanato se apresenta de maneiras diferentes entre as artesãs, partindo do sentido comum do bem-estar ao desejo pelo resultado financeiro que auxilia suas famílias.

Sobre a associação, o significado que predomina entre as artesãs está relacionado a perdas e raras providências para o desenvolvimento do grupo, resultado da individualização do trabalho e até mesmo do abandono da associação por algumas artesãs. Neste sentido, é possível que se tenha gerado um sensível sentimento de decepção e incredibilidade, vinculado a falta de atitudes individuais ou coletivas para o desenvolvimento do grupo.

Com relação ao significado das artesãs sobre os membros do grupo, observou-se algum reconhecimento. As artesãs não descartam a importância de todas as participantes no grupo para a associação, conforme expressam: “Toda a associação tem que ter um grupo. Se as

“pessoas não existirem a associação não existe, então cada membro é importante” (ARTESÃ PARTICIPANTE 7).

Por outro lado, quando questionadas sobre como a população do município vê o grupo, a maioria acredita não haver valorização ou reconhecimento, nem mesmo quando a associação possuía o quiosque onde eram comercializados os artesanatos. De acordo com seus relatos, os momentos de valorização da população quanto aos seus trabalhos ocorreram em eventos esporádicos promovidos pelo município. Para elas o reconhecimento da associação pela população local não existe, fator que inspira fragilidade na identidade do grupo.

Acrescenta-se a estes aspectos a ausência de símbolos que identifiquem o grupo. Apesar da diversidade de tipos de artesanatos produzidos pelas artesãs, nenhum deles parece afirmar a identidade do grupo e torná-lo conhecido perante a comunidade.

Assim, as evidências que melhor apontam o sentimento de pertencimento ao grupo estão ancoradas, basicamente, na habilidade e no prazer das artesãs em produzir artesanatos, o que significa a identificação unânime com a atividade. No entanto, preocupa a maneira com que cada sujeito produz ressignificados individuais raramente compartilhados no grupo e que, portanto, podem fragmentar a identidade coletiva.

Além da identidade, a compreensão da rede de relacionamentos permite observar como os sujeitos estabelecem o cumprimento de normas, a confiança e a cooperação que caracterizam o capital social (Putnam, 2005). Estes são alguns dos indicadores triviais que constituem o princípio de que o capital social “(...) permite ações cooperativas comunitárias e resolve os problemas comuns da coletividade” (BARQUERO, 2003, p.95).

Na Associação Flor-de-lis é possível identificar que os laços de amizade se refletem sobre o nível de confiança entre seus membros. Neste sentido, assinala Barquero (2003, p.100), “acredita-se que, ao fazer parte de associações, as pessoas desenvolvem interações entre si, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de confiança recíproca entre elas”.

Entre as entrevistadas, apenas a artesã participante 5 levantou dúvidas quanto ao estabelecimento de confiança no que se refere a falta de clareza na aplicação das mensalidades recolhidas das associadas. Segundo Portes (2000, p.140), “(...) a confiança exigível é assim apropriável tanto por dadores como por beneficiários: para estes, facilita obviamente o acesso a recursos; para os primeiros, gera a aprovação e facilita as transações, visto que as protege de condutas ilícitas”.

É pertinente esclarecer que entre as entrevistadas não houve acusações sobre atitudes ilícitas das suas representantes quanto à administração dos recursos, porém cabe alertar que a

falta de comunicação eficiente entre liderança e membros sobre o destino dos recursos coletivos pode fragilizar a confiança no grupo a partir de dúvidas unilaterais compartilhadas.

Percebe-se também no grupo a falta de capacidade em assumir compromissos, aspecto que, segundo Ortega e Matos (2013), fortaleceria a cadeia das relações sociais. Entre as artesãs, este não comprometimento pode ser visto na falta de empenho na produção do artesanato para participação em feiras e exposições justificada pela falta de recursos financeiros ou tempo disponível para as atividades do grupo, ou mesmo na inadimplência das mensalidades da associação.

As limitações quanto ao compromisso dos membros do grupo também podem ser observadas por um ângulo externo. Segundo a agente de desenvolvimento da Casa do Empreendedor, foram vários os convites não atendidos para reuniões entre membros da Associação e representantes da instituição especialistas em empreendedorismo.

Com relação ao cumprimento de normas ou regras estabelecidas, a maioria das artesãs admite não ter dificuldades em cumprir o que é estabelecido nas reuniões, demonstrando alguma disponibilidade em realizar tarefas propostas e acatadas pelo grupo. Entretanto em algumas falas percebe-se que a falta de confiança nas atitudes da liderança põe em risco uma possível colaboração das participantes.

É relevante colocar que estes aspectos acrescentam as percepções sobre os níveis de confiança existentes no grupo e que tendem a influenciar no cumprimento de normas e na vontade de colaborar ou cooperar em benefício mútuo (PUTNAM, 2005). Para alguns autores, uma vez comprometidos, estes níveis de confiança podem contribuir para a existência do capital social negativo.

Portes (2000) explica que o capital social também pode apresentar resultados contrários aos apresentados com frequência na literatura, pois o seu caráter empírico pode resultar em efeitos adversos como: a limitação da entrada de terceiros no grupo em razão dos fortes laços estabelecidos; a restrição a iniciativas empresariais, impedindo o êxito dos membros; as exigências para seguir normas ou regras estabelecidas pela comunidade, promovendo uma espécie de controle social que impede a liberdade individual dos sujeitos; a exclusão de membros do grupo motivada pela não adequação às normas estabelecidas.

Para Robison *et al.* (2003), as características do capital social negativo apontam para os sentimentos de antipatia por uma pessoa ou um grupo, resultado da falta de pontos de coincidência entre os membros, conflitos relacionados com resultados econômicos, valores, poder e informação. Para estes autores, esta antipatia envolve sentimentos de negação, falta de

interesse, falta de respeito, hostilidade, desprezo, falta de responsabilidade ou desconfiança para com o outro ou para com o grupo.

É importante salientar que não é objetivo desta pesquisa vincular as características do capital social negativo às relações estabelecidas na Associação Flor-de-lis, entretanto convém observar que este tipo de capital social pode se apresentar no grupo quando os sujeitos envolvidos manifestam comportamentos contrários às características do capital social.

Assim, além de identificar a sua existência, ausência, ou mesmo sua versão oposta, vista como capital social negativo, é pertinente entender como os membros da Associação de Artesãos Flor-de-lis se organizam para o trabalho e como cooperam entre si para o desenvolvimento da associação.

A organização para o trabalho com artesanato tem sido um desafio para a associação, comprometendo o sentido de cooperação. Entre as dificuldades de organização apontadas pelas associadas estão a falta de participação nas reuniões, as falhas na comunicação entre a presidente da associação e demais artesãs, a falta de apoio financeiro do município ou da iniciativa privada e de um local para a venda e produção do artesanato.

Este é um cenário que requer atenção, pois, de acordo com Druston (2002), é a partir da cooperação que ações se complementam para alcançar objetivos em torno de um empreendimento comum.

A cooperação existente no grupo parece se sustentar na participação nas esporádicas reuniões e na irregular contribuição com uma mensalidade em benefício da associação. Na prática, a inadimplência das mensalidades esgota mais uma possibilidade de cooperação para o desenvolvimento da associação e reforça o aspecto individual da produção do artesanato.

Uphoff (2003) aponta este aspecto como cooperação egoísta, quando a desistência de ações coletivas supera gastos individuais efetivos ou previstos com a produção e venda de produtos, fazendo com que cada sujeito busque seu próprio benefício sem assumir novos ou antigos tributos obrigatórios estabelecidos para o bem comum.

Sobre este aspecto, é interessante observar que a maioria das artesãs pensa primeiramente no lucro individual quando trabalham para expor e vender o artesanato. Estas artesãs justificam seu posicionamento alegando que os membros não trabalham num mesmo tipo de artesanato, e que por isso é impossível pensar num lucro percentual fixo para cada artesã.

Assim, compreende-se que estes pontos de vista se refletem de maneira negativa no sentido da cooperação, pois, se, para cooperar, os sujeitos se complementam em torno de um objetivo comum (DRUSTON, 2002), o cenário da Associação Flor-de-lis representa o

individualismo e a falta de reciprocidade considerados aspectos antagônicos aos princípios do capital social (FRANCO, 2001).

Enfim, a cooperação, salutar para a existência do capital social, apresenta pontos frágeis que dificultam a existência do capital social. Atualmente, desmotivadas, as artesãs apenas aguardam por iniciativas públicas ou privadas que fortaleçam o tecido social existente, distanciando-se da possibilidade de um novo viés para o desenvolvimento local.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou compreender como se apresenta o capital social da Associação Flor-de-lis, no âmbito do desenvolvimento local, a fim de entender, entre outros aspectos, o que tem dificultado a organização do grupo.

Como resultados, foram verificadas fragilidades quanto ao capital social na Associação Flor-de-lis. Questões como a identidade entre as artesãs encontraram respaldo no bem-estar que proporciona a atividade e na possibilidade de trocas de saberes em momentos raros de reunião com o grupo, aspectos que parecem não motivar as artesãs para o trabalho coletivo .

Em seus discursos, as artesãs demonstram prazer em realizar as atividades artesanais junto a outras participantes, porém na prática não há interesse em trabalhar pela associação. A produção do grupo ocorre de maneira individual, o que não oferece suporte ao sentido de cooperação característico ao capital social. Cada artesã produz o artesanato para o qual tem habilidade e de acordo como o número de encomendas solicitadas, não estando preparadas para assumir novos compromissos, como eventos. Neste sentido, o isolamento das atividades promove o distanciamento entre os membros do grupo e a falta de integração entre as artesãs em qualquer fase do processo produtivo. Assim, cada associada segue perseguindo seus próprios interesses.

Analisando o período em que havia uma sede para produção, exposição e venda do artesanato, verificou-se que, da mesma forma, interesses particulares se sobrepunham aos interesses comuns. Trabalhando na sede, as artesãs não assumiram o compromisso da reposição do artesanato a ser vendido, como também não deram conta dos turnos de trabalho, havendo a necessidade de contratar uma vendedora.

Desta forma, constatou-se que a sede, apesar de ser apontada constantemente pelas artesãs como principal motivo da falta de organização do grupo, não representa o real fator complicador para integração das artesãs, cabendo afirmar que as dificuldades de

organização da associação relacionam-se com as fragilidades presentes na rede de relacionamentos.

De maneira geral, percebe-se que a confiança depositada na liderança do grupo apresenta fraquezas. As associadas acreditam que sua líder não dispõe de tempo para dedicar-se às demandas da associação. Além disso, lhe falta clareza para discutir o encaminhamento dos recursos arrecadados com as mensalidades.

Quanto ao cumprimento de normas, observou-se que não existem estatutos pelos quais os associados possam orientar-se, entretanto uma questão simples, como o pagamento das mensalidades em data pré-estabelecida e acordada por todas as artesãs, não ocorre, ocasionando a perda da reserva financeira que apoiaria na participação em eventos ou na possibilidade de reaver a sede a partir de recursos próprios.

Assim, tendo em vista as fragilidades nas relações sociais que dificultam a existência do capital social verificadas neste artigo, incluindo algumas características do capital social negativo, é possível admitir que a Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã não apresenta características necessárias para contribuir com o desenvolvimento local. Entretanto, como alternativa de mudança do atual cenário, parcerias com outras redes poderiam fortalecer o tecido social fragilizado da associação, criando novas perspectivas de organização.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Marcello. **Construindo uma Outra Sociedade: O Capital Social na Estruturação de Uma Cultura Política Participativa no Brasil.** Revista Sociologia Política. Curitiba, nº21, p. 83-108, nov. 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAVA, Silvio Caccia. **A produção da Agenda Social: uma discussão sobre contextos e conceitos.** Cadernos Gestão Pública e Cidadania. v. 31. ago. 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Las Estratégias de la Reproducción Social.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2011.

_____. Estruturas, Habitus, Práticas. In: _____. **O Senso Prático.** Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A Gênese dos Conceitos de *Habitus* e de Campo. In: _____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p.59-73.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: Metodologia de Planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **As Culturas Populares no Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

COLEMAN, James S. Capital social y creación de capital humano. In: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital Social**, 2001.

DE JESUS, Paulo. Sobre Desenvolvimento Local Sustentável. Algumas considerações conceituais e suas explicações em projetos de pesquisa. In: FILHO, Adalberto do R. Maciel; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de Oliveira. **Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável**. Recife: Editora, 2006, p. 17-37.

DE PAULA, Juarez. Desenvolvimento & gestão compartilhada. In: SILVEIRA, C. Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

DUBAR, Claude. **A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DRUSTON, John. **El Capital Social Campesino en La Gestión Del Desarrollo Rural**. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.

_____. **Que és el Capital Social Comunitário**. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

FRANCO, Augusto de. O conceito de capital social e a procura de um índice sistêmico de desenvolvimento local integrado. In: SILVEIRA, caio Márcio; REIS, Liliane da Costa (Orgs.). **Desenvolvimento Local: Dinâmicas e Estratégias**. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

LIMA, Lúcia Santos. **A História de Caaporã**. 2ed. João Pessoa: União, 2014.

MARCONI Maria de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. 7 ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORTEGA, Antônio Cesar; MATOS, Vitor Alberto. **Território, Desenvolvimento Endógeno e Capital social em Putnam e Bourdieu**. Florianópolis: Revista Política e Sociedade, vol.1, n.24, mai./ago. 2013.

PEREIRA, Sudanês Barbosa. **Processos Tangíveis e Intangíveis de Desenvolvimento Local**. Fortaleza: Revista Econômica do Nordeste, v.38, n.2, abr./jun. 2007.

PORTES, Alejandro. **Capital social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea**. Sociologia, Problemas e Práticas [online]. 2000, n.33, p. 133-158.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna** [E-BOOK]. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

_____. La Comunidad próspera. El Capital Social e la Vida Pública. *In*: HERREROS, Francisco; FRANCISCO, Andrés de. (Comps). **Zona Abierta – Capital Social**, 2001, p. 89-104.

SANTIAGO, Andreia Maria; TASSIGNY, Mônica Mota. **Capital Social de Desenvolvimento Local: Perspectiva de Combate à Pobreza nos Países Periféricos e de Fortalecimento das Instituições Democráticas**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza: jun. 2010.

SILVA, Maria do Carmo da; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **A produção do artesanato como estratégia de reprodução na agricultura familiar na comunidade Vila Progresso no Município de Caçapava do Sul – RS**. Santa Maria: Revista Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural. n.1. jan./dez. 1993.

UPHOFF, Norman. El Capital Social y la Capacidad de Reducción de la Pobreza. *In*: ATRIA, Raúl; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD Scott. **Capital Social y Reducción de la Pobreza en América Latina y el Caribe: En Busca de un Nuevo Paradigma**. Santiago de Chile: CEPAL, 2003.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Artesanato Brasileiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1980.

DÉVELOPPEMENT LOCAL, CAPITAL SOCIAL ET IDENTITÉ: RELATIONS RÉSEAUEN ASSOCIATION DES ARTISANS FLOR-DE LIS DE CAAPORÃ

RESUMÉ

L'article proposé est le produit de la recherche menée dans le diplôme d'études supérieures en vulgarisation rurale et le Programme de Développement Local - POSMEX, Université Fédérale Rurale de Pernambuco. Vise à comprendre, par le biais de la capitale, la contribution de l'Association des Artisans Flor-de-lis Caaporã-PB pour le développement local. À cette fin, il a été utilisé comme une catégorie d'analyse du capital social et de l'identité de la contribution Oliveira (2001), Bava (2003), Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2005), Bauman (2005), entre autres. L'approche méthodologique est basée sur une recherche bibliographique, documentaire, dans l'application des entretiens semi-structurés avec les participants des artisans de l'association, les anciens membres du groupe et le représentant de Caaporã Entrepreneur de la Chambre et l'analyse des Parla des artisans actuellement associés. Par conséquent, les points de faiblesses dans les relations sociales qui entravent l'existence du capital social dans la prévention de groupe d'étude de contribuer au développement local.

Mots-clés: Développement local. Capital Social. Identité. Artisanat.

DESARROLLO LOCAL, CAPITAL SOCIAL Y IDENTIDAD: RED DE RELACIONES EN LA ASOCIACIÓN DE ARTESANOS FLOR-DE-LIS DE CAAPORÃ

RESUMEN

El artículo propuesto es el producto de una investigación realizada en el Diploma de Postgrado en Extensión Rural y el Programa de Desarrollo Local - POSMEX, Universidad Federal Rural de Pernambuco. Su objetivo es entender, por el sesgo de la capital, la contribución de la Asociación de Artesanos Flor-de-lis Caaporã-PB para el desarrollo local. Con este fin, se utilizó como una categoría de análisis del capital social y la identidad de la contribución Oliveira (2001), Bava (2003), Bourdieu (2011), Putnam (2005), Castells (2008), Dubar (2005), Bauman (2005), entre otros. El enfoque metodológico se basa en la investigación bibliográfica, documental, en la aplicación de entrevistas semiestructuradas con los participantes de los artesanos de la asociación, los ex miembros del grupo y el representante de Caaporã Emprendedor de la Cámara y el análisis de Hablando de artesanos actualmente asociadas. Como resultado, el estudio apunta a debilidades en las relaciones sociales que dificultan la existencia de capital social en la prevención de grupo para contribuir al desarrollo local.

Palabras clave: Desarrollo local. Capital Social. Identidad. Artesanía.

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com artesãs participantes da associação

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA
ARTESÃOS DO GRUPO**

Local: _____ **Data:** _____

1. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SÓCIOECONÔMICO

Entrevistado: _____

Idade: _____

Cidade onde nasceu: _____

Escolaridade:

Educação básica (1ª a 4ª série) Completo Incompleto

Educação fundamental (5ª a 8ª série) Completo Incompleto

Ensino médio Completo Incompleto

Técnico Completo Incompleto Curso: _____

Superior Completo Incompleto Curso: _____

Outro Qual? _____

Ocupação principal: _____

Estado civil: Solteiro Casado Divorciado Viúvo Outro

Possui filhos? Sim Não

Quantos filhos? _____

Os filhos estudam? Sim Não

Onde os filhos estudam? _____

Reside em casa: própria alugada de terceiros

Renda média mensal (familiar): Menos de 1 salário mínimo

1 a 2 salários mínimos 2 a 3 salários mínimos 3 a 4 salários mínimos

4 a 5 salários mínimos Mais de 5 salários mínimos

2. ATIVIDADE DO ARTESÃO

- Há quanto tempo exerce a atividade?
- Como aprendeu o ofício?
- Que tipo de artesanato produz atualmente?
- Que matéria-prima utiliza?
- Onde e como consegue a matéria-prima?
- Já produziu outro tipo de artesanato?

- Por que não continua a produzi-lo?
- Outra pessoa na sua casa produz artesanato?
- Seus filhos ou marido (mulher) o ajudam em alguma fase do processo de produção ou comercialização do artesanato?
- Quais as principais dificuldades para produzir seu artesanato?
- Exerce outra atividade remunerada paralela à produção do artesanato?
- A produção do artesanato é uma atividade remunerada?
- Com que frequência você produz seu artesanato?
- Em média, de quanto é o seu investimento para produzir seu artesanato?
- Em média, quanto ganha com a atividade de artesão? (Mês/ano)
- Como se dá o seu cotidiano ao longo do dia?

3. RELAÇÕES SOCIAIS/ IDENTIDADE

- Como é a relação entre você e os membros do grupo?
- Você acredita que há confiança entre os participantes do grupo?
- Tem dificuldade em cumprir normas ou regras determinadas pelo grupo ou pelo líder do grupo?
- Qual o lado negativo e positivo de trabalhar em grupo?
- Como você se vê no grupo?
- Você participa das decisões do grupo?
- Qual o significado do artesanato na sua vida?
- O que significa a associação para você?
- Qual a importância das demais artesãs para a associação?
- Como você acha que a população do município vê o grupo?
- A população de Caaporã (re)conhece o trabalho do grupo?
- Quando participaram destes eventos, qual produto era mais vendido?
- Entre os tipos de artesanato produzidos pelo grupo algum apresenta alguma característica do grupo ou do município?

4. USO E CONSUMO PROVINIENTE DO ARTESANATO

- O que faz (ou fez) com o lucro da venda do artesanato?
- O dinheiro recebido com as vendas do artesanato ajuda (ou já ajudou) na renda familiar?
- O lucro obtido com o artesanato é replicado em benefício do grupo?

5. ORGANIZAÇÃO E PERSPECTIVAS

- Como o grupo iniciou? Como foram as tentativas de organização?
- Em que situação você entrou para o grupo?
- Há quanto tempo está no grupo?
- Quantos membros estão no grupo atualmente?
- Com que frequência você encontra os membros do grupo?
- O grupo marca reuniões periódicas? Se sim, qual o local dos encontros?
- Quais suas atividades no grupo atualmente além da produção do artesanato?
- Há um espaço onde o grupo se reúne para produzir?

- Há um planejamento quanto à forma de organização para o trabalho?
- Quais as principais dificuldades para organização do grupo?
- Acredita que deveria haver mudanças no grupo?
- Quando trabalham para expor e vender o artesanato você pensa no seu lucro ou no lucro do grupo?
- Existe (ou já existiu) alguma parceria entre o grupo e instituições públicas, privadas ou ONG's? Se sim, conte como ocorreu.
- Esta parceria continua? Se não, por quê?
- Já receberam alguma orientação de instituição pública, privada ou ONG para iniciar uma associação ou cooperativa? Que instituição?
- Já participaram de treinamentos ou capacitações? Qual o assunto? Quem ofereceu?
- O que aprendeu colocou em prática?
- Como costumam vender o artesanato produzido?
- Já participaram de algum evento, feira ou exposição onde venderam seus produtos? Qual (quais)? Quantas vezes? Foi lucrativo?
- Ao trabalhar vendendo a produção em algum evento o que você espera como resultado?
- Acredita que o Município de Caaporã é o local adequado para a venda do artesanato produzido? Por quê?
- Como você se imagina no futuro fazendo parte desta associação?
- Você acredita que o artesanato produzido pelo grupo contribuiria para o desenvolvimento econômico e social local? De que forma?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com artesãs ex-participantes da associação

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
EX-COMPONENTE DO GRUPO DAS ARTESÃS**

Local: _____	Data: _____
---------------------	--------------------

1. IDENTIFICAÇÃO E PERFIL SÓCIOECONÔMICO

Entrevistado: _____

Idade: _____

Cidade onde nasceu: _____

Escolaridade:

Educação básica (1ª a 4ª série) Completo Incompleto

Educação fundamental (5ª a 8ª série) Completo Incompleto

Ensino médio Completo Incompleto

Técnico Completo Incompleto Curso: _____

Superior Completo Incompleto Curso: _____

Outro Qual? _____

Ocupação principal: _____

Estado civil: Solteiro Casado Divorciado Viúvo Outro

Possui filhos? Sim Não

Quantos filhos? _____

Os filhos estudam? Sim Não

Onde os filhos estudam? _____

Reside em casa: própria alugada de terceiros

Renda média mensal (familiar): Menos de 1 salário mínimo

1 a 2 salários mínimos 2 a 3 salários mínimos 3 a 4 salários mínimos

4 a 5 salários mínimos Mais de 5 salários mínimos

2. ATIVIDADE DO ARTESÃO

- Há quanto tempo exerce a atividade?
- Como aprendeu o ofício?
- Que tipo de artesanato produz atualmente?
- Que matéria-prima utiliza?
- Onde e como consegue a matéria-prima?
- Já produziu outro tipo de artesanato?

- Por que não continua a produzi-lo?
- Outra pessoa na sua casa produz artesanato?
- Seus filhos ou marido (mulher) o ajudam em alguma fase do processo de produção ou comercialização do artesanato?
- Quais as principais dificuldades para produzir seu artesanato?
- Exerce outra atividade remunerada paralela à produção do artesanato?
- A produção do artesanato é uma atividade remunerada?
- Com que frequência você produz seu artesanato?
- Em média, de quanto é o seu investimento para produzir seu artesanato?
- Em média, quanto ganha com a atividade de artesão? (Mês/ano)
- Como se dá o seu cotidiano ao longo do dia?

3. USO E CONSUMO PROVINIENTE DO ARTESANATO

- Como é vendido o artesanato produzido?
- Em média quanto ganha com a atividade de artesão mensalmente?
- O que faz (ou fez) com o lucro da venda do artesanato?
- O dinheiro recebido com as vendas do artesanato ajuda (ou já ajudou) na renda familiar?

4. RELAÇÕES SOCIAIS E IDENTIDADE

- Como entrou para o grupo (Associação)?
- Quanto tempo ficou no grupo (Associação)?
- Por que saiu?
- Como era a relação entre você e os membros do grupo?
- Qual era sua função no grupo?
- Você acredita que ajudou a desenvolver o grupo de alguma forma?
- Qual a situação do grupo até a sua saída?
- Como é seu relacionamento com os membros atuais do grupo (Associação)?
- Por que produz este tipo de artesanato?

5. PERSPECTIVAS DA ATIVIDADE

- A população de Caaporã (re)conhece o seu trabalho?
- Acredita que Caaporã é o local adequado para a comercialização do seu artesanato?
- Como você se imagina no futuro?
- Trabalharia em sistema de associação ou cooperativa?
- Em sua opinião, quais os limites para a produção e comercialização do artesanato local?
- Você acredita que o artesanato produzido neste município contribuiria para o desenvolvimento econômico e social local?

APÊNDICE D - Roteiro de entrevista semiestruturada aplicado com representante da Casa do Empreendedor de Caaporã

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
REPRESENTANTE DA CASA DO EMPREENDEDOR**

Local: _____	Data: _____
---------------------	--------------------

1. IDENTIFICAÇÃO

Entrevistado: _____

Idade: _____

Cidade onde nasceu: _____

Escolaridade:

Educação básica (1ª a 4ª série) Completo Incompleto

Educação fundamental (5ª a 8ª série) Completo Incompleto

Ensino médio Completo Incompleto

Técnico Completo Incompleto Curso: _____

Superior Completo Incompleto Curso: _____

Outro Qual? _____

Ocupação principal: _____

2. SOBRE A CASA DO EMPREENDEDOR

- Quando surgiu a Casa do Empreendedor?
- Qual seu objetivo?
- Que instituições estão envolvidas?
- Quantas pessoas trabalham aqui e quais suas funções?
- Como é o dia a dia da Casa?

3. RELAÇÃO ENTRE A CASA DO EMPREENDEDOR E ARTESANATO LOCAL

- A Casa promove ações de desenvolvimento do artesanato local?
- A Casa do Empreendedor trabalha (ou já trabalhou) com os artesãos locais?
- Como é o atendimento aos artesãos?
- Você conhece a Associação e Oficina de Artes Flor de Lis?
- Você conhece algum membro da atual formação da Associação ou algum ex-componente?

ANEXO A – Ata de fundação da Associação de Artesãos Flor-de-lis de Caaporã

ATA DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS "FLOR - DE - LIS" DE CAAPORÃ = PB.

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro às dezenove horas, os abaixo assinados residentes e domiciliados neste município, reuniram-se para a realização de Assembléia Geral Ordinária de Fundação de Associação, na Secretaria Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, sito no Centro Administrativo à Rua Salomão Veloso – Centro – Caaporã – PB., com o firme propósito de fundarem uma associação voltada para os interesses dos artesãos deste município., nos termos da legislação vigente. Para presidir a reunião foi convidado o Sr. Flavio Satoshi Okamura, Secretário Municipal da Agricultura e do Meio Ambiente, que aceitou, e, abrindo os trabalhos cumprimentou e agradeceu a todos pela deferência, convidando a mim Herlanha Freire dos Santos, para secretariar a presente reunião. O Presidente coordenando os trabalhos, leu a minuta dos Estatutos Sociais, que depois de detalhadamente discutida e modificada. Os Estatutos Sociais foram novamente por mim lido sendo votado e aprovado pela unanimidade dos sócios fundadores presentes. Passou-se para a segunda pauta, em que se fazia necessária eleição da Diretoria para o pleno funcionamento de fato e de direito da Associação de Artesãos "Flor-de-Lis" de Caaporã, que após votação apresentou a seguinte Diretoria, para um mandato de dois anos, sendo permitida uma reeleição: Presidente: Herlanha Freire dos Santos; Secretária: Alaíde Maria Trindade; Tesoureira: Maria das Neves Gomes de Mendonça; Conselho Fiscal: Suzete Vicente de Mendonça; Conselho Fiscal: Auricleide Alves da Silva; Conselho Fiscal: Maria Solange Gomes da Silva. Por unanimidade dos presentes também foi decidido que a contribuição mensal cobrada aos sócios será de R\$ 2,00 (dois reais), que deverão ser pagos à Tesouraria até o dia 15 (quinze) do mês subsequente. Ao empossar a primeira Diretoria, o Presidente da reunião congratulou-se pela organização, conduta e lisura dos sócios fundadores nas decisões de pauta tomadas nesta reunião. Ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se habilitou, e como mais nada houvesse a ser tratado, agradecendo e desejando sucesso aos objetivos da presente associação deu por encerrado os trabalhos da presente reunião. E, para constar, eu Herlanha Freire dos Santos, nomeada secretária desta reunião, lavrei a presente Ata, que dato, assinando após a assinatura do Presidente desta reunião e das assinaturas dos sócios fundadores presentes. Caaporã, 17 de setembro de 2.004.

Flavio Satoshi Okamura - Presidente
 Alaíde Maria Trindade – Sócia Fundadora
 Auricleide Alves da Silva – Sócia Fundadora
 Elza Maria Nicacio da Silva – Sócia Fundadora
 Herlanha Freire dos Santos – Sócia Fundadora
 Esmeraldina Gonçalves Barbosa – Sócia Fundadora
 Maria das Neves Gomes de Mendonça – Sócia Fundadora
 Maria Nazaré da Silva – Sócia Fundadora
 Maria Solange Gomes da Silva – Sócia Fundadora
 Sulamita Vieira de Souza – Sócia Fundadora
 Suzete Vicente de Mendonça – Sócia Fundadora
 Herlanha Freire dos Santos - Secretária

SOUZA SOARES
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
 Travessa do Forum, S/N - Caaporã - PB
 Reconheço como autêntica e verdadeira a(s) firma(s) de: Herlanha Freire dos Santos
 Conforme autógrafo arquivado neste Ofício.
 Em testemunho da verdade.
 Caaporã (PB), 16/09/2004.

SOUZA SOARES
 SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
 Travessa do Forum, S/N - Caaporã - PB
 Registro Civil das Pessoas Jurídicas
 Tabelião Ivanise de Sousa
 Substituta: Christiane Maria B. Carneira, e Silva
 Apresentado hoje para Registro, arquivado no Livro A. 001, e registrado sob nº 1052
 de 17/09/2004. Quando copia arquivada
 no Serviço de Reg. Civil de 20/09/2004.
 Livro 1 57603/2004

Ivanise de Sousa
 TABELIA TITULAR

2º Ofício de Notas
 CGC 02.963.253 / 0001-96
 Travessa do Forum, S/N
 Centro - Caaporã - PB
 CEP 58326-000

Ivanise de Sousa
 TABELIA TITULAR

ANEXO B – Ata de assembleia geral extraordinária de reforma estatutária e eleição da nova diretoria da associação

Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Reforma
Estatutária e Eleição da Nova Diretoria da
Associação e Oficina de Arte de Cooperã - TRACAR

Às oito horas do mês de junho do ano de dois mil e doze, (02/06/2012), na sede provisória na Rua Salomão Veloso s/n - Centro - Cooperã - PB - CEP: 58.326-000, foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária presidida por Marlamba Freire dos Santos que abençoando os trabalhos cumprimentou e agradeceu a todos pela presença, convidando de a mim Dalila Ferreira Batista para secretariar a presente reunião. O presidente apresentou a primeira pauta que foi a mudança de nome da Associação, foi votado e aprovado pela unanimidade dos sócios presentes. O nome da Associação de Artes e Oficinas de Cooperã para ser Associação e Oficina de Arte de Cooperã - TRACAR. Passou-se para a segunda pauta que foi a escolha da nova Diretoria da Associação que após votação definiu-se a nova Diretoria para um mandato de dois anos. Para Presidente: Lindaci Dantas da Costa; Secretária: Dalila Ferreira Batista; Tesoureira: Ana Maria Brito Benfina; Conselho Fiscal: Edina de Nascimento Carvalho, Conselho Fiscal: Cleonice Soares Martins, Conselho Fiscal; Maria José Firmiano da Silva. Foi unanimidade dos presentes também foi decidido que a contribuição mensal cobrada aos sócios passaria a ser R\$ 10,00 (dez reais) que deverá ser paga a Tesouraria em cada reunião mensal. O presidente ofereceu a palavra a quem dela quiser fazer uso, como ninguém se habilitou, e não mais nada houver a ser tratado, agradecendo a todos pelo sucesso a nova Diretoria deu por encerrar os trabalhos da presente reunião. E para constar eu Dalila Ferreira Batista, nomeada secretária desta reunião, lavrei presente ata.

Dalila Ferreira Batista

Marlamba Freire dos Santos

Lindaci Dantas da Costa

Ana Lúcia F. de Souza